

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## A Mulher na comunidade local

Seminário promovido  
pela Organização de Mulheres Comunistas

Pág. 10/Em Foco

## As Áreas Metropolitanas devem ser verdadeiras autarquias

Artigo  
de João Amaral

Págs. 8 e 9/Em Foco

## Mais um grave acidente na Lisnave

Reportagem do «Avante!»  
sobre os acidentes nos estaleiros da Margueira

Págs. 6 e 7/Em Foco

## Macário, Albufeira, Câmara de Sesimbra ERA UMA VEZ UMA LAGOA...

A reportagem  
do «Avante!»  
conta a história

Págs. 4 e 5/Em Foco

## O trabalho dos comunistas «Por Lisboa»

Eleitos do PCP na Câmara de Lisboa  
fazem balanço de oito meses de mandato

Págs. 1, 2 e 3/Semana

### Em Foco

Avante!  
Ano 60 - Série VII  
N.º 875  
27 de Setembro de 1990  
3.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente



Manuel Carvalho da Silva ao «Avante!» Págs. 1, 2 e 3/Em Foco

«A Intersindical nasceu  
como um grande projecto  
unitário e manteve e mantém  
o essencial dessa referência  
durante todo o seu percurso»

«Vinte anos de vida é muito ou é pouco para o tempo de vida de uma central sindical?»

Uma centena de anos em termos municipais. Vinte anos, neste contexto, é já um período significativo, embora relativamente pequeno.

Mas, por outro lado, a CGTP Inter-sindical Nacional é legítima herdeira do movimento sindical português, de toda a movimentação operária no nosso país que data do século passado, o que confere um significado especial a esta vinte anos.

Finalmente, estas duas décadas não são duas décadas quaisquer na História do povo português, são vinte anos preenchidos com transformações importantes, a sua representação é uma peça integrante e essencial destas duas décadas da vida portuguesa!

«Sem qualquer dúvida, a CGTP Inter-sindical Nacional é uma peça essencial na vida da nossa sociedade portuguesa!»

Avante! com a campanha

# 108 383 868\$10

Afinal é possível ultrapassar as metas que nos havíamos proposto! Esta a conclusão que podemos tirar da observação atenta do gráfico que hoje publicamos e que dá conta da evolução nas últimas três semanas da campanha dos 150 mil contos para o terreno da «Festa!». Exemplo disso é a situação conseguida pela organização central que ultrapassou já em oito por cento a meta que se havia proposto, havendo outras organizações como a Emigração que aumentou a meta que no início da campanha se havia proposto cumprir, registando mesmo assim uns louváveis 69 por cento. Braga está muito perto dos 75 por cento, Faro tem já mais de 67. Isto significa que se o empenhamento particular exemplificado nestas organizações for acompanhado a nível nacional por todas as outras, certamente ultrapassaremos em muito os 150 mil contos e as metas que queremos alcançar. Sabendo nós que grandes organizações como (a título de exemplo) Lisboa e Setúbal registam nesta fase da campanha valores um pouco aquém das expectativas, será de esperar que nesta fase final o seu contributo venha a ser decisivo para a concretização deste novo objectivo que agora nos propomos: ultrapassar as metas antes definidas.

**150**  
mil Contos  
para o Terreno  
da festa  
Avante! com a Campanha

ORGANIZAÇÃO	Percentagem	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110	120
Regional de VILA REAL	54,50												
» BRAGANÇA	35,70												
» BRAGA	74,50												
» VIANA DO CASTELO	44,48												
» PORTO	41,70												
» CASTELO BRANCO	44,50												
» GUARDA	17,42												
» COIMBRA	18,50												
» AVEIRO	46,77												
» VISEU	26,65												
» SANTARÉM	26,00												
» LEIRIA	16,30												
» LISBOA	36,97												
» SETÚBAL	20,02												
» ÉVORA	40,05												
» BEJA	20,16												
» PORTALEGRE	17,26												
» FARO	67,10												
» AÇORES	11,83												
» MADEIRA	16,33												
JCP	46,67												
EMIGRAÇÃO	69,31												
CENTRAL E DIVERSOS	108,30												

Total realizado até 25/9/90 - Esc. 108 383 868\$10

## Alternativa e confiança

No comunicado da Comissão Política do CC do PCP divulgado na anterior edição do «Avante!» chama-se a atenção para o empenho que - com a óbvia e diligente cooperação da RTP e seus restantes porta-vozes - o Governo Cavaco tem vindo a pôr na divulgação de iniciativas e obras que pretendem apresentar a imagem de um executivo pletórico, cheio de perspectivas e iniciativa.

A Comissão Política chama a atenção para o carácter transparentemente eleitoralista das operações, mas é de toda a legitimidade sublinhar que este eleitoralismo adquire contornos merecedores de reflexão.

Faz parte do ABC da política que qualquer Governo agende iniciativas, inaugurações, benesses e bondades avulsas para períodos que antecedam eleições. A moral política poderá sair algo chamuscada de tais práticas, mas elas instalaram-se ao longo dos séculos na actividade de quantos contam com a memória curta dos eleitores que esquecem rápido como em anteriores eleições pagaram imediatamente depois o que esfentoricamente receberam imediatamente antes.

O Governo Cavaco contudo teve o inesperado mérito de revelar ao mais ingénuo dos cidadãos o carácter obviamente eleitoralista do seu afã edificador: transformar obras como a construção da nova ponte sobre o Tejo ou da CRIL em «emergências» cuja necessidade se descobriu ontem, sobre as quais se tomaram decisões hoje e se começarão a construir amanhã tem laivos de disparate dificilmente toleráveis.

O estilo «rapazes despachados» que parece fazer a felicidade do dr. Cavaco Silva - amplamente traduzido nos episódios do Ministério da Saúde e de Costa Freire, do ministro Cadilhe, mais recentemente no degradante espectáculo das intrighadas públicas envolvendo os serviços de informações - tem contudo outra vertente que inteiramente se mantém: o caldo de cultura para negociações e corrupções que deixam a moral política já não chamuscada, mas destruída por chamas alterosas.

A «urgência» de construção da CRIL levou na verdade o Governo a decidir pela não aplicação do requisito de concurso público, o que significa que verbas de milhões de contos irão ser movimentadas sem qualquer controlo efectivo e atempado.

A dispensa de concurso público para uma obra cuja necessidade se faz sentir de há muito e cujos estudos de há muito se iniciaram constitui assim um atestado incontornável do carácter desesperadamente eleitoralista da decisão, mas é também em si própria uma medida eleitoralista liminarmente indefensável.

É uma evidência que situações deste género (como sucedeu com as obras do Hospital de S. Francisco Xavier, do Centro das Taipas, etc., em vésperas do anterior acto eleitoral) facultam ao PSD a movimentação de verbas do Estado em benefício de clientelas partidárias, em

benefício de tráficos de influências e de operações que têm feito do consulado cavaquista um dos mais sombios períodos da História portuguesa no que à corrupção se refere.

Que o Governo PSD, perante o qual se apresenta o horizonte de actos eleitorais determinantes, recorra, a meio ano de distância, a expedientes eleitoralistas deste coturno constitui, naturalmente, um factor a ter em conta por todos quantos se batem por uma alternativa democrática à política da direita instalada no poder. Mas não se trata de um factor que tenha uma leitura única: o eleitoralismo desbragado como aquele a que se assiste comporta, evidentemente, riscos de mistificação - mas revela que quem dele se socorre em desespero dele necessita desesperadamente.

E assim é, na verdade.

O Governo Cavaco Silva não conseguiu, ao longo de três anos de governação e beneficiando da mais favorável conjuntura externa das últimas décadas, resolver um único dos problemas fundamentais da sociedade portuguesa - pelo contrário. E adquire transparente clareza para vastíssimos sectores da opinião pública que alguns resultados positivos conseguidos neste período não só se deveram no essencial a factores alheios à acção governativa, como, onde esta se verificou, serviu essencialmente para impor a uns sectores da população agravamentos simétricos dos benefícios de outros. O desenvolvimento verificado custou o agravamento das desigualdades sociais, o agravamento de desequilíbrios sectoriais e estruturais da economia portuguesa, agravamentos de dependência para com o estrangeiro, o agravamento das condições para enfrentar um futuro sobre o qual as nuvens se adensam.

Ou seja, o País requer uma alternativa democrática ao Governo PSD/Cavaco Silva, coisa que o Governo PSD/Cavaco Silva sabe. Logicamente, faz o que pode para a impedir. Resta saber se o País faz o que pode para a concretizar.

Tomado o País no seu todo, a resposta à pergunta anterior terá de ser globalmente positiva: é uma evidência que a própria direita reconhece que vão longe os tempos do apoio eleitoral e social de 1987. As taxas de inflação superiores em vários pontos aos anunciados, o descalabro dos «capitalismos populares» e das bondades bolsistas, as

escandaleiras do Fundo Social Europeu, o agravamento da precarização do emprego, os despedimentos em massa, as falências e crises provocadas na indústria e na agricultura pelas importações da Europa comunitária, a continuada irresolução dos problemas da saúde e do ensino são factos que, somados a tantos outros, esclareceram vastas camadas da população sobre a necessidade de mudar de política.

E, além de esclarecerem, levaram-na à acção. A luta dos trabalhadores - principais prejudicados com a política de restauração monopolista - têm-se vindo a juntar sectores ainda há pouco integrados em áreas de apoio do PSD, e por vezes em sectores tão significativos quanto seja o próprio patronato ou de agricultores duramente atingidos pelas consequências de uma integração europeia conduzida de forma irresponsável.

No campo social, a base de apoio à alternativa democrática constitui uma realidade que se expressa não apenas de uma forma latente, mas de forma activa que é, aliás, necessário ampliar e desenvolver.

Alternativa ao Governo Cavaco Silva requer, naturalmente, uma expressão política que assegure a derrota eleitoral da direita e a constituição de um governo democrático. No atingir destes objectivos desempenham papel determinante os partidos democráticos e nomeadamente o Partido Socialista e o PCP.

Não podem deixar de causar inquietação algumas flutuações e contradições evidenciadas nos últimos tempos pelo PS. As declarações de dirigentes socialistas em resposta às operações do PSD em torno da legislação autárquica, as tomadas de posição a propósito da crise do Golfo e outros índices parecem indicar alguma hesitação ou mesmo o ressurgimento de tendências para posturas de compromisso à direita que o PS tem pago duramente nas urnas.

Os resultados no essencial positivos obtidos nas gestões autárquicas asseguradas por coligações ou acordos entre comunistas e socialistas (entre as quais naturalmente se destaca a da coligação «Por Lisboa» a que os vereadores comunistas amplamente se referiram na conferência de imprensa ontem realizada e a que se dá destaque nesta edição) constituem um elemento de imediata comprovação que é numa postura de entendimento democrático e de firme oposição à política de direita que reside o caminho para corresponder aos anseios populares e assegurar que o eleitorado reconheça a sua vontade de mudança na política dos partidos democráticos.

# Resumo

## 19

Quarta-feira

A Comissão Permanente da AR debate as propostas de alteração à lei eleitoral autárquica e as incidências da crise do Golfo na economia portuguesa ■ A CGTP reúne-se com a direcção do Partido Renovador Democrático para debater a preparação do Orçamento de Estado para 1991 e as negociações tripartidas na Concertação Social ■ O Grupo de Ligação luso-chinês termina em Macau a sua oitava reunião plenária, para analisar as principais questões do período de transição ■ Margaret Thatcher revela que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança chegaram a acordo sobre os princípios do embargo aéreo decretado ao Iraque ■ Os aliados da NATO dão luz verde ao envio de aviões Awacs para a Turquia e de navios de guerra, incluindo a fragata portuguesa *Roberto Ivens* ■ A Bélgica anuncia o seu apoio à proposta italiana de integrar a União Europeia Ocidental na CEE ■ O ex-presidente dos EUA, Ronald Reagan, termina uma visita de quatro dias à URSS a convite de Mikhail Gorbachov ■ O Soviète Supremo da Rússia pronuncia-se por esmagadora maioria pelo princípio da demissão do governo soviético de Nikolai Rijkov.

## 20

Quinta-feira

Os eurodeputados do PCP defendem uma acção concertada dos países periféricos com vista à obtenção de ajudas da CEE para a diversificação energética no âmbito da crise do Golfo ■ O Conselho de Ministros decide transformar o Banco Português do Atlântico em sociedade anónima ■ O líder iraquiano exige à Administração de Washington a difusão de uma mensagem dirigida ao povo americano, em resposta ao discurso do presidente Bush emitido pela televisão do Iraque ■ O secretário-geral da NATO, Manfred Woerner, sugere que a Aliança Atlântica expanda a sua acção para além da Europa ■ Pequim recusa qualquer responsabilidade pelo malogro da primeira reunião do Conselho Nacional Supremo do Camboja ■ Os parlamentos das duas Alemanhas debatem a ratificação do tratado de unificação ■ O líder nacionalista negro Nelson Mandela declara que rejeita sem reservas o plano anunciado pelo presidente De Klerk para acabar com a vaga de violência na África do Sul ■ O secretário de Estado da Cooperação, Durão Barroso, revela que tanto o MPLA como a UNITA estão de acordo quanto à questão do cessar-fogo, quer nas modalidades da sua aplicação quer sobre os problemas da sua fiscalização ■ O Iraque encerra a sua fronteira com a Turquia.

## 21

Sexta-feira

Um avião da Força Aérea Portuguesa parte para a Jordânia levando a

bordo uma equipa médica da AMI para prestar apoio aos refugiados que se encontram ao longo da fronteira com o Iraque ■ Os ministros da Juventude do Conselho da Europa decidiram, em Portugal, criar novos mecanismos de abertura à mobilidade dos jovens através da criação de um instrumento jurídico válido para todos os países, incluindo os do Leste ■ A Checoslováquia poderá assinar a partir de meados de 91 um acordo europeu com a Comunidade ■ O Iraque decide expulsar 21 diplomatas e funcionários de cinco embaixadas europeias em Bagdad ■ É aprovada a Lei dos Partidos Políticos em São Tomé e Príncipe, um dia após a publicação oficial da Lei Constitucional ■ Nicu Ceausescu é condenado pelo Tribunal territorial Militar de Bucareste a 25 anos de prisão, 20 dos quais por instigação a assassinio qualificado e cinco por infracção à legislação sobre armas ■ O governo saudita decide cortar o fornecimento de petróleo à Jordânia.

## 22

Sábado

O primeiro-ministro Cavaco Silva, admite que o processo de revisão do acordo de defesa entre Portugal e os EUA deverá ser abordado no próximo encontro com George Bush ■ Delegações parlamentares do PS iniciam, em Angra do Heroísmo, uma reunião para debater questões relacionadas com a autonomia das ilhas, nomeadamente o processo de revisão dos estatutos político-administrativos das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira ■ O ministro da Presidência e da Defesa Nacional, Fernando Nogueira, confirma que os Estados Unidos vão fornecer a Portugal 20 aviões interceptores F-16 ■ Os doze ministros do Meio Ambiente da CEE, chegam a acordo quanto à necessidade de estudar a introdução de medidas económicas destinadas a tutelar e proteger o ambiente ao nível da Comunidade ■ O presidente sírio, Hafez al Assad, chega a Teerão para reexaminar a sua aliança estratégica à luz da actual crise do Golfo ■ O líder da Frente Nacional da Libéria, Charles Taylor, proclama um cessar-fogo unilateral ■ O PAIVC aceita a realização de eleições legislativas em Cabo Verde antes das presidenciais, segundo é anunciado pela comissão política daquele partido ■ Uma explosão seguida de incêndio mata três operários da Lisnave que se encontravam a trabalhar no navio «Rapana».

## 23

Domingo

Dirigentes de três grupos guerrilheiros cambojanos aceitam um compromisso proposto pelo príncipe Norodom Sihanuk para pôr termo à guerra civil no país ■ O presidente Vaclav Havel chega a Nápoles para uma visita oficial de três dias a Itália ■ Um tribunal paquistanês convoca a primeira-ministra Benazir Bhutto para ser julgada a partir de dia 2 por acusação de

corrupção ■ Saddam Hussein ameaça atacar Israel e todas as instalações petrolíferas do Golfo caso os EUA desencadeiem uma ofensiva militar contra o Iraque.

## 24

Segunda-feira

Cavaco Silva afirma nos Estados Unidos que não fará cavalo de batalha sobre a data das eleições legislativas, sublinhando que o Presidente da República deve ter total liberdade para decidir ■ A Comissão de Assuntos Constitucionais vota na especialidade o Estatuto Autonomo da Madeira ■ Os ministros da Agricultura da Comunidade analisam as consequências da crise da carne em cada um dos mercados nacionais ■ Delegados dos 35 países participantes na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, mais Israel e sete observadores árabes estão reunidos para analisar os problemas do Mediterrâneo ■ A Hungria anuncia que vai abandonar o Tratado de Varsóvia o mais tardar até ao final de 1991 ■ Mikhail Gorbachov é encarregado pelo Soviète Supremo da URSS de dirigir a mudança do país para uma economia de mercado ■ O primeiro-ministro chinês e o seu homólogo vietnamita reúnem-se em Pequim num encontro que marca a reconciliação entre os dois países ■ A Guiné-Bissau celebra o 16.º aniversário da Independência ■ A RDA deixa oficialmente o Tratado de Varsóvia, na ocasião em que o presidente da RFA, Richard von Weizsäcker, assina em Roma o tratado de unificação alemã ■ O presidente Vaclav Havel solicita ao governo e industriais italianos que invistam o mais rapidamente possível na Checoslováquia ■ Decorre a 4.ª ronda de conversações entre delegações oficiais do governo de Angola e da UNITA com o objectivo de terminar com a guerra no território.

## 25

Terça-feira

Termina a «semana de luta» promovida pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses ■ As candidaturas à Presidência da República devem ser apresentadas até 14 de Dezembro, decorrendo a campanha eleitoral entre 29 desse mês e 11 de Janeiro, segundo o calendário aprovado pela Comissão Nacional de Eleições ■ Cavaco Silva é recebido por George Bush ■ A CM de Lisboa divulga um plano para preservar o Parque de Monsanto ■ Sob mediação de um representante especial de Perez de Cuellar, diplomatas portugueses e indonésios concordam no envio de uma missão especial da ONU a Timor-Leste em 1991 — segundo o «DN» ■ O Conselho de Segurança da ONU declara um embargo aéreo contra o Iraque ■ Alexandre Lilov é reeleito presidente do Partido Socialista Búlgaro ■ Fidel Castro alerta para as dificuldades económicas que Cuba tem que enfrentar devido à falta de combustíveis.

**E**sta vontade de mudança bem como as sólidas condições para a concretizar em tudo o que para ela possa contribuir encontra claramente o povo português no PCP.

Nas resoluções do XIII Congresso (Extraordinário) realizado em Maio, os trabalhadores e os democratas encontraram a evidência de um partido firme, coeso, traçando o seu caminho com consciência, lucidez e determinação. Este facto não é importante apenas para os comunistas ou para o seu eleitorado: para qualquer democrata o XIII Congresso constituiu um factor de tranquilidade; pode até discordar-se politicamente da orientação do PCP, mas a realidade de uma sólida organização, que sabe para onde vai, como vai e com quem vai é um factor de garantia para qualquer português que pretenda encarar as traves com que se tem de erguer um estável futuro democrático.

Três meses depois de o XIII Congresso ter dado esta garantia quanto aos princípios, a XIV Festa do «Avante!» deu-a quanto aos meios. O PCP sabe para onde vai e o que quer fazer - e pode fazê-lo. Fazer a Festa não foi demonstrar apenas que se fez a Festa - foi bastante mais do que isso.

O PCP retoma o trabalho político neste Setembro com posições definidas e planos concretos.

A postura perante a batalha das eleições presidenciais está definida: ao Secretário-Geral Adjunto do Partido caberá a tarefa de intervir nas presidenciais no sentido de desenvolver as condições para uma alternativa democrática a concretizar nas eleições legislativas.

Para esta batalha, Carlos Carvalhas conta com um Partido que traçou desde já um plano de trabalho que se alarga muito para além do ano corrente. Em lugar de destaque, o reforço da organização, a realização de Assembleias de organizações, a sua reestruturação no sentido de um maior dinamismo, de uma maior participação, da maior democracia.

Os deputados comunistas estarão já esta semana no Alentejo, a sua agenda é o retrato mesmo da vontade de dar voz ao sentir e vontade das populações. No Parlamento Europeu, os deputados do PCP asseguram, com uma capacidade de iniciativa completamente ausente nas outras bancadas, uma intervenção que vai dos aspectos de maior fôlego como seja a situação da indústria de calçado às questões de absoluta actualidade como sejam as importações de aço para Portugal proveniente da RDA via RFA, contra todas as disposições comunitárias, ou as traficâncias orçamentais impostas pela intervenção americana no Golfo.

Nos sindicatos, nas autarquias, em todos os locais onde a vida social e política se define reconhece-se o esforço, o empenhamento, a criatividade dos comunistas.

A alternativa democrática pode confiar nos comunistas. Os comunistas confiam e trabalham para ela.

**Avante!**  
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido  
Comunista Português, Rua Soeiro  
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua  
Socio Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
EDITORIAL «AVANTE!», SA  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
1200 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$00  
CRC matriculada: 47059  
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais:  
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES  
DE ÚLTIMA HORA  
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Rua de São Bernardo, 14, 2.º  
Tel. 67 01 93  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto  
R. Miguel Bombarda, 578  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

Composto e Impresso na Heska  
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

## Eleitos comunistas do Município de Lisboa em conferência de imprensa:

## A coligação «Por Lisboa» já demonstrou três coisas:

1. - **socialistas  
e comunistas  
podem entender-se**
2. - **o entendimento  
de socialistas  
e comunistas  
pode ganhar eleições**
3. - **a esquerda coligada  
governa Lisboa  
melhor  
do que a direita**



Rodrigues da Silva, Vítor Costa, Luís Sá, Helena Bastos, Rui Godinho e Rego Mendes durante a conferência de imprensa do PCP

## Lisboa, oito meses de mandato «Por Lisboa»

O PCP fez ontem uma apreciação positiva do trabalho realizado pela «Coligação por Lisboa», durante uma conferência de imprensa em que estiveram presentes Luís Sá, da Comissão Política do PCP, os vereadores Rui Godinho, Rego Mendes e Vítor Costa, Helena Bastos, membro da Assembleia Municipal e Rodrigues da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável. Depois de apresentados os dois documentos que publicamos na íntegra, Rui Godinho, respondendo a uma pergunta colocada, referiu que a actual gestão da câmara tem manifestado grande preocupação em corrigir a tendência de terciarização do centro de Lisboa, nomeadamente através do plano de Urbanização para a Avenida da Liberdade, que procura articular a zona residencial com a de escritórios e animação. Este mesmo objectivo, acrescentou, está igualmente presente na Baixa, Chiado e no Bairro Alto, cuja área considerada crítica foi alargada à Bica e Mercês. Para Luís Sá, a luta contra a terciarização exige que seja criada uma Associação de Municípios da Região de Lisboa, margens sul e norte, que possibilite a racionalização e reordenamento do espaço. Este dirigente comunista revelou que o PCP enviou já uma carta aos municípios pedindo que se pronunciem sobre um projecto de lei que crie a Área Metropolitana de Lisboa, a qual deverá funcionar não como uma mera reunião dos autarcas com as entidades oficiais, mas como uma verdadeira autarquia urbana.

A análise que o PCP faz dos primeiros oito meses de mandato da Coligação Por Lisboa, é positiva.

Em primeiro lugar, e logo à partida, pela importância que assumiu no quadro mais vasto do País a constituição da candidatura na qual o PCP se insere, e que saiu vencedora das eleições de 1989 em Lisboa. Esta vitória permitiu que, pela primeira vez, se criassem condições objectivas de rompimento de tabus que algumas forças políticas pretendiam impor à sociedade portuguesa: a impossibilidade prática de entendimento entre Socialistas e Comunistas, num primeiro plano, e a impossibilidade de tal entendimento poder vir a receber apoio maioritário ganhador.

O PCP aposta no rompimento de um terceiro tabu: a esquerda coligada governa melhor os interesses da Cidade do que a direita.

O facto de ter sido possível alargar a distribuição de pelouros a forças políticas não integrantes da Coligação Por Lisboa, nomeadamente ao CDS e PPM, constitui igualmente um factor positivo da actuação da actual maioria na Câmara Municipal de Lisboa. Tal postura representa uma viragem sensível na forma de

gerir os interesses colectivos, alargando o leque de forças políticas que participam activamente na renovação da Cidade de Lisboa, atitude nunca assumida por gestões anteriores, o que muito prejudicou a Cidade.

### O trabalho Por Lisboa

A análise ao trabalho desenvolvido pela Coligação Por Lisboa nestes primeiros nove meses, permite ao PCP retirar algumas ilações importantes.

Em oito meses de gestão, foi possível refrear, e em certa medida inverter, a política de descaracterização, e mesmo destruição, prosseguida essencialmente nos dois mandatos anteriores em Lisboa.

Foram lançadas as bases de uma nova e importante forma de estar e entender a Cidade, que respondem aos problemas de fundo dos seus cidadãos, e do seu ordenamento espacial e territorial. Destacamos, pelo peso que possuem no quadro do desenvolvimento que pretendemos para Lisboa, o Plano Estratégico e a Normativa Urbanística, e os fundamentos do novo Plano Director Municipal (PDM) de Lisboa, iniciativas que correspondem à concretização das posições desde há

muito tempo defendidas pelo PCP.

Grandes projectos fundamentais para o reordenamento da Cidade receberam, ao longo destes nove meses, importantes impulsos no sentido positivo: foram criadas as condições para o início das obras de reconstrução do Chiado, reconstrução que continuará a receber o apoio e empenhamento incondicional do PCP no respeito pelo Plano aprovado, foram lançadas as bases para a Revisão do Plano de Urbanização para a Avenida da Liberdade, capaz de salvaguardar o Património Arquitectónico de uma das mais importantes áreas históricas da Cidade, foi dado novo impulso à Reabilitação Urbana, concretamente a partir da criação da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, foi elaborado o Plano de Reordenamento e Revitalização do Parque Florestal de Monsanto, foram lançadas importantes obras de Saneamento Básico da Cidade, que irão contribuir para a limpeza total da zona marginal do rio Tejo, entre Algés e Cais do Sodré.

O entendimento das forças que integram a Coligação Por Lisboa, e muito concretamente o PCP e o PS como forças principais, tem revelado, no entender do PCP, as suas potencialidades aos mais diversos níveis. Sem que qualquer dos Partidos tenha perdido a sua identidade própria, a Coligação proporciona objectivamente a procura de consensos alargados sobre as grandes questões da Cidade, numa abertura política inédita em Portugal, na qual o PCP revela o seu total empenhamento.

A solidariedade estabelecida ao nível da gestão dos órgãos autárquicos onde o PCP e o PS dispõem de maioria, é uma das características mais salutares e positivas desta experiência de gestão comum, expressa de forma inequívoca no nível de concretização do Programa Eleitoral da Coligação Por Lisboa. Ao mesmo tempo, a postura da Coligação na Cidade tem permitido uma boa colaboração com todos os órgãos autárquicos, nomeadamente Juntas de Freguesia,

## Lisboa, oito meses de mandato «Por Lisboa»

**Os vereadores comunistas podem já apresentar à população do concelho resultados objectivos muito positivos da sua gestão**

### Afinal foi o rio

A mortandade começou no princípio do mês e fez milhares de vítimas. Peixes, no caso vertente. Não consta, até à data, que qualquer humana criatura, mais apertada pelas urgências da fome, tenha sofrido as consequências de uma refeição imprópria para consumo. O que não quer dizer nada, que dos males menores da pobreza não se faz registo histórico; nem dos maiores, valha a verdade dizer-se, pois quem não conta em vida menos conta ainda em morte. Afectados foram, de certeza, os pobres menos pobres, os que tiram do rio o seu magro sustento. Mas isso são coisas de que se não fala: uma imagem ou duas na televisão, uma voz a dar expressão à angústia de muitos e pronto, chega. Até parece mal, num país em tão franco crescimento económico, tais vozes do passado que se afirma morto e enterrado. E se não morreu, que se esconda. Afinal, já Salazar dizia que o que não se sabe é como se não existisse. O problema é o rio.

O Tejo. É grande de mais. Não se pode esconder. Vem por aí fora quilómetros e quilómetros à vista de todos. E quando lhe acontece trazer na corrente milhares de peixes mortos, torna-se ele próprio na prova provada de que não há política que lhe valha. Num Estado de direito, o crime não pode, ou não deve, ficar impune. Diz-se.

É preciso tomar medidas. Investigar. Fazer inquéritos. Procurar o criminoso ou criminosos que estão a matar o rio. Apontar entidades responsáveis. Exigir respostas prontas e soluções urgentes.

A televisão procurou dar uma ajuda. Logo na primeira reportagem - não sei agora se única - insistiu repetidamente numa pergunta: a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira não sabia das razões do desastre ecológico? Dir-se-ia que havia ali escondido um dedinho acusador. Inexperiência da jovem jornalista ou deliberada má fé? Vá-se lá saber.

Mas o caso é bicudo. As empresas poluentes são muitas. Há anos que despejam no Tejo produtos tóxicos. Não têm estações de tratamento para os mesmos ou se os têm não os põem a funcionar para poupar uns trocados. Neste labirinto de poluição, como descobrir qual foi a que agora poluiu provocando a morte de mais de 30 toneladas de peixe?

A sabedoria popular encontra para esta candente questão uma resposta simples, mas é por de mais evidente que os poderes públicos não se satisfazem com tão comezinhas soluções. De facto, imagine-se o Governo a resolver de uma penada um problema de montã, tomando medidas drásticas contra todas as empresas que poluem o rio... Um disparate, está visto. De momento, o que interessa é saber qual delas despejou no Tejo um produto altamente tóxico que ainda por cima não deixou resíduos nas entranhas dos peixes e que é difícil de detectar e que... Tal e qual de resto como no ano passado, ou no outro dia, ou no outro mês. Só assim as autoridades poderão aplicar as respectivas multas, como ainda recentemente aconteceu: de 200 a 40 mil contos. Para provar que, em Portugal, o crime... compensa.

Mas as investigações são morosas, dizem-nos. E o país não tem Poirots nem Sherlock Holmes. Ou se tem, estão ainda no anonimato, à espera de uma oportunidade para vir à ribalta. Não se percebe, aliás, por que razão o Ministério do Ambiente, tão empreendedor, não tomou ainda a iniciativa que se impõe: publicar anúncios em todos os meios de informação a recrutar investigadores, detectives, caça-poluidores. Criava mais uns quantos postos de trabalho, para aumentar as estatísticas do primeiro-ministro, e, quem sabe, talvez a lusitana capacidade empreendedora desse ao mundo mais alguns imortais. Ao invés disso, o Ministério anda às aranhas, já lá vai quase um mês, sem responsáveis para tanta morte. E o que é mais grave é que vai ensaiando respostas que, de tão originais, ainda nos levam a conclusões insólitas.

A fazer fé num informador do Ministério, o problema em análise é mais bicudo porque nesta época do ano o caudal do rio é mais baixo. Ou seja, como a poluição se mantém e o caudal é menor, as consequências da primeira fazem-se sentir com mais intensidade. O que explicaria as tais 30 toneladas de peixes mortos. Por este andar, ainda se chega à conclusão que a culpa, afinal, é do rio.

Elementar, meu caro Watson!

■ A.F.

incluindo aquelas cuja maioria não pertence ao PCP e PS.

Integrados na Coligação Por Lisboa, os Vereadores do PCP empenharam-se activamente desde o início do mandato no trabalho de gestão geral do Município, garantindo o cumprimento do compromisso de transformação da Câmara Municipal de Lisboa num órgão de Decisão Colegial, independentemente dos pelouros por que cada um é responsável. Todas as decisões da Câmara Municipal de Lisboa nos primeiros nove meses de mandato, receberam, quer na sua preparação quer na sua discussão e aprovação, a participação empenhada e activa dos vereadores do PCP.

O PCP trabalha também para dar voz e decisão aos cidadãos, conferindo ao órgão Câmara Municipal um funcionamento democrático, transparente e aberto, onde a expressão das opiniões e contributos de cada cidadão seja uma realidade mobilizadora do trabalho de gestão do Município.

### O PCP, Por Lisboa, com a Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Lisboa foi, especialmente nos dois mandatos anteriores, e pela imposição das forças de direita que então governaram os destinos da Cidade, entendida como mera «caixa de ressonância» das decisões tomadas pela Câmara Municipal, sem papel activo no processo de tomada dessas decisões que interessam a todos os cidadãos da Capital.

O PCP bateu-se sempre por uma postura radicalmente oposta, entendendo que deverá competir a este órgão Democrático uma efectiva participação na gestão da cidade, uma vez que se trata do órgão deliberativo com funções próprias que não podem, no quadro constitucional democrático, ser subalternizadas ou diminuídas.

Com a vitória da Coligação Por Lisboa nas eleições de Dezembro de 1989, e a eleição de um comunista para a Presidência da Assembleia Municipal de Lisboa, o papel e estatuto deste órgão foram alterados. A Assembleia Municipal desempenha hoje o papel que institucionalmente lhe está reservado, desenvolvendo uma intensa actividade própria, e não de mera ressonância das decisões da Câmara Municipal.

Foram criadas no âmbito da elaboração do Regimento Comissões da Assembleia Muni-

cipal, que integram eleitos de todas as forças políticas nela representadas, e que intervêm sobre todas as matérias que os Deputados Municipais entendam útil tratar fora do plenário. Tais comissões não existiam anteriormente. Consagrou-se ainda a realização de sessões regulares de perguntas à Câmara, debates específicos, regulamentou-se o direito de petição e estabeleceu-se o direito da população intervir antes do início de cada sessão da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal de Lisboa ganhou, com a vitória da Coligação Por Lisboa e com a presidência comunista, a dignidade e importância que as forças de direita lhe negaram ao longo de dez anos.

### Cumprir as promessas eleitorais

O balanço, ainda que sucinto, que acabamos de realizar, demonstra, por si só, a razão de ser do empenhamento do PCP na Coligação Por Lisboa. Após 10 anos de gestão ruïnosa, a Cidade de Lisboa recomeça, a pouco e pouco, a poder respirar de novo.

Os resultados já alcançados demonstram, claramente, o acerto e alcance das propostas do PCP e de outros sectores democráticos ao longo dos anos em que esteve afastado dos centros de decisão da Cidade, o seu conhecimento profundo da cidade e dos cidadãos, e a sua capacidade para resolver os problemas com que se debatem. Demonstram igualmente que é possível, em Portugal, o desenvolvimento de um trabalho sério no sentido do progresso e do desenvolvimento, e o estabelecimento de entendimentos alargados sobre as grandes questões entre as forças democráticas.

O gradual cumprimento do Programa Eleitoral e das Cinqüenta Medidas de Emergência para 1990 da Coligação Por Lisboa já é hoje uma inegável realidade. O PCP aposta no futuro com o mesmo empenhamento, dedicação e competência que caracterizaram os primeiros nove meses do actual mandato, certo de que só assim poderão resolver-se os problemas profundos com que se debate a Cidade de Lisboa e os seus cidadãos, fruto de uma pesada herança que não pode ser esquecida mas que tem que ser apagada da vida quotidiana de todos nós.

Lisboa, 26 de Setembro de 1990

## Síntese da actividade

Está em execução, com êxito assinalável, o programa de 50 medidas de emergência propostas aos eleitores em Dezembro de 1989. A Coligação demonstra assim, na prática, a afirmação da sua **exequibilidade**, expressa no Programa de Emergência apresentado em Dezembro passado.

**Dar voz e decisão aos cidadãos**, é um objectivo com expressão real:

- melhorou o relacionamento institucional com diferentes entidades ligadas aos mais variados ramos de actividade na Cidade;

- criado o Forum Lisboa;
- lançado o Projecto Eficácia, Transparência e Desburocratização;

- iniciado o processo de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia e correspondente transferência de meios financeiros e materiais.

**Descongestionar a cidade:**

- lançadas obras de remodelação da rede viária;
- lançadas as bases para o aumento da capacidade de estacionamento na Cidade e arranjo dos espaços de estacionamento;

- promovida a recuperação de pavimentos mais degradados;

- lançado um estudo para o ordenamento das paragens de transportes públicos de superfície;

- revisto o esquema de circulação nas Avenidas Novas;
- avaliação do funcionamento do sistema «Gertrude»;
- revisto o regulamento de cargas e descargas;
- definido um novo regulamento de circulação de matérias perigosas na Cidade.

**Direito a habitar:**

- apesar de atrasos do Governo, prosseguiu a execução do PIMP (reajustamento das famílias moradoras em barracas);

- estabeleceu-se um protocolo com o movimento cooperativo (3000 novos fogos);

- promove-se a recuperação do Parque Habitacional Privado;

- acentua-se a intervenção no Parque Habitacional da Câmara Municipal.

**Animar a cidade, outro objectivo conseguido:**

- promoveu-se a revitalização das Festas da Cidade em todos os Bairros, com assinalável sucesso;

- criou-se um Festival de Verão de Cultura, Desporto e Lazer que na sua primeira edição ultrapassou largamente as expectativas legítimas no início do mandato;

- lançaram-se as bases para o alargamento da rede de espaços descobertos polidesportivos da Cidade;

- lançaram-se as bases da operação Desporto para Todos;
- promoveram-se condições de apoio efectivo à criação artística e desportiva.

**Melhorar o ambiente urbano:**

- acelerou-se o processo de construção do Parque Oriental (Chelas) e iniciou-se a construção do Parque Periférico (Benfica-Charneca);

- foi apresentado o Plano de Reordenamento e Revitalização do Parque Florestal de Monsanto;

- está em preparação a Operação Espaços Verdes;
- foram tomadas iniciativas sobre situações claramente ofensivas do ambiente urbano;

- foi melhorada a limpeza da Cidade.

**Ordenar e reabilitar a cidade:**

- foram aprovados ou estão em fase de preparação, regulamentos urbanísticos para as áreas mais pressionadas da Cidade;

- foi aprovada a Normativa Urbanística e está em elaboração o Plano Estratégico de Lisboa;

- incrementado o trabalho de recuperação e reabilitação do Património Histórico.

**Uma cidade segura:**

- em execução um Plano de Protecção Civil;
- reforçados os meios de intervenção do Regimento de Sapadores Bombeiros;

- concluído o levantamento das condições de segurança em áreas críticas (Baixa) e início da aplicação de medidas de segurança de emergência;

- reforçado o policiamento em toda a cidade.

**Melhorar a educação e o apoio social:**

- construção, conservação e reparação de inúmeros equipamentos do ensino pré-escolar e básico;

- levantamento das necessidades tendo em vista a disponibilização de espaços para uma rede pública de ensino pré-escolar;

- definição de um programa de criação de serviços de atendimento especializados e de eliminação de barreiras arquitectónicas.

### ERRATA

Devido a um lamentável lapso de Agenda e Arquivo, a foto do encontro entre delegações do PCP e do PRD incluída na última edição do «Avante!» referia-o como tendo-se realizado no dia 13 de Setembro, quando se efectuou no dia 18 de Julho. Na sua edição de 25 daquele mês, o «Avante!» noticiou o encontro, mas não publicou a respectiva foto que, deficientemente datada, deu origem ao lapso pelo qual apresentamos desculpas aos nossos leitores e ao PRD.



### Os vereadores comunistas e o trabalho Por Lisboa

No domínio dos seus Pelouros específicos, os vereadores comunistas podem já apresentar à população do Concelho resultados objectivos muito positivos da sua gestão, em áreas de actividade de grande significado para a vida colectiva dos lisboetas.

#### Limpeza pública e saneamento

- Melhoria das condições de trabalho dos funcionários do Município (novos fardamentos, novos equipamentos mecânicos — essencialmente de pequeno porte — novos contentores e papeleiras, reparação dos centros de limpeza);
- gestão mais racional dos meios disponíveis;
- **elaboração de um novo Regulamento de Resíduos Sólidos e do Regulamento de Efluentes Industriais;**
- ampliação da ETRS de Beirolos — parque de maturação de composto e sua cobertura, que acabará com os maus cheiros que actualmente ainda se registam;
- conclusão do Aterro Sanitário de Vale do Forno — sistema de recirculação de águas lixiviantes;
- **regularização do funcionamento da ETAR de Alcântara;**
- **início da construção do Interceptor de Esgotos Algés/Belém/Alcântara e adjudicação do Interceptor Cais Sodré/Alcântara — cinco frentes de trabalho, 18 meses de duração, 1,8 milhões de contos de investimento;**
- **adjudicação da construção do colector do Arco do Carvalho e intervenções várias no sistema de recolha de esgotos da Cidade, racionalização dos circuitos de remoção de resíduos sólidos;**
- ensaio de esquema de remoção não diária nas Freguesias de St.ª Maria dos Olivais, S. Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima e alteração do tipo de contentores utilizados;
- lançamento de um estudo para a definição de esquemas de remoção selectiva de resíduos sólidos e remoção selectiva do vidro;
- **lançamento da empreitada de construção do novo Cemitério de Carnide;**
- reparação e entrada em funcionamento de sanitários, balneários e lavadouros na Cidade;
- elaboração de um plano de colocação de novas instalações sanitárias automáticas e amovíveis e balneários em toda a cidade;
- participação activa — e presidência — da Associação de Municípios para o Estudo do Tratamento de Resíduos Sólidos e aprovação do Plano Director de Resíduos Sólidos para os sete Municípios das AML (Norte) que integram a Associação;
- lançamento de campanhas de sensibilização da opinião pública;
- lançamento de um projecto de despoluição dos dejectos caninos;
- lançamento de um projecto de aproveitamento de águas de subsolo da Cidade;
- **garantia de financiamentos na ordem dos 700 mil contos de fundos comunitários para obras de saneamento na cidade.**

#### Reabilitação Urbana

- Criação da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, estrutura indispensável para o lançamento de bases sólidas de recuperação e reabilitação do tecido histórico da Cidade de Lisboa;
- reforço sensível das disponibilidades financeiras — orçamento triplicou relativamente a 1989;
- **lançamento de inúmeras obras de recuperação em Alfama, Bairro Alto, Mouraria e outros núcleos e criação de condições para realojamento temporário das populações;**
- **definição da Área Crítica do Bairro Alto e Bica e preparação do processo de definição de área crítica da Madragoa e Olivais Velho;**

- conclusão do levantamento e preparação de um plano de intervenção nos Pátios e Vilas Operários;
- proposta de classificação como imóvel de interesse público da Vila Sousa (Graça);
- entrada em funcionamento do Gabinete de Carnide;
- apresentação de candidaturas e financiamentos de fundos comunitários para reabilitação urbana e garantia de financiamento do Quarteirão 1A (R. dos Cavaleiros/R. do Capelão) na Mouraria.

#### Desporto, Educação e Juventude

- Garantida a participação efectiva da população da Cidade através da definição de mecanismos de relacionamento institucionalizado, e estabelecimento de relações de cooperação com as principais instituições na área do desporto (Federações, Associações, Clubes e Colectividades);
- **realização de grandes acontecimentos desportivos em Lisboa, de carácter nacional e internacional (Dias Náuticos, Festa do Desporto, Festas da Cidade, Grande Prémio de Ciclismo Joaquim Agostinho, Prólogo da Volta a Portugal em Ciclismo, «Meeting» Internacional de Natação, Torneio de Rugby Lisboa Sevens, «Meeting» de Atletismo de St.º António);**
- criação de condições de apoio à criação artística e desportiva (negociação de diversos contratos-programa com colectividades, celebração de protocolo de cooperação com a Federação Portuguesa de Atletismo e a Associação de Atletismo de Lisboa para a formação de monitores da modalidade através do Plano de Desenvolvimento do Atletismo na Cidade, e assinatura de um Protocolo de Cooperação com a Associação de Basquetebol de Lisboa);
- alargamento da rede de espaços polidesportivos descobertos e melhoria das condições de utilização dos já existentes;
- **celebração de um protocolo para colocação de 500 postes de basquetebol em diversos locais da Cidade;**
- desenvolvimento do programa de férias polidesportivas;
- apoio às entidades representativas do desporto para deficientes e veteranos em iniciativas vocacionadas para estas camadas da população;
- **desenvolvimento do programa de construção e conservação de equipamentos escolares e pré-escolares e preparação das condições para o estabelecimento de uma rede pública de equipamentos de ensino pré-escolar;**
- apoio à promoção de actividades de tempos livres em colaboração com as Juntas de Freguesia, visando adequar os horários escolares aos horários laborais; apoio à inserção de alunos e professores na comunidade;
- desenvolvimento de acções de educação de adultos.
- **Administração Geral, Modernização e Reorganização dos Serviços**
- consolidação global da Macro-Estrutura da CML, criação da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana e da Direcção de Projecto de Planeamento Estratégico e criação de Divisões de Obras em vários Departamentos;
- realização do 1.º Encontro de Organização e Informação da CML;
- **desenvolvimento do Plano Geral de 1990-93 Eficácia, Transparência e Desburocratização (linhas de actuação em termos de Documentos-Referência e Cartas da Cidade — uma já concluída: Cidade Demográfica;**
- estudo da informatização em grandes aplicações e por cada uma das Áreas de actividade do Município;
- racionalização de circuitos e processos e aquisição de meios técnicos que facilitem a comunicação interna;
- **definição de uma nova filosofia de relacionamento do Município com os Municípios nas novas vertentes do atendimento;**
- **criação de serviços de Atendimento Municipal (transformação das Repartições Periféricas em quatro novos Serviços de Atendimento abertos à hora do almoço);**
- reorganização dos serviços da Imprensa Municipal (aquisição de novos equipamentos, edição diária do Diário Municipal,

novas perspectivas editoriais); constituída uma nova Comissão Municipal de Toponímia;

- desenvolvimento do estudo do parque informático e aplicações gerais do Município.

#### Ambiente

- **Conclusão do Plano Director do Parque Florestal de Monsanto;**
- elaboração dos Planos Directores Parcelares para o Parque Oriental de Lisboa;
- **protocolo para a abertura da Tapada das Necessidades ao público;**
- protocolo para a formação de técnicos de Gestão de Ambiente e Recursos Naturais;
- elaboração do Estudo Prévio para o Parque Periférico de Lisboa;
- desenvolvimento do Plano Integrado da zona da Cruz das Oliveiras;
- projecto de construção de um miradouro no Alto dos Toucinheiros (em elaboração);
- início do projecto de construção do Parque Ecológico;
- início do projecto de correcção torrencial do Alto da Serafina;
- elaboração do anteprojecto do Parque Urbano do Alto da Serafina (continuação);
- reconhecimento das áreas expectantes da Cidade e elaboração de propostas para a sua utilização;
- elaboração e execução de projectos para espaços verdes, zonas de recreio e lazer, e sua manutenção;
- controlo e fiscalização de actividades geradoras de poluição sonora e atmosférica e gestão do Mobiliário Urbano e ocupação de via pública;
- início da realização do inventário das árvores de interesse público no Concelho de Lisboa;
- reforço das acções de vigilância florestal em toda a Cidade de Lisboa;
- **reparação, construção, beneficiação e manutenção de dezenas de parques infantis e elaboração de projectos de recuperação;**
- elaboração de pareceres sobre estudos de impacte ambiental (eixo Norte-Sul, alargamento da Auto-Estrada do Estoril em Monsanto, remodelação do nó de Alcântara, projecto da Universidade Técnica no Alto da Ajuda, prolongamento da Av. de Ceuta e sua ligação à Av. Norton de Matos);
- normalização dos regulamentos de poluição sonora e atmosférica;
- controlo da poluição sonora (criação do Serviço de Controlo de Ruído);
- controlo da poluição atmosférica (implantação de uma Rede de Medida de Qualidade do Ar de Lisboa, no âmbito da Comissão de Gestão do Ar de Lisboa, e em colaboração com a Direcção Geral da Qualidade do Ambiente e Indústria da Cidade);
- colocação, reparação e definição de novos locais para implantação de mobiliário urbano (floreiras, MUPI's, relógios/termómetros, inventário do mobiliário urbano de Lisboa, implantação de quiosques, projecto de reformulação das Ruas Augusta e Jardim do Regedor, informação sobre painéis de publicidade);
- estudo preliminar do Plano Director de Ocupação da Via Pública e elaboração de um anteprojecto de Regulamento de Ocupação da Via Pública.

#### Turismo

- **Organização do Primeiro Encontro Ibero-Americano de Turismo, e eleição para a Presidência e Sede do Comité de Turismo da União das Cidades Capitais Ibero-Americanas;**
- **Organização das Festas de Lisboa 1990;**
- Co-organização da Festa do Turismo (Setembro); desenvolvimento de acções de promoção nos principais mercados turísticos.

Lisboa, 26 de Setembro de 1990.

## Trabalhadores

# Negociações na Função Pública

## Governo não apresentou qualquer contraproposta

Conforme anunciámos a semana passada, iniciaram-se quinta-feira, 20, as negociações salariais entre o Governo e os Sindicatos da Administração Pública. Os representantes governamentais limitaram-se, nesta primeira reunião, a sugerir o faseamento das negociações. Formas de luta eram entretanto anunciadas em algumas áreas do sector, e os sindicatos da CGTP e da UGT assinavam um comunicado conjunto (ver caixa).

De acordo com informações fornecidas quinta-feira passada pela Federação FNSFP, o Governo não apresentou qualquer contraproposta aos valores de aumento dos salários e pensões apresentados pelos sindicatos: 17,5 por cento.

O «faseamento das negociações» do ponto de vista do Governo, representado pela Secretaria de Estado do Orça-

mento, começaria, segundo a FNSFP, pela «discussão da estrutura do próximo Orçamento do Estado, quanto às despesas públicas com pessoal, bens e serviços».

### Recusada a revisão intercalar

A revisão salarial intercalar, que os sindicatos pretendiam

## • 17,5% propõem os sindicatos

ver aplicada ainda este ano, foi mais uma vez recusada pelos negociadores da parte do Governo.

Quando ao descongelamento dos escalões, o problema será apreciado na próxima reunião do Conselho de Ministros, mas «em termos ainda mais gravosos para os trabalhadores do que o previsto em Julho passado», na altura da aprovação do respectivo diploma.

Ainda segundo a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, a parte sindical exigiu que destas ne-

gociações saia «o aumento dos salários reais dos trabalhadores».

As mesmas negociações devem garantir também a compensação da «dívida social» resultante da perda do poder de compra dos salários da Função Pública nos últimos dois anos.

Conclui a Federação que, «para os sindicatos, a redução do défice orçamental não deverá ser feita, mais uma vez, à custa dos trabalhadores e da população utente dos serviços públicos».

Existem alternativas — sublinha a FNSFP — «e os sindicatos bater-se-ão por elas, defendendo os interesses dos trabalhadores da Administração Pública e a qualidade dos serviços» que prestam à população.

Devido a questões relacionadas com a revalorização de carreiras e com a aplicação do NSR (Novo Sistema Retributivo) eram entretanto anunciadas formas de luta na Direcção-Geral do Património do Estado, dependente do Ministério das Finanças, e na portagem da Ponte 25 de Abril.

A greve neste último departamento, inicialmente anunciada para 25 e 26 do corrente, decorrerá, segundo rectificação sindical, em 2 e 3 do próximo mês de Outubro.

Para anteontem, 25, foi anunciada uma deslocação da direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores à Secretaria de Estado do Orçamento, acompanhada por trabalhadores da Direcção-Geral do Património do Estado. Caso a diligência não resulte, o sindicato não afasta o recurso à greve.

## FNSFP e SINTAP assinam comunicado conjunto

No âmbito das actuais negociações com o Governo, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP) reuniram-se recentemente e emitiram um comunicado conjunto do seguinte teor:

«A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP) reuniram-se na sede da Federação, tendo debatido a situação laboral na Administração Pública e o próximo processo negocial com o Governo.

«Na reunião foi por ambas as organizações salientada a grande preocupação pela degradação das condições de vida e trabalho na Função Pública, pela diminuição dos salários reais dos trabalhadores ao longo do ano de 1990, sem que o Governo tenha tomado qualquer iniciativa para a sua reposição, pela desmotivação causada por uma elevada estagnação nas carreiras profissionais e pelo incompreensível adiamen-

to da publicação da legislação relativa ao descongelamento de escalões, apesar de o Governo ter encerrado unilateralmente a sua negociação em Julho.

«Neste quadro, as duas organizações consideraram imprescindível que, no próximo processo negocial, se afirme uma efectiva vontade de diálogo do Governo que garanta o aumento dos salários reais de todos os trabalhadores e a melhoria das condições de trabalho na Função Pública.

«Finalmente, as duas organizações manifestaram disponibilidade para prosseguir os contactos e reuniões conjuntas, tendo em vista a convergência de propostas e acções que permitam o êxito das reivindicações centrais dos trabalhadores da Administração Pública.»

O comunicado conjunto da FNSFP e do SINTAP tem a data de 18 do corrente e é o primeiro documento do género subscrito pelas duas organizações que pertencem, como se sabe, à CGTP e à UGT, respectivamente.

## Calçado Sector em greve

### Patronato propõe 20 escudos de aumento no subsídio de alimentação e recusa negociações sérias

O sector do calçado e afins cumpre hoje um dia de greve durante todo o período de trabalho. A acção foi anunciada segunda-feira passada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal. O motivo central da luta é a defesa de um contrato que eleve o nível de vida dos trabalhadores.

Ao anunciar a greve para hoje, a Federação acusa a comissão negociadora patronal de fugir a uma «negociação séria».

A greve foi decidida no seguimento de outras acções de luta, depois de várias reu-

niões de conciliação no Ministério do Emprego não terem dado qualquer resultado satisfatório, designadamente quanto aos aumentos salariais e à redução do horário de trabalho.

Na massa salarial as indicações patronais não vão além dos valores da inflação e quanto ao subsídio de alimentação o aumento fica-se pelos 20 escudos.

Os trabalhadores e os sindicatos querem uma revisão do contrato que consagre a redução do horário semanal para 40 horas, uma tabela salarial e um subsídio de alimentação justos, a melhoria dos enquadramentos salariais, a anuidade na revisão do contrato.

A associação patronal tem respondido pela negativa a estas reivindicações.



Durante a manifestação em Berna

## Portugueses manifestam-se na Suíça

Numerosos trabalhadores portugueses emigrados na Suíça participaram numa manifestação em Berna, organizada em 15 do corrente pelo Sindicato da Construção Civil e Madeiras (SICOM/FOBB).

Segundo Manuel Beja, do departamento português do sindicato, entre os mais de 20 mil manifestantes de várias nacionalidades (cerca de 70 por cento da mão-de-obra é emigrada) contavam-se mais de 6 mil portugueses.

Sob o lema geral de «A Europa somos nós», os trabalhadores manifestaram-se pela «Abolição do estatuto de temporário», pela «Segurança no trabalho», «Igualdade de direitos políticos para todos», «Solidariedade entre os trabalhadores».

Recorde-se que a abolição do estatuto de trabalhador temporário está directamente relacionada com o direito ao reagrupamento familiar.

A CGTP-IN enviou uma saudação.

## Professores

# Preocupações e mal-estar no início do ano lectivo

O secretariado nacional, ou seja, a direcção central da FENPROF (Federação Nacional dos Professores), depois de uma reunião de três dias (12, 13 e 14 do corrente), manifestou em público «as enormes preocupações e o inegável mal-estar que grassa entre os docentes».

Ao analisar as condições de reinício do ano lectivo e as principais questões que se colocam aos professores e à educação, a FENPROF emite o seguinte comentário:

«O ano de 1990/91 assume uma importância decisiva para o sistema educativo e para os seus profissionais. É o momento em que o Governo não mais poderá protelar as res-

postas às matérias fundamentais da reforma educativa. Os estatutos das carreiras docentes terão que ser regulamentados e/ou revistos, a gestão democrática das escolas irá ser revista, a formação dos professores deverá conhecer profundas transformações, a reforma curricular entra numa fase decisiva, etc.

«Neste contexto, duas preocupações centrais condicionam toda a situação. Ao Governo em geral e ao Ministério da Educação em especial compete modificar o comportamento que têm tido para com os professores, de forma a criar as efectivas condições de empenhamento dos docentes num processo de renova-

ção em que estes são indispensáveis. Deve **negociar** — sublinha o texto — com lisura os diversos *dossiers* que respeitam aos professores e à educação, deve adoptar as medidas de **efectiva dignificação da profissão docente**.

### Pelo direito à negociação

«Reconhecer e incrementar de facto — prossegue o texto da FENPROF — o direito à negociação colectiva para os docentes, e revalorizar os salários dos professores são duas acções que, no início deste ano lectivo, assumem prioridade. A FENPROF ir-se-

á bater a todos os níveis e por todos os meios para que estes objectivos sejam alcançados.

«Diversas iniciativas e tomadas de posição foram perspectivadas pelo secretariado nacional na sua reunião.

«Os temas que irão galvanizar a atenção dos professores no início do ano serão, certamente, a gestão das escolas, a revisão salarial para 1991, a regulamentação e correcção do estatuto da carreira docente. Desde já, as estruturas da FENPROF e dos seus sindicatos se irão empenhar para dar corpo e expressão pública às enormes preocupações e ao inegável mal-estar que grassa entre os docentes.»

Trabalhadores

# CGTP insiste na redução do horário de trabalho

Sexta-feira passada, a CGTP-IN trouxe a público que acabava de enviar ao Presidente da Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Trabalho (AR), a todos os grupos parlamentares e ao Ministério do Emprego e Segurança Social a moção do plenário de 12 do corrente na qual se exige «o urgente agendamento e votação das propostas de lei na posse da Assembleia da República, com vista à redução da duração semanal de trabalho, esperando-se que o Governo e os grupos parlamentares honrem os compromissos assumidos».

Em síntese, a CGTP reclama «a instituição na lei da semana máxima de 40 horas».

Num breve comunicado aos órgãos da comunicação, a CGTP conclui que «a moção recorda que os compromissos assumidos pelo Governo e, em particular pelo Primeiro-Ministro que, há mais de ano e meio anunciou que seria estabelecido o limite máximo de 44 horas semanais, bem como o compromisso dos grupos parlamentares de agendarem e votarem rapidamente os projectos de lei que têm sobre esta matéria».

# Entrega da Portucel Servilismo do Governo perante o capital

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul (STIQS) classifica de servilismo perante o capital internacional a recente decisão de entregar a Portucel, EP, à iniciativa privada.

Para a direcção sindical este é um dos mais flagrantes casos de vazão do «slogan» governamental de «menos Estado, melhor Estado».

tos, que «certamente está aquém do seu verdadeiro valor».

## Ignorados os interesses nacionais

A recente decisão do Conselho de Ministros de entregar a Portucel à privada «não defende os interesses nacio-

A empresa pública Portucel emprega directamente cerca de 4600 trabalhadores. Em 1989 alcançou um volume de vendas de quase 80 milhões de contos. É assim a primeira exportadora nacional, pois produz cerca de 80 por cento para o mercado externo. Tem instalações de uma ponta à outra do País: centros fabris em Viana do Castelo, Cacia, Vila Velha de Ródão, Setúbal, Guilhabreu, Leiria, Albarraque e Mourão. Possui uma valiosa área florestal equivalente a 1 por cento do território nacional. Detém participações e interesses em numerosos investimentos e empresas, como sucede na Companhia de Papel do Prado, Fapajal, Pextrafil, Celnave, Celpap, LasIndústria, Agro Vale do Lucriz, Sosapel e Inapa.

Nacionalizada, hoje a Portucel é uma das mais ricas empresas nacionais.

A direcção do STIQS realça que «os únicos entraves ao desenvolvimento da empresa foram invariavelmente criados pelos sucessivos governos».

Segundo o sindicato, esses governos nunca colocaram um tostão na empresa. Nem sequer perfizeram os 1290 mil contos do capital estatutário.

Depois de caracterizar em traços gerais o volume da Portucel (ver caixa) o STIQS, cuja direcção se mostra indignada com a «operação», revela os «estrangulamentos orçamentais» sofridos pela empresa e sublinha que, mesmo assim, a Portucel dispõe de «um invejável e cobinado património avaliado em trezentos milhões de con-

nais», crescenta a direcção sindical que, ao proceder desse modo, o Executivo cavquista:

- deixa de controlar esta importante empresa estratégica para o sector e para a economia nacional;

- desfaz-se de um vasto património;

- abdica de receber forte contributo para o Orçamento do Estado, que só em lucros foi buscar mais de 20 milhões de contos nos últimos três anos.

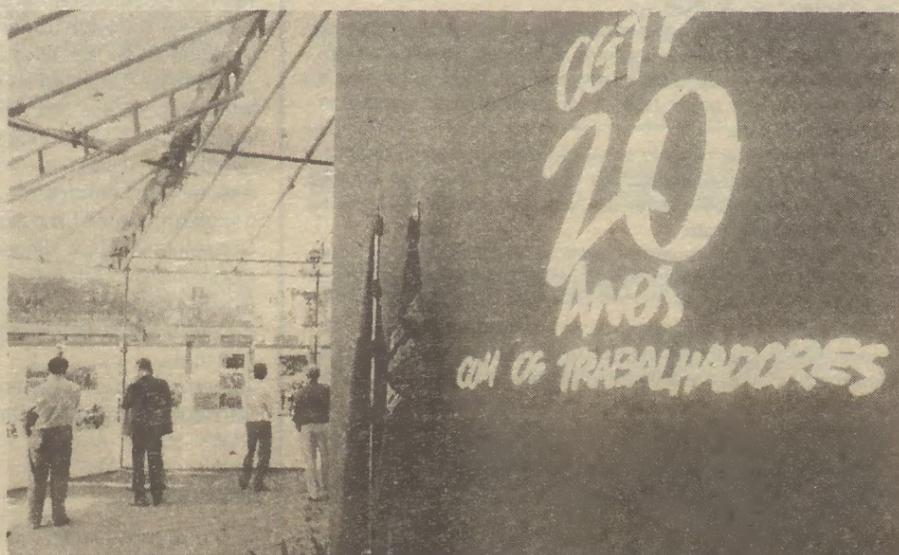
A direcção do STIQS conclui um comunicado sobre o assunto de 18 do corrente, afirmando que, «pelas razões expostas, denuncia e repudia a acção lesa Pátria do Governo PSD/Cavaco Silva, ao mesmo tempo que exige o respeito intransigente pelos interesses e direitos dos trabalhadores».

## Dia 1, comício/espectáculo em Lisboa

# A CGTP-IN comemora 20 anos com iniciativas marcantes em todo o País

Por estes dias, com relevo para 1 de Outubro próximo, comemoram-se com várias iniciativas em todas as capitais de distrito os 20 anos da CGTP-Intersindical Nacional. Entre exposições, actividades desportivas e culturais, distribuição de folhetos alusivos e outras iniciativas, o destaque vai esta semana para o comício/espectáculo que se realiza no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, na próxima segunda-feira, prevendo-se a presença da comissão de honra, ou de grande parte dos seus elementos, fundadores da antiga Intersindical, em 1 de Outubro de 1970.

A direcção da Central recorda que nessa data, há 20 anos, as direcções do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa, do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria dos Lanifícios do Distrito de Lisboa, do Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos do Distrito de Lisboa e do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa convidaram outras direcções sindicais

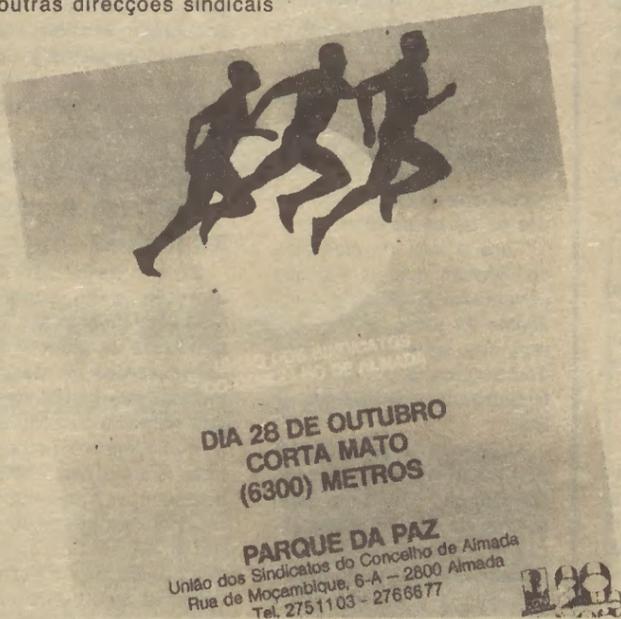


para «comparecerem numa sessão de trabalho para estudo de alguns aspectos da vida sindical, cuja discussão lhes parece da maior oportunidade».

Dez dias depois, em 11 de Outubro de 1970, efectuou-se em Lisboa a primeira reunião

intersindical, iniciando-se assim, com a presença das direcções de 13 sindicatos, o

movimento das Reuniões Intersindicais. Estava lançada a Intersindical.



# Salvar a Fisel de Seia

## A Concelhia do PCP afirma que estão em risco mil postos de trabalho e que o descalabro da empresa acelerará a desertificação do concelho

A Comissão Concelhia de Seia do PCP pronunciou-se no sentido de salvar urgentemente a empresa Fisel e de garantir os seus postos de trabalho. Segunda-feira passada emitia o seguinte comunicado:

«De há uns anos a esta parte, os trabalhadores da Fisel vivem em sobressalto, sentindo pairar sobre as suas cabeças o espectro do desemprego.

«Mês após mês, ano após ano, a situação tem vindo a agravar-se.

«Dando emprego a quase mil trabalhadores, a Fisel tem sustentado muitas centenas de famílias espalhadas por todo o concelho, com um papel relevante no seu desenvolvimento económico-social.

«A reestruturação do sec-

tor, a par da política deste Governo e da grande descapitalização feita pela administração da Fisel, conduziu esta empresa à gravíssima situação financeira em que se encontra.

«Alheios a esta situação e sem quaisquer responsabilidades neste processo, os trabalhadores da Fisel são os mais atingidos.

A Comissão Concelhia de Seia do PCP tem acompanhado, desde a primeira hora, todo este processo.

«Os camaradas da Fisel, no movimento sindical unitário, têm-se esforçado na procura de uma solução e têm dado o melhor contributo para a unidade dos trabalhadores.

«Os membros eleitos do PCP na Assembleia Municipal têm persistentemente chama-

do a atenção daquele órgão e, através dele, alertado o Governo e o executivo camarário para a situação da Fisel.

«Foram os eleitos do PCP na Assembleia Municipal que desde a primeira hora alertaram para a gravidade da situação, demonstrando o seu apoio inequívoco aos trabalhadores e, através de intervenções directas e da apresentação de várias propostas e moções, conseguiram ganhar o apoio unânime daquele órgão.

«É deveras preocupante para a Comissão Concelhia de Seia do PCP a situação da Fisel, só possível mercê da passividade do Governo PSD/Cavaco Silva e da Autarquia, que, não actuando quando deviam, deixaram arrastar a empresa e os trabalhadores para

a difícil situação em que se encontram.

«O Governo PSD/Cavaco Silva não pode lavar as mãos como Pilatos, sob pena de ser duplamente conivente com este processo que, a não ser contido, poderá levar ao desemprego maciço e ao acelerar da desertificação do concelho, comprometendo o seu futuro.

«O PCP está, como sempre esteve, solidário com os trabalhadores, e desenvolverá todas as acções ao seu alcance para salvar a empresa e garantir os postos de trabalho.»

«Os trabalhadores da Fisel podem contar com o PCP.

«O PCP apela a todos os trabalhadores para que se mantenham unidos em salvaguarda da empresa e dos seus postos de trabalho».

PCP

# Condolências pela morte de Ângelo Veloso

Para além das já mencionadas na nossa última edição, muitas outras mensagens de condolências, votos de pesar e de consternação pelo falecimento do camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central, foram recebidas pela direcção do PCP.

Personalidades dos mais variados quadrantes da vida política e cultural, organizações sindicais, autarquias, instituições, entidades e estruturas de todos os pontos do País fizeram chegar a expressão do seu pesar pelo desaparecimento do destacado lutador antifascista.

A Comissão Permanente da Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de pesar pela morte de Ângelo Veloso. Também do Provedor de Justiça se recebeu uma mensagem de condolências.

Do estrangeiro chegaram idênticas expressões de pesar, como a do Comité Central do Partido FRELIMO, da República Popular de Moçambique.

O Secretariado do Comité Central divulgou, entretanto, um agradecimento público a todas as pessoas e entidades que manifestaram as suas condolências pelo desaparecimento de Ângelo Veloso.

## Camaradas Falecidos

### Ernesto de Castro e Silva

Faleceu no passado dia 20 na sua residência, em Paço d'Arcos, o nosso camarada **Ernesto de Castro e Silva**, de 81 anos, médico.

Figura admirada e respeitada, com profundo sentido humanista e de solidariedade, Ernesto de Castro e Silva iniciou a sua actividade política nos anos 30, participando nos **Grupos de Defesa Académica** contra a ditadura fascista, que, naturalmente, não lhe perdoou: foi afastado de todos os cargos públicos, incluindo os serviços hospitalares.

Participou activamente no Socorro Vermelho Internacional em ajuda solidária ao povo espanhol durante os anos difíceis da Guerra Civil. Esteve presente em todas as campanhas eleitorais da oposição democrática, mantendo ao longo dos anos uma posição frontal e enérgica em defesa da liberdade.

Depois do 25 de Abril fez parte dos órgãos autárquicos do concelho de Oeiras e nomeadamente na Assembleia de Freguesia de Paça d'Arcos.

Durante a doença foi acompanhado pelos seus familiares e amigos, entre os quais a musicóloga Maria Helena de Freitas.

### Madalena Pires de Almeida

No passado dia 22 faleceu a militante comunista **Madalena Pires de Almeida**, natural de Estarreja e residente no Lumiar, em Lisboa. Muito estimada, nomeadamente entre as suas clientes no mercado do Lumiar, Madalena Almeida pertencia à célula da Musgueira Sul. Contava 71 anos.

### Joaquim Gabriel Pólvora

Com 80 anos de idade faleceu recentemente o nosso camarada **Joaquim Gabriel Pólvora**, natural do Couço, membro do Partido desde os tempos da clandestinidade. Juntamente com outros trabalhadores rurais, conheceu as prisões da ditadura, na sequência da luta por melhores salários e condições de trabalho.

### José Duarte

Activo militante antifascista, faleceu o nosso camarada **José Duarte**, de 77 anos, residente em Moscavide, nos arredores de Lisboa. Foi membro da célula da EDP, naquela localidade. Participou, com a idade de 20 anos, na distribuição do «Avante!» clandestino. Esteve preso em Caxias durante dois anos.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

## Nacional

# Plenário Nacional do MURPI

O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) vai efectuar o seu 8.º Plenário Nacional no Pavilhão dos Olivais da cidade de Coimbra, a partir das 9.30 horas de sábado, dia 29.

Está confirmada a presença de 450 delegados efectivos e 200 suplentes, em representação de 155 organizações de reformados. Espera-se que estejam igualmente presentes cerca de 3000 convidados de instituições e organizações nacionais.

Os delegados vão debater neste 8.º Plenário o Caderno Reivindicativo elaborado pelos organizadores, sendo previsível a aprovação de um conjunto de reivindicações consideradas prioritárias.

# Encontro de quadros comunistas e outros democratas do distrito de Beja

Com meia centena de presenças, decorreu no último sábado em Beja um encontro de quadros comunistas e outros democratas deste distrito alentejano. Em foco estiveram três temas centrais: **as eleições para a Presidência da República e para o Parlamento em 1991; o desenvolvimento económico e social do distrito e o Poder Local e Regionalização.** A Mesa da presidência do encontro foi constituída pelos camaradas da DORBE (Direcção Regional do Partido) **António Murteira**, membro do Comité Central, **António Teles**, vereador da CM da Vidigueira, **António Raposo**, director do «Diário do Alentejo» e presidente da Assembleia Municipal de Aljustrel, **Lourdes Hespanhol**, deputada, e ainda por **Ivo Góis**, membro da Comissão Concelhia de Beja, dirigente sindical, **José Filipe**, da Concelhia de Ourique e presidente da CM, **José Coutinho**, independente, presidente da AM de Odemira e **Luis Bartolomeu**, independente, vereador da CM de Aljustrel.

A intervenção de abertura esteve a cargo de **António Murteira**, membro da Comissão Executiva Nacional do PCP.

## Eleições

Sobre as batalhas eleitorais de 1991 os participantes no encontro concluíram que as eleições para a Presidência da República e, sobretudo, as eleições para a Assembleia da República, assumem no actual contexto internacional, nacional e regional uma extraordinária importância.

Isto porque as eleições abrem aos trabalhadores e agricultores, à juventude e às mulheres, aos portugueses, a possibilidade real de uma viragem democrática na vida nacional, viragem que projecte Portugal no caminho do desenvolvimento e da modernidade, no caminho da cooperação e da paz com todos os povos do Mundo.

Face a isto, os presentes consideram que as eleições constituem a tarefa política central de todos os comunistas, dos seus aliados, dos democratas e de todos os trabalhadores do distrito de Beja.

Os participantes apoiaram a candidatura de **Carlos Carvalhas**, secretário-geral adjunto do PCP, à Presidência da República, pelos objectivos iminentemente patrióticos e democráticos que se propõe alcançar.

No respeitante às eleições legislativas de 1991, no distrito de Beja, o objectivo eleitoral, apontado

implantação de uma base industrial integrada no Baixo Alentejo; edificação de uma rede moderna de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e à elevação do nível e qualidade de vida nos campos e nos meios urbanos; a criação da Região de Turismo «Planície Dourada» e dinamização das Zonas de Turismo; a correcta aplicação dos fundos nacionais e da CEE; elaboração e aplicação de um plano específico de combate ao analfabetismo, ao insucesso e abandono escolares; os meios capazes de promover uma reforma na área da saúde; a problemática da habitação; defesa do meio ambiente e do património; regionalização; e a paz.

Os comunistas e outros democratas presentes no encontro responsabilizaram o PSD e o seu Governo e também anteriores governos do PS ou com a participação do PS, pela situação económica e social no distrito, e consideram que o desenvolvimento do distrito de Beja é possível, para o que é da máxima importância o diálogo, a convergência e a acção comum de democratas e forças democráticas em torno de objectivos claramente definidos que possam interessar à grande maioria da população do distrito.

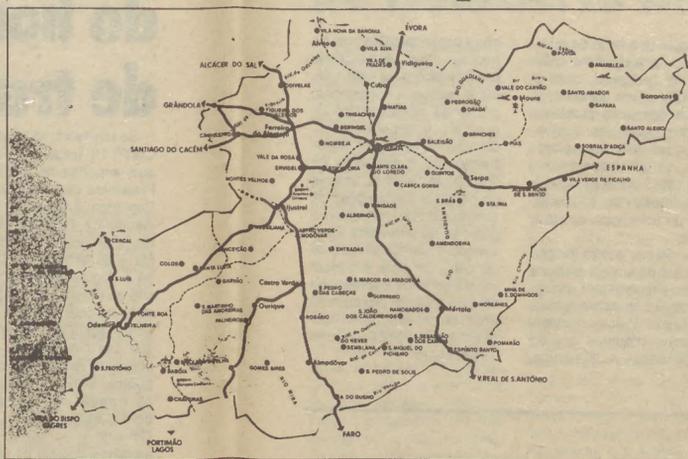
## Poder Local

Sobre o Poder Local, foi realçada a importante obra que os eleitos do PCP e dos seus aliados puseram de pé.

É também opinião comum que o problema maior e mais importante para o Poder Local, nas circunstâncias presentes, é o da capacidade financeira dos municípios, seriamente afectada pela política centralizadora e asfixiante do Governo PSD.

Para resolver a situação financeira das autarquias de forma a que possam continuar a trabalhar em benefício das populações, o encontro reivindicou:

- Que o Fundo de Equilíbrio Financeiro seja rectificad



do tendo em conta o montante da cobrança do IVA;

● Que o Governo pague todas as dívidas que tem às autarquias;

● Que as autarquias sejam indemnizadas das isenções de sisa e contribuições autárquicas decididas pelo Governo;

● Que seja actualizado o cadastro, principalmente dos prédios rústicos;

● Que termine a prática de chantagem sobre as autarquias para pagarem parte dos investimentos da responsabilidade do Governo;

● Que a atribuição de novas responsabilidades do Poder Local sejam sempre acompanhadas das verbas necessárias;

● Que o sistema de adiantamento das verbas do FEDER às autarquias siga os mesmos critérios que são praticados pela CEE;

● Que sejam rapidamente instaladas as Unidades de Gestão dos Programas Operacionais;

● Que a linha de crédito bonificada para os Municípios, no âmbito dos investimentos FEDER, seja desburocratizada e entre imediatamente em funcionamento.

## Regionalização

O encontro de quadros comunistas e outros democra-

tas do distrito de Beja apoia as propostas do PCP para a rápida concretização da Regionalização. Assim estiveram no centro do debate as seguintes reivindicações:

● Aprovação até final do ano da Lei Quadro das Regiões Administrativas;

● Aprovação no primeiro trimestre de 1991 da Lei de instituição, em concreto, das regiões, com a definição de áreas provisórias, como base de partida (distritos, antigas províncias, ou outras);

● Realização de eleições, simultaneamente com as eleições para a Assembleia da República, nas regiões em que exista consenso acerca das áreas regionais.

# Situação económica e social abordada pela Direcção Regional do PCP

## ● Falências e desemprego ameaçam nos sectores têxtil e do calçado

Sérios riscos de falência, com encerramento de milhares de postos de trabalho, ameaçam diversas empresas do ramo da têxtil e calçado no distrito. O Governo, entretanto, continua a negociar, no âmbito da CEE, aspectos decisivos para o futuro dessas indústrias, bem como da agricultura, no maior secretismo. As negociações para o abandono do Acordo Multifibras (AMF) podem significar uma catástrofe para estes sectores e para a economia do distrito se não forem acautelados com firmeza os nossos interesses.

O alerta vem de Braga pela voz da Direcção da Organização Regional do PCP, que esteve reunida recentemente para analisar a situação política, económica e social e suas implicações no distrito. Outros temas em debate foram as medidas de organização partidária e a definição de linhas de trabalho e orientações para a actividade no imediato e futuro próximo.

Vejamos algumas passagens do comentário divulgado aos órgãos da Comunicação Social após aquela reunião:

## Campesinato

O campesinato defronta-se com novos e graves problemas com a liberalização da importação de produtos agrícolas, carne e ovos, vinho e com o estabelecimento das quotas leiteiras. As cedências do Governo Cavaco às pres-

# Assembleia regional em 1 de Dezembro

Várias comissões de trabalho foram já constituídas por iniciativa do Executivo da DOREV (Direcção da Organização Regional de Évora) do PCP, tendo em vista a elaboração de documentos e questões técnicas da 2.ª Assembleia daquela OR, marcada para **1 de Dezembro** próximo. A reunião magna dos comunistas deste distrito do Alto Alentejo terá lugar no Palácio D. Manuel, na cidade do Templo de Diana.

O Executivo da DOREV exorta os comunistas do distrito de Évora a participarem nos trabalhos preparatórios da 2.ª Assembleia de Organização, dando o seu contributo para a definição dos objectivos políticos para o distrito e das soluções adequadas ao melhoramento do trabalho de direcção e da organização do Partido.

Aquele organismo de direcção regional do PCP considerou preocupante a asfixia financeira das autarquias resultante da ofensiva desencadeada pelo Governo contra o Poder Local, situação que põe em grave risco a qualidade de vida das populações. O Governo não só não paga os milhares de contos que deve às Câmaras de Évora, Reguengos e Portel, como não indemniza as autarquias das isenções da Contribuição Autárquica e da Sisa, rectificando o Fundo

de Equilíbrio Financeiro, referem os comunistas de Évora.

O executivo da DOREV do PCP apoia a luta das autarquias, pela tomada de medidas imediatas contra esta grave situação, bem como a luta das Juntas de Freguesia pelo reforço das suas competências e meios financeiros e a possibilidade destas terem eleitos em regime de permanência.

## Ano escolar

O Executivo regional do PCP chama a atenção da opinião pública e das entidades responsáveis para os grandes fluxos de emigração e migração para países europeus (Suíça, França) e para zonas mais industriais (Lisboa e Setúbal), e, por outro lado, refere-se à abertura do novo ano lectivo nesta região do Sul, comentando:

## Saúde

A situação da saúde no distrito é grave. Perante a incapacidade de resposta e ruptura do Hospital Distrital de S. Marcos e as deficientes condições de funcionamento de diversos hospitais concelhios e dos cuidados de saúde primários, há muito que o Governo devia ter tomado medidas e, em primeiro lugar, iniciado a construção de um novo Hospital Central. Ao mesmo tempo que a DORBE repudia a inércia governamental, não pode deixar de alertar a opinião pública no sentido de que não será com a construção de mais um hospital privado (a que o presidente da Câmara anuncia conceder o apoio com terreno e não só) que irão solucionar-se as carências existentes no distrito.

## Pressões sobre os trabalhadores

A situação económica, social e laboral no distrito justifica grandes preocupações. Os sectores mais carenciados da população são duramente atingidos pela política de liberalização e aumento dos preços do Governo de Cavaco Silva — do pão ao leite, do gás ao material escolar, etc. As duas subidas de preço dos

«Faltam professores, existem escolas superlotadas, há degradação de instalações.

No plano financeiro, considera-se também preocupante os cortes de verbas às escolas

do distrito, em média 20% (só no concelho de Évora em 4 escolas são menos 6000 contos em relação a 1989), bem como a insuficiência de verbas para a Universidade de Évora.»

# Solidariedade com os produtores de arroz

O Executivo da DORS (Setúbal) saúda a luta dos produtores de arroz do Sul do distrito, pelas suas reclamações de escoamento assegurado dos produtos, garantia de preços justos, subsídio para o produtor e condições de pagamento do arroz.

A falta de resposta da parte do Ministério da Agricultura e do Governo PSD a estas reclamações levou os produtores de arroz no passado dia 14 a uma concentração em Alcácer do Sal e à interrupção do trânsito na estrada Lisboa-Algarve durante uma hora, recorda a Direcção Regional de Setúbal do PCP.

Reunido há dias no Barreiro aquele Executivo Regional,

«num quadro em que se verifica um agravamento das condições de vida dos trabalhadores de várias empresas, sectores laborais e da população em geral (aumento dos combustíveis, gás, produtos de primeira necessidade, perda do poder de compra, etc.), apreciou a importância de que se revestirá o próximo Congresso do Distrito de Setúbal, marcado para **16 e 17 de Novembro**, exortando os comunistas e os trabalhadores em geral a empenharem-se activamente em tão importante iniciativa, contribuindo para elevar a unidade, capacidade reivindicativa e de luta do Movimento Sindical Unitário do distrito.»



# Coimbra Seminário sobre incêndios florestais em 13 de Outubro

Ponto fundamental do último plenário da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP foi a discussão dum calendário de actividades em termos distritais e, inserido num todo nacional, com vista à intensificação da intervenção política na realidade do distrito, tendo em conta o calendário eleitoral para 1991 e a necessidade de realização em Dezembro próximo da Assembleia da OR de Coimbra.

Dentro das iniciativas já decididas e que oportunamente serão divulgadas, são de destacar a realização já no próximo dia **13 de Outubro** de um Seminário sobre a problemática dos incêndios florestais e no dia 27 de um encontro distrital de membros do Partido que desempenham funções de responsabilidade no movimento sindical.

Ocorrendo em Novembro mais um aniversário da Revolução de Outubro, foi decidido realizar um conjunto de iniciativas de natureza diversa, incluindo o debate de ideias sobre a actualidade deste tema à luz das transformações que se vêm verificando no mundo contemporâneo.

## Terra

# Agricultores estão fartos de palavras boas e más acções

Duras críticas ao Governo foram feitas recentemente pela CNA e organizações regionais de agricultores, que «fartos cada vez mais de boas palavras e más acções», vêem os rendimentos a diminuir e sentem-se espoliados do seu trabalho. Entre as muitas reivindicações que apresentam, os agricultores exigem uma audiência com o ministro da Agricultura para debater as razões do seu descontentamento.

Este descontentamento foi aliás já manifestado em acções de rua, nomeadamente num corte de trânsito verificado em Alcácer do Sal, e os agricultores ameaçam com mais protestos, caso não sejam atendidas as suas reivindicações.

É o caso dos produtores de arroz, que, reunidos na passada segunda-feira em Alcácer do Sal, decidiram manifestar-se amanhã nesta localidade para condenar a política de comercialização do sector.

Num documento divulgado à imprensa, datado de 20 do corrente mês, a CNA, as Federações de Agricultores de Leiria e Santarém, as Associações dos Agricultores de Lisboa e de Setúbal contestam a liberalização das importações de produtos agrícolas, frutos, carnes, vinho e outros, que levam os «agricultores à ruína, não combatem a inflação e não beneficiam os consumidores». Especial atenção é chamada para o caso do vinho, já que em vésperas de uma grande vindima continua a ser possível importar este produto de países terceiros.

## Os custos mais elevados da CEE

Por outro lado, a Confederação Nacional da Agricultura

denuncia o facto de as taxas de juro serem as mais elevadas da Europa e exige que os «agricultores portugueses sejam colocados em pé de igualdade com os seus parceiros comunitários». Concretamente, para além da baixa das taxas de juro, esta organização reclama a baixa dos preços de todos os factores de produção, como as sementes, gasóleo, rações, adubos, pesticidas, seguros e créditos, actualmente 30 por cento mais caros do que na restante CEE.

O regulamento 797, que define a aplicação dos fundos comunitários para a agricultura, afirma a confederação, deve ser alterado de forma a adaptá-lo às condições específicas da nossa agricultura, eliminando designadamente as cláusulas discriminatórias, que atingem a maior parte dos agricultores portugueses devido às suas fracas capacidades financeiras. Note-se a propósito que cerca de 96 por cento do sector não beneficiou destes fundos, razão pela qual «todo o País agrícola deve ser considerado região desfavorecida para que os agricultores possam ter acesso às indemnizações compensatórias», acrescenta o comunicado, que defende a concessão de fundos às explorações agrícolas familiares.

## Cinco tostões de subsídio

Também o subsídio de gasóleo à lavoura deverá ser revisto, já que a portaria nº 547/90, de 21 de Julho, que o estipula, ignora os sucessivos aumentos de combustíveis deste então ocorridos. Neste momento o subsídio é de 21\$50 por litro, tendo o gasóleo aumentado, desde 1989, 21\$00 por litro. Desta forma os agricultores recebem o ridículo subsídio de cinquenta centavos por litro.

Quanto às quotas leiteiras, a CNA refere que tendo por objectivo limitar a produção nacional, criam condições para o desaparecimento dos pequenos produtores, e não deviam ser aplicadas antes de 1996. Por outro lado, quando Portugal atingir os níveis de consumo comunitários a citada quota não será suficiente para abastecer o mercado nacional, e ter-se-á que recorrer à importação de um bem que temos todas as condições de produzir.

A agravar ainda mais esta questão, sublinha o docu-

mento, está o facto de o Ministério da Agricultura «não estar a esclarecer nem a sensibilizar os agricultores para o complexo problema da introdução das quotas, nomeadamente das explorações de arrendamento», onde esta medida irá conduzir a inevitáveis especulações da terra com direito a quota.

Por último, a não fixação do preço do arroz e garantia do seu escoamento, conclui o comunicado, está a favorecer «compras dos industriais a preços inferiores aos do ano passado». A CNA acusa,

neste contexto, o Governo de parecer estar «interessado em desvalorizar o nosso arroz e facilitar a importação, enchendo os bolsos dos industriais e importadores». De acrescentar que a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal, através de recentes declarações do seu presidente, contestou a demora na prometida intervenção do Instituto Nacional de Garantia para o escoamento do arroz e a redução em três escudos por quilo no preço do produto, numa altura em que a inflação ronda os 13 por cento.

## Governo prejudica produtores de vinhos do Douro

O secretariado da direcção da Organização Regional de Vila Real do Partido Comunista Português (DORVIR do PCP) vem tomar posição pública sobre a situação das vindimas no Douro.

1 — Tal como o PCP tinha alertado, em comunicado público da sua Comissão Concelhia de Alijó, houve uma brusca e injustificável diminuição de 20 por cento no benefício ao vinho generoso do Douro, para o chamado vinho do Porto. Aquando desse nosso alerta houve quem procurasse minimizá-lo e até negá-lo.

Esta situação, num ano de previsível boa colheita vem prejudicar os produtores e favorecer comerciantes e exportadores que assim podem dispor de melhores vinhos e maior oferta com os consequentes e inevitáveis mais baixos custos.

A alegada justificação de quebra na exportação não serve, pois que é inclusive inferior à diminuição de benefício que é decretada e imposta, acrescentando que não se refizeram stocks de maus anos anteriores.

2 — Contraditoriamente o

aumento que ronda os 20 por cento no preço das aguardentes que são vendidas à lavoura para benefício traduz-se numa nova sobrecarga de custos para os produtores. Este agravamento equivale a um autêntico e injusto imposto encoberto pois que é o Estado que tem o exclusivo da sua importação e que lucra com a mesma.

O Governo PSD/Cavaco Silva segue assim uma política de dois pesos e duas medidas — por um lado impõe sacrifícios e abaixamento do preço do vinho aos produtores,

por outro onera a produção com um aumento de preço da aguardente essencial para o benefício.

3 — Na actual situação assume ainda particular preocupação a ausência de preços para os vinhos de consumo, estando-se a fazer as vindimas sem garantias de preço nem de venda.

O PCP associa-se aos protestos contra a importação de produtos agrícolas e nomeadamente de vinhos que se traduzem em mais uma ameaça para a já de si difícil situação dos viticultores.

## Poder Local

## Barreiro

### Melhor água e melhores esgotos

Rede de saneamento e controlo da qualidade da água são dois temas que se inscrevem nas preocupações da Câmara Municipal do Barreiro que na semana passada divulgou a concretização do início dos trabalhos de limpeza e desentupimento de colectores no concelho e o estabelecimento de um contrato com o laboratório da Quimigal, empresa que começará trabalhos no sentido de se proceder à caracterização e controlo da qualidade da água.

A acção de desentupimento e limpeza dos colectores do concelho do Barreiro está já a decorrer desde este mês de Setembro e prolongar-se-á até finais de Outubro, princípios de Novembro, envolvendo nesta primeira fase cerca de sete quilómetros e meio, com um custo aproximado de dois mil contos.

Esta acção que agora está a ser concretizada visa eliminar o assoreamento dos colectores e ultrapassar algumas das situações mais degradadas existentes na rede de saneamento.

Na verdade, segundo refere um comunicado da edilidade, «a situação de degradação, as condições da rede de saneamento, o nível de equipamento operacional, a escassez de recursos humanos, são um conjunto de factores que têm contribuído para a rápida e progressiva obstrução dos colectores»,

resultando daí a necessidade imperiosa de uma intervenção do tipo da que agora está a ser levada a cabo.

Diz a Câmara Municipal do Barreiro que «a acção que está a decorrer, através da intervenção de uma empresa do exterior, vai contribuir decisivamente para melhorar as condições da rede de saneamento e permitir uma avaliação global da situação existente nas áreas de intervenção».

#### Controlo

A edilidade barreirense anunciou também que vai estabelecer um contrato anual de prestação de serviços com a DCI/Quimigal no valor de cinco mil contos tendo em vista vir a efectuar-se o controlo regular da qualidade da água de consumo através dos laboratórios daquela empresa.

O estabelecimento deste contrato vem na sequência de

uma proposta anterior, aprovada em Fevereiro do corrente ano, no sentido de se proceder à caracterização da água de abastecimento e, numa segunda fase, com base nos resultados obtidos, efectuar o controlo da qualidade dessa água. Entretanto, com a publicação do decreto-lei 74/90, em Março, que aprova as normas de qualidade da água, a situação veio modificar-se uma vez que, segundo a câmara, «foram fixados os parâmetros e frequência de amostragem do controlo de qualidade», isto de acordo com a origem da água e a população servida, sendo também obrigatório que todos os distribuidores de água procedam a esse controlo.

«Neste contexto» afirma a edilidade, «perante as necessidades impostas pela legislação e dando continuidade ao processo já anteriormente iniciado pela autarquia foram contactados laboratórios», tendo a câmara do Barreiro optado pelo laboratório da DCI-Quimigal que considera ser «um dos mais acreditados no país pelo Instituto Português de Qualidade» a que se acrescenta a vantagem de estar localizado junto à área de colheita «o que permite mais e melhores contactos entre o laboratório e a autarquia», possibilitando também, «o esclarecimento de dúvidas face aos resultados ou a eventual realização de contra-análises».

## Grândola não quer resíduos tóxicos

Para clarificar as intenções do Governo quanto à localização de um aterro de resíduos tóxicos uma delegação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Grândola foi recebida na passada terça-feira pelo secretário de Estado da Indústria e Energia numa reunião que ocorreu depois de uma

idêntica delegação da autarquia ter sido recebida no passado dia 10 de Setembro pelo ministro do Ambiente para debater o mesmo assunto.

Até à data desta reunião dos autarcas de Grândola com o secretário de Estado não existia qualquer informação oficial que

confirmasse ou desmentisse a futura localização do aterro de resíduos tóxicos na região de Grândola, tendo a autarquia tomado conhecimento dessa intenção através de declarações feitas por membros do Governo aos órgãos de comunicação social.

Tanto a Câmara como a Assembleia Municipal de Grândola rejeitaram já a instalação de um aterro desse tipo, reflectindo a vontade unânime da população, considerando que estas decisões devem ser tomadas tendo em consideração essa vontade expressa pelas populações.

## COIMBRA

### Aumentos dos transportes são injustificados

«Medida injusta e contraditória com as próprias do PS durante a campanha eleitoral» foi como o secretariado da comissão concelhia de Coimbra do Partido Comunista Português qualificou em comunicado a decisão da Câmara Municipal de aumentar os preços dos transportes públicos, com valores que atingem em alguns casos os vinte por cento, com base na alegação de tal medida se justificar «pela crise no Golfo» e o facto de os aumentos dos combustíveis terem aumentado desde Julho passado cerca de treze por cento.

Como refere o PCP de Coimbra, «dado os encargos com

combustíveis representarem para o município o máximo de doze por cento do total de encargos com os transportes públicos» verifica-se que o aumento aprovado é três vezes superior ao necessário para cobrir o crescimento dos custos derivados da subida dos preços nos combustíveis.

Este aumento nos transportes públicos de Coimbra foi aprovado com os votos dos eleitos na Câmara do PS, PSD, CDS e PRD com um único voto contrário do vereador comunista Santos Cardoso. «Os municípios saberão tirar as suas conclusões», conclui o comunicado do PCP local.

Nacional

Homenagem Nacional no 5 de Outubro

# Panteão recebe restos mortais de Humberto Delgado

A cerimónia de trasladação dos restos mortais de Humberto Delgado para o Panteão Nacional, que assinala o 25.º aniversário da sua morte, realiza-se no próximo dia 5 de Outubro, segundo anunciou em conferência de imprensa a Comissão Nacional de Homenagem ao general antifascista.

No encontro, presidido pelo dr. Magalhães Godinho, foi divulgado o programa das cerimónias oficiais, que têm início no Cemitério dos Prazeres, onde serão prestadas honras militares pela Força Aérea às 13 horas, seguindo-se, às 15 horas, a Missa de Sufrágio celebrada pelo Cônego José Mendes Sarrazina. Pelas 16 horas, o cortejo fúnebre seguirá para o Panteão Nacional, no qual se integrarão a família, o Presidente da República, a Comissão de Honra e todos os que desejarem participar na homenagem.

O elogio fúnebre será pronunciado pelo professor Emídio Guerreiro, prevendo-se que o discurso de encerramento seja proferido pelo Presidente da República.

Para além do Presidente da República, integram a Comissão de Honra o presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, os ministros da Defesa Nacional e das Obras Públicas e Comunicações, o chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, o chefe de Estado-Maior da Força Aérea, o chefe de Estado-Maior do Exército, o chefe de Estado-Maior da Armada, os embaixadores do Brasil e de Espanha, o secretário de Estado da Cultura, o director-geral da Aviação Civil, o presidente da CM de Torres Novas e numerosas personalidades da vida nacional que passamos a citar: Alcina Bastos, Álvaro Cunhal, António Figueiredo, António Pedro Vicente, António Simões de

Abreu, Aquilino Ribeiro Machado, Armando Adão e Silva, Artur Andrade, Artur Cunha Leal, Carlos Alexandre Pinto, Duarte Vidal, Emídio Guerreiro, Eugénio Cavalheiro, Eurico Ferreira, Fernando Piteira Santos, Giuliano Vassaly, Gualter Basílio, Gustavo Soromeno, Hélio Lucena, Henri Leclerc, Ian MacDonald, Iva Delgado, Jaime Vilhena de Andrade, Jorge Sampaio, José Augusto Seabra, José Luís Nunes, José Magalhães Godinho, José Maria Crespo Marquez, Luís Saias, Mário Cal Brandão, Ramon de la Féria, Raul Rego, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco da Gama Fernandes, Vasco Vieira de Almeida, Vítor Paquete, e ainda a Associação 25 de Abril, a Associação dos Antigos Presos do Tarrafal e a Associação dos Resistentes Antifascistas.

Também a vizinha Espanha surge associada a esta homenagem, designadamente através dos alcaides de Olivença e Vila Nueva del Fresno que acordaram em erigir memórias



A Comissão Nacional de Homenagem a Humberto Delgado apela não só ao povo da capital mas a todos os portugueses a estarem presentes nas cerimónias de 5 de Outubro que assinalam o 25.º ano da morte do general antifascista

a Humberto Delgado, respectivamente, no local onde o general foi assassinado e no sítio em que o corpo foi encontrado. Os materiais para a construção dos monumentos são cedidos pelas câmaras de Elvas e Mourão, estando a sua concepção a cargo do escultor

Lagoa Henriques. Em breve será conhecida uma medalha evocativa, igualmente da autoria deste escultor, bem como estará patente, numa sala do Panteão, uma exposição fotográfica denominada «Memória de Humberto Delgado», organizada pelo IPPC.

## Câmara PS de Sabrosa com gestão pessoalista

Centro de Saúde de Sabrosa, aluguer das oficinas camarárias, distribuição de verbas, gestão pessoalista e anárquica são alguns dos motivos para uma tomada de posição pública da comissão concelhia de Sabrosa do PCP que tece críticas à gestão da Câmara PS, afirmando-se em comunicado que «em Sabrosa com problemas velhos repetem-se os maus remédios».

Começando por comentar a situação vivida actualmente no Centro de Saúde de Sabrosa, o comunicado da organização local do PCP lembra que este centro ficou sem serviço de urgência, com excepções raras, contrariando assim a promessa eleitoral do

Partido Socialista no último sufrágio autárquico de «alargar para vinte e quatro horas por dia» o serviço desse centro de saúde. Os factos demostrem essa promessa: antes das eleições o serviço funcionava das 15 às 24 horas nos dias de semana e ao fim-

de-semana das nove às 24. «Agora praticamente encerrou» refere o PCP local.

Suspeições quanto à lisura de processos dos responsáveis da Câmara são igualmente levantadas neste comunicado, referindo-se em particular o caso do aluguer das oficinas camarárias: elas foram alugadas por muito baixo preço para uma fábrica de confecções, não houve concurso público nem sequer a Assembleia Municipal foi informada. É o contrário de uma «gestão transparente, eficaz e rigorosa» tal como advogava o programa eleitoral para a autarquia apresentado pelos socialistas.

Outra denúncia feita pelos comunistas de Sabrosa refere-se à ausência de uma justa e equilibrada distribuição de verbas e realização de obras pelas freguesias do concelho. Citando um caso concreto, o comunicado afirma não condenar «que se façam obras e um court de ténis em São Martinho de Anta» condena sim que a câmara «não siga a mesma política noutras freguesias».

«A gestão pessoalista e de certa forma anárquica que está a ser seguida pela câmara de Sabrosa introduz um mau ambiente de mexerico e de falta de transparência nos actos públicos, nomeadamente na atribuição de verbas, admissão de pessoal, ausência de concursos, atribuição ou aluguer de instalações e lugares públicos», afirma o comunicado que termina dizendo: «o PCP, condenando este tipo de gestão e a falta de informação existente, espera que o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores corrijam de imediato a sua actuação, para bem da população e do concelho de Sabrosa».

Assembleia da República

# Em Évora, hoje e amanhã Problemas sociais em foco nas jornadas do PCP

Durante hoje e amanhã decorrem em Évora, no palácio D. Manuel, as jornadas parlamentares do PCP, onde vão ser definidas as linhas de actuação do Grupo Parlamentar comunista na sessão legislativa que em breve se vai iniciar. As questões sociais vão estar em foco, como promete o lema das jornadas: «Menos desigualdades, mais justiça e solidariedade, melhor desenvolvimento».

A realização das jornadas parlamentares do PCP fora de Lisboa - como salientou Carlos Brito na conferência de imprensa realizada no dia 19 e em que participaram também os camaradas João Amaral, Octávio Teixeira e Lino de Carvalho - «dá continuidade a um trabalho do Grupo Parlamentar de ligação aos problemas e questões das regiões, no sentido de acentuar a aproximação dos deputados comunistas às populações do País».

Ao optar por efectuar no Alentejo estas jornadas, pouco antes do início da sessão legislativa, o Grupo Parlamentar do PCP afirmou o seu presidente - «deseja associar-se de maneira profunda às aspirações desta região, de tão fundas tradições democráticas, e contribuir, com a acção e conhecimentos que a realização das jornadas vai propiciar, para a busca das soluções dos problemas com que as populações alentejanas se defrontam».

### Prioridades em debate

No centro dos debates vão estar **questões sociais**, como o combate às desigualdades, a situação dos reformados, os problemas da juventude, a política de saúde e a de habitação, o custo de vida e a política de rendimentos (nomeadamente a situação do salário mínimo nacional), a problemática da higiene e segurança - que, segundo foi revelado na conferência de imprensa, merecerá particular realce.

Tendo por cenário uma região onde assume especial significado a necessidade da correcção das assimetrias e da institucionalização das regiões administrativas, os deputados comunistas vão também discutir as questões do **desenvolvimento regional** e da **regionalização**.

Uma atenção particular vão merecer - disse Carlos Brito - os processos de **integração europeia**, a União Económica e Monetária e a União Política, temas que serão muito brevemente objecto de importantes reuniões e conferências interparlamentares e intergovernamentais.

O amplo leque de problemas a discutir em Évora pelos deputados do PCP abrange ainda outros temas, desde a **defesa da floresta portuguesa** às **questões institucionais e da reforma do Estado** (em particular o reforço dos direitos e liberdades dos cidadãos).

As jornadas parlamentares comunistas vão estudar e avançar propostas, nomeadamente relativas aos problemas sociais, tendo em conta que uma das matérias que vai a breve prazo subir ao plenário da Assembleia da República é o **Orçamento de Estado para 1991**.

## Um programa com os pés na terra

O programa de funcionamento das jornadas parlamentares do PCP mostra uma preocupação: ligar a iniciativa à região onde ela decorre, realizando, à margem dos trabalhos, contactos e reuniões com mais de seis dezenas de entidades dos distritos de Beja, Évora e Portalegre.

Estes encontros iniciaram-se logo na segunda-feira, com visitas de deputados a cerca de 25 escolas e estruturas de educação, para tomar contacto com as condições de abertura do ano escolar.

Deputados comunistas encontram-se ainda, durante esta semana, com responsáveis de associações de municípios, eleitos de câmaras e assembleias municipais, membros de estruturas sindicais, cooperativas, grandes empresas, estruturas de agricultores, colectividades e associações culturais, comis-

sões regionais de turismo, instituições da área da saúde e da educação e organismos oficiais.

Estes encontros permitirão a recolha de informações a inserir nos trabalhos e nas conclusões das jornadas parlamentares do PCP e a levar posteriormente à Assembleia da República, através dos diversos instrumentos regimentais existentes.

As jornadas propriamente ditas abriram hoje, às 10 horas, com intervenções de Carlos Cárvalhos, secretário-geral adjunto do Partido, e de Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e presidente do Grupo Parlamentar comunista. Depois, os trabalhos decorrem em plenário e em secções. Na tarde de sexta-feira, dia 28, realiza-se uma conferência de imprensa para apresentação das conclusões.

## Alta Autoridade para a Comunicação Social A arrogância do PSD

1. Face à divulgação pública da cooptação feita pela Alta Autoridade para a Comunicação Social de quatro personalidades que, nos termos da lei, deviam ser representativos da cultura, da comunicação social e da opinião pública, o PCP entende necessário salientar o lamentável significado político que se evidencia na conclusão do processo de preenchimento da composição daquele órgão institucional.

2. Como é sabido, por força do acordo PSD-PS na revisão da Constituição, mas com viva oposição do PCP e protestos de amplos sectores ligados à comunicação social, a Alta Autoridade nasceu desde logo profundamente diminuída nos seus poderes, descaradamente governamentalizada na sua composição deixando livre o caminho para que na elaboração da respectiva lei e na resolução de questões em aberto, se afirmasse a arrogância e arbitrio do PSD.

3. Neste quadro, para não se acentuar gravemente um clima de desconfian-

ça e reserva em relação a este órgão, à sua composição e futura actividade, seria compreensível, exigível e desejável que, em sede de cooptação dos quatro membros representativos da cultura, da comunicação social e da opinião pública, o PSD e o Governo manifestassem uma razoável abertura para propostas visando melhorar o pluralismo, a diversidade de opinião e a representatividade na composição daquele órgão.

4. A avaliar pelas cooptações feitas e agora divulgadas, aconteceu exactamente o contrário, tudo indiciando que o PSD impôs arrogantemente a sua exclusiva vontade e preferências, num comportamento sectário e intolerante que, sendo inseparável de concepções e práticas visando a dominação e controlo da comunicação social é, ao mesmo tempo, gravemente ofensivo dos princípios democráticos e muito prejudicial ao prestígio das instituições.

20 de Setembro de 1990

O Gabinete de Imprensa do PCP

# Orçamento Comunitário para 1991 não tem em conta evolução mundial

## — criticam deputados comunistas

É urgente a acção concertada do Governo português com outros governos comunitários de países periféricos para a obtenção de compensações e ajudas comunitárias que permitam a diversificação energética, a diminuição do grau de dependência petrolífera e programas de poupança energética - afirmou o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, em conferência de imprensa realizada na passada quinta-feira, em Lisboa, convocada para divulgar as propostas dos deputados do PCP ao Parlamento Europeu sobre o Orçamento Comunitário para 1991. Um Orçamento que, segundo Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura, deve ser concebido no contexto da crise do Golfo, da Unificação Alemã e da União Económica e Monetária.

Os deputados comunistas estão preocupados com os reflexos em Portugal do Orçamento Comunitário para o próximo ano, já que, como diria Carlos Carvalhas, os importantes recursos que vão ser desviados para a unificação alemã e para países da área do Golfo arriscam traduzir-se, se não forem tomadas as necessárias medidas para o evitar, na penalização das economias do Sul mais débeis, como é o caso de Portugal. E isto com a agravante de a União Económica e Monetária (UEM) em curso tender «a favorecer o crescimento e o potencial económico das regiões mais desenvolvidas e a penalizar as mais débeis, reforçando especializações desvantajosas, aumentando o fosso económico e social na Comunidade».

Segundo sublinhou aquele deputado, a crise do Golfo e as suas incidências na economia portuguesa vieram mostrar que se perderam cinco anos de conjuntura externa favorável para diminuir e superar a excessiva dependência petrolífera, o que exige a tomada de medidas urgentes, designadamente através da acção concertada com outros países periféricos para a obtenção de compensações e ajudas comunitárias para a diversificação energética.

Severas críticas foram também feitas ao Governo por não ter sabido potenciar «o poder negocial do país», pela «desatenção e perda de oportunidade», pela aceitação da «política assistencial em prejuízo da política estrutural e social, pelo desbaratamento de fundos, e protecção de clientelas». E Carlos Carvalhas deu exemplos, comparando as transferências líquidas de fundos comunitários para três

países com o nível de desenvolvimento menos elevado: Grécia, Irlanda e Portugal. Enquanto as transferências para a Grécia representaram, em 1990, 5,1 por cento do PNB, das quais 2 por cento dos fundos estruturais, e para a Irlanda 5,9 do PNB, para Portugal tais transferências representaram apenas 2,3 por cento do PNB, das quais 2,2 por cento dos Fundos Estruturais. Não se pode dizer que haja grandes motivos para as constantes manifestações de autocontentamento com que os governantes costumam brindar o país.

Para os comunistas a resposta a estas questões passa ainda pelo reforço do Orçamento Comunitário, que actualmente representa 3 por cento do total das despesas públicas (sem segurança social); nesse sentido, defendem que o Orçamento represente, pelo menos, 5 por cento do total daquelas despesas.

### Uma fase crucial

Há razões de sobra para encarar com preocupação o Orçamento Comunitário. Aprovado o respectivo projecto em Julho passado, pelo Conselho, o documento vai estar no PE para primeira leitura na segunda sessão ordinária de Outubro. Ou seja, começou a contagem decrescente para a introdução de alterações que, na óptica dos deputados comunistas, importa fazer.

Joaquim Miranda, que acompanha permanentemente os trabalhos da comissão de orçamentos, fez a análise ao projecto em causa salientando que o mesmo não teve em conta a unificação alemã, as anunciadas cooperações financeiras resultantes da crise do Golfo e a

cooperação com a União Soviética. Em consideração parecem ter sido apenas as incidências directas, tal como o acréscimo das despesas inerentes às transferências a efectuar para o actual território da RDA, ficando sem expressão orçamental todas as restantes despesas anunciadas pela Comunidade para o próximo ano.

Para o deputado, a situação suscita apreensões, quer porque são de prever «muito prováveis transferências futuras no interior do próprio orçamento» em prejuízo de outros objectivos, quer porque não consignadas ficarão também «as imprescindíveis ajudas aos países e regiões da Comunidade - como é o caso de Portugal - mais afectados quer pela unificação alemã e consequente alargamento da CEE, quer pelo choque petrolífero».

Joaquim Miranda fez notar, por outro lado, que o processo orçamental não contempla a evolução perspectivada para a própria Comunidade, nomeadamente no sentido da concretização da UEM. O que sucede é que o Orçamento para 1991 está delineado tendo como base o já ultrapassado Acordo Interinstitucional de Fevereiro de 1988 e as perspectivas financeiras por ele definidas. Não se compreende este apego às orientações do Acto Único I, sobretudo quando se fala com tanta insistência na necessidade de um Acto Único II.

Também o aumento das despesas com a Política Agrícola Comum (PAC), que beneficia particularmente os países mais desenvolvidos da Comunidade, suscita apreensões; tal aumento revela uma tendência contrária à verificada nos dois últimos anos e leva a que as despesas com a PAC retomem um peso relativo no conjunto do Orçamento superior a 55 por cento.

Bem menor é o acréscimo orçamentado para os Fundos Estruturais, da maior importância para Portugal: menos setecentos e setenta e um milhões de Ecus do que a PAC. O que segundo Joaquim Miranda, contraria a necessária redução, pelo menos em termos relativos, das despesas com a PAC e o indispensável crescimento do peso relativo dos

fundos estruturais no Orçamento Comunitário o que, mais uma vez, torna mais distante a concretização da coesão económica e social e do espaço social europeu.

Finalmente, o deputado Joaquim Miranda alertou para o facto do projecto de Orçamento do Conselho introduzir diminuição de verbas em sectores tão importantes como o da Política de Transportes e Turismo (-34,9%), da Energia (-18%), do Ambiente (-23,8%), da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (-11,3%) e da Cooperação com os Países em Vias de Desenvolvimento da Ásia e da América Latina (-8,7%). Tais diminuições, disse, não só têm incidências negativas para Portugal, como evidenciam uma orientação política contrária à proclamada e positiva intenção de reforçar a implementação de algumas novas políticas comunitárias.

Os deputados comunistas ao PE propõem-se lutar pela alteração deste projecto de Orçamento, com o qual o Governo português é no mínimo conivente.

### Propostas

No quadro do processo orçamental em curso, os deputados do PCP apresentaram já um vasto conjunto de propostas de emenda ao projecto de Orçamento e propõem-se apresentar outras, no âmbito do Grupo Coligação de Esquerda em que se integram.

Segundo foi anunciado na conferência de imprensa a que nos vimos reportando, as propostas a apresentar visam, designadamente:

- Exigir um Orçamento real para 1991, que tenha em conta a evolução na Europa e no Mundo e as suas incidências directas e indirectas na Comunidade, o que passa pela revisão das perspectivas financeiras e rectificação do projecto, de molde a serem contempladas no Orçamento as já anunciadas ajudas e incidências orçamentais directas e indirectas da unificação alemã;

- Exigir um Orçamento transparente, em que as regras a destinar àqueles objectivos sejam inscritos em rubricas autónomas, de forma a impedir

transferências futuras de verbas consignadas a determinados objectivos para outras rubricas ou fins distintos (como aconteceu recentemente com verbas destinadas à Namíbia, países da Linha da Frente e acções positivas na África do Sul, desviadas para ajudas a certos países afectados pela crise do Golfo);

- Exigir um único Orçamento para 1991 a concluir até Dezembro e recusar futuros orçamentos suplementares com base em declarações de intenção mais ou menos solenes;

- Tomar medidas orçamentais que tenham em conta a perspectiva de concretização da UEM que corrija de facto as assimetrias de desenvolvimento e tenha em conta as incidências que dela decorrerão para os países de mais fraco desenvolvimento;

- Implementar uma política orçamental não restritiva, com vista à efectiva e rápida aproximação dos níveis de desenvolvimento dos países comunitários, à concretização do espaço social europeu e à concretização de novas políticas comunitárias.

## Iniciativa comunista origina relatório sobre os têxteis

A Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros aprovou recentemente, em Bruxelas, uma resolução da iniciativa dos deputados comunistas portugueses no PE visando um Programa Específico de financiamento à reestruturação e modernização da indústria têxtil. A partir da proposta dos comunistas vai ser agora elaborado um relatório sobre este sector, o que se reveste de particular importância para Portugal já que prevê um financiamento específico para o nosso país.

A proposta subscrita por Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura solicita à Comissão e ao Conselho uma estratégia de apoio à modernização da indústria têxtil nas regiões comunitárias em dificuldades, através de apoios específicos à criação de empregos e à formação profissional, e da melhoria das infra-estruturas.

No caso concreto de Portugal, dado o peso relativo desta indústria, solicita-se o financiamento e o apoio técnico a um estudo de avaliação da indústria têxtil portuguesa e a criação de um programa específico de financiamento à reestruturação e modernização desta indústria.

Fundamentando a sua proposta, os deputados comunistas fizeram notar que a não renovação do Acordo Multifibras terá como consequência uma concorrência acrescida na Comunidade, estimando-se um fluxo de exportações para a CEE superior a 80 por cento, nomeadamente de vestuário.

Como salientam os nossos deputados, à excepção de alguns países do centro da Europa, como é o caso da RFA, que reestruturaram cedo a sua indústria têxtil ao abrigo dos acordos multifibras, outros países como Portugal, Grécia, Espanha, necessitam de empreender um grande esforço de modernização neste domínio, sob pena de graves consequências

económicas, sociais e regionais. Exemplo bem elucidativo disso é o facto de nos últimos dez anos a indústria têxtil comunitária ter perdido 1.350.000 empregos e, só no último ano, cerca de 30 por cento do seu emprego.

Assim, e para além do já referido programa de financiamento, consideram os deputados portugueses ser necessário que a Comissão e o Conselho se empenhem, por um lado, no reforço das regras do GATT (designadamente através da revisão do código anti-dumping), e por outro lado, insiram nos acordos comerciais com os Países em Vias de Desenvolvimento uma cláusula social mínima de forma a combater o dumping social e criar um observatório têxtil para melhorar colheitas de estatísticas.

Ainda nesta proposta, agora aprovada pela Comissão Económica, os deputados comunistas portugueses solicitam que, nas negociações do Uruguay Round, a abandono do acordo multifibras seja precedido de um período transitório, suficientemente longo para permitir a modernização e a adaptação da indústria comunitária às novas regras e à nova situação.

O relatório que agora vai ser elaborado a partir da iniciativa comunista abre largas possibilidades à indústria têxtil nacional. Assim o Governo não descure o assunto e saiba defender os interesses nacionais.

## Comissão das Comunidades contra Governo português

A Comissão das Comunidades Europeias vai recorrer aos instrumentos comunitários necessários para garantir o respeito, por parte das autoridades portuguesas, pelo direito dos trabalhadores a igualdade de tratamento no salário, nas condições de trabalho e na segurança social em vigor no país em que prestam serviço, desde que daí advenham benefícios para o trabalhador.

A informação foi dada pelo comissário Vasso Papan-dreu, em resposta a uma questão levantada pelo deputado do PCP, Barros Moura, a propósito do tão falado caso «Sociedade Rush Portugue-

sa», que fornece prestações de serviços no sector da construção civil e das obras públicas noutros Estados comunitários.

A polémica estalou quando se tornou público que o Governo português pretendia, em nome da competitividade, que os trabalhadores naquela situação recebessem os seus salários de acordo com a legislação nacional e não com a legislação do Estado-membro de acolhimento. Uma forma, afinal, de dumping social, que beneficiaria muito as empresas e prejudicaria os trabalhadores.

Ora acontece, como afirma o comissário Papan-dreu,

que «dado as condições de trabalho serem diferentes, corre-se o risco de, para além das desvantagens decorrentes para os trabalhadores, tal situação dar origem a distorções de concorrência entre as empresas». Para o evitar, a «actividade de prestação de serviços, particularmente de serviços de subcontratação» deve respeitar «a aplicação de legislação nacional em matéria de ordem pública» e «o respeito pelos acordos colectivos vinculativos de carácter geral». Como tal não está a ser cumprido por Portugal, a Comissão vai interceder «para garantir o respeito por estes princípios».

Internacional

# Soviete Supremo aprova plano global de reforma económica

O Soviete Supremo da URSS investiu, esta semana, Gorbachov, de poderes especiais — que vigoram até Março de 1992 — para emitir os decretos necessários à concretização desta importante etapa da perestroika, vital no domínio da economia. O Soviete Supremo aprovou ainda o plano global da reforma económica, e a formação de uma comissão, dirigida pelo presidente soviético, que deverá elaborar um programa de consenso entre os vários modelos em discussão. Estes os mais recentes desenvolvimentos de polémicos e profundos debates que há três semanas se arrastam no Parlamento soviético.

No próximo dia 8 de Outubro, o Comité Central do PCUS vai reunir-se para analisar e tomar posição sobre o debate que hoje se desenvolve em torno dos diferentes planos de transformação da economia soviética.

Trata-se, nas palavras de Gorbachov, de caminhar para «a desestabilização e criação de uma economia mista, na qual terão direitos iguais empresas públicas e sociedades anónimas, cooperativas, empresas arrendadas e, em determinadas proporções, empresas privadas».

Esta a questão de fundo, que se insere entretanto numa multitude de outros problemas e realidades.

Hoje estão em debate, e em torno da aprovação de um projecto de transformação económica, questões tão vastas e diversas como a ligação entre as transformações económicas e o novo Tratado de União (que transformará o estatuto de cada República e região e o sistema de relações no seio da União), a política de preços, a propriedade privada da terra, a defesa dos direitos sociais das populações, em particular nesta difícil fase de transição.

## Unir forças

Unir forças é mais uma vez o apelo do presidente soviético.

Unir forças caminhando para uma relativa fusão dos diferentes projectos de transformação económica em debate. Unir forças, não pondo neste momento em causa o conjunto do sistema político entretanto construído no país, e nomeadamente o actual governo de Rijkov, que tem vindo a ser alvo de contestação.

Em intervenção feita no Parlamento soviético, no fim da semana passada, Gorbachov disse ser categoricamente contra a ideia de grandes mudanças hoje, ao nível do sistema de poder, «não porque hoje sou eu o presidente e Rijkov é o primeiro-ministro», mas porque, se neste momento «começamos a revolucionar o conjunto do sistema em todo o país», isso será «um presente a toda a espécie de aspirantes (ao poder) e ambiciosos que estão prontos a explorar o país».

O presidente soviético, reconhecendo a necessidade de

correções ao mecanismo de poder e gestão, defendeu que tal se deveria processar «no quadro da cultura política» e «com responsabilidade».

Entretanto, para além desta dimensão política que os debates em curso assumem, é bem da realidade económica (e da sua transformação) que se trata.

Neste plano, o presidente soviético referiu a existência de processos destrutivos no seio da economia e da União, para criticar aqueles que propõem a eternização do debate sobre a reforma económica.

Concretamente defendeu — uma vez mais — um «projecto unificado», com base no «programa de síntese» preparado pelo académico Abel Aganbeguian, tendo em conta os outros projectos em debate — o do governo Rijkov e o do académico Chatalin — bem como das propostas feitas pelos deputados e pelas Comissões do Parlamento.

## Situação actual

As Comissões e Comités do Soviete Supremo da URSS pronunciaram-se entretanto a favor do «programa de síntese» do académico Abel Aganbeguian, mas recomendaram a integração nele de várias disposições do programa do governo soviético.

O programa de Aganbeguian, apresentado há pouco mais de uma semana por Gorbachov ao Parlamento como um documento de compromisso, tem como base um outro programa, do académico Stanislav Chatalin, conhecido pelo nome de «500 dias», já aprovado pelo Parlamento russo, e também submetido ao Parlamento soviético.

Segundo o presidente do Comité Parlamentar para a reforma económica, Valentin Vogoljine, as deliberações nos comités e comissões mostraram ser possível um acordo na base do programa presidencial.

Já anteriormente, o presidente soviético constatara que «No programa governamental, que vi ainda inacabado, há muitas coisas em comum com o programa da comissão do académico Chataline. É normal, porque isto reflecte o processo que se desenvolve na sociedade.»

Então, Gorbachov defendeu ainda o programa Chataline, como «um projecto muito sério», e sublinhou que tal projecto obteve «a aprovação dos representantes das Repúblicas porque os projectos que deixassem de lado a realidade das transformações nas Repúblicas estariam votados ao fracasso».

## Questões em debate

Em linhas gerais, três projectos estão em debate. O projecto do governo, da responsabilidade de Leonid Abalkine, de que um dos aspectos mais polémicos é um previsto aumento centralizado dos preços, ainda que acompanhado de um sistema de compensações à população. O programa «500 dias», elaborado por uma equipa coordenada por Chataline. E o «programa

de síntese» de Abel Aganbeguian.

São várias as questões em debate em torno destes projectos. Naturalmente na base está sempre a desestabilização e a criação de uma economia mista. Mas discutem-se prazos e métodos. E os caminhos não são fáceis, tanto mais quanto é particularmente grave a actual situação económica.

O presidente soviético afirmou mesmo que nos últimos meses se tem assistido a uma desintegração evidente do mercado de consumo, ao aumento do défice orçamental e da dívida do Estado, à desorganização da circulação monetária e ao crescimento desenfreado da especulação e da economia paralela.

Simultaneamente verifica-se uma queda da disciplina laboral, o rompimento dos laços económicos e a paralisação de produções vitalmente importantes, nomeadamente de medicamentos. Uma situação que exige medidas drásticas.

O quadro assim esboçado reflecte uma situação extremamente difícil. A exigir, nas palavras de Gorbachov, um período (previsto no programa Chatalin) «durante o qual serão adoptadas medidas rigorosas de saneamento monetário-financeiro e de restabelecimento dos laços económicos em desintegração».

Medidas que entretanto não poderão ser implementadas sem o acordo e apoio das populações. Como afirmou o presidente soviético, não é possível obrigar as pessoas a adoptar novas formas de vida económica sem levar em consideração as realidades da sociedade, a evolução objectiva do processo histórico, os interesses individuais, os ânimos, a psicologia e as atitudes da população.

# Projecto unificador

O projecto de transformação económica, agora globalmente aprovado no parlamento soviético (por 332 votos a favor, 11 contra e 55 abstenções), foi apresentado aos deputados soviéticos pelo economista Abel Aganbeguian, que chefiou a «comissão de conciliação» entre o programa de Chataline («500 dias») e o do governo.

Este projecto baseia-se, nas suas linhas fundamentais, no programa organizado sob a responsabilidade de Chataline, mas toma em consideração muitas propostas do governo, nomeadamente no que se refere a cálculos matemáticos mais desenvolvidos e reforço das cláusulas de protecção social. O capítulo sobre a formação de quadros, redigido pelo governo, foi aprovado praticamente sem alterações, referiu Aganbeguian.

Entre as divergências de fundo entre os dois projectos de que a «comissão de conciliação» se encarregou, diferentes posições quanto ao peso do «centralismo» e à reforma dos preços.

O programa dos «500 dias», da responsabilidade de Chataline, e que constitui a base do projecto unificador, propõe a realização da reforma em quatro etapas.

Primeira, com duração de 100 dias, é a etapa preparatória, durante a qual se projecta efectuar uma inventariação da riqueza nacional, elaborar um sistema de garantias sociais e proceder à desestatização dos bens públicos;

Na segunda etapa, do 100.º ao 250.º dia, pretende-se terminar a reforma no plano conceptual, organizativo e jurídico. Neste período proceder-se-á à privatização, o desmantelamento e fusão de ministérios sectoriais, as reformas do sistema bancário, fiscal e orçamental e à adopção de legislação anti-monopolista;

Na terceira etapa, do 250.º dia ao 400.º, entrará em funcionamento o mercado, com a supressão do controlo de preços pelo Estado, o estabelecimento do sistema de garantias sociais, a indexação dos rendimentos e a elaboração de programas definitivos de apoio social.

Esta fase não exclui uma profunda recessão nos sectores económicos de base, pelo que os autores programaram uma série de medidas destinadas a estrangular o desemprego e a inflação e restabelecer num curto espaço de tempo o funcionamento económico.

Trata-se de congelar a emissão de moeda e de suprimir os excedentes monetários, proceder a uma recontagem do dinheiro em circulação através da emissão de novas notas obrigando ao preenchimento de uma declaração de rendimentos no acto de troca e bloquear, durante 200 a 300 dias, as poupanças da população.

O critério adoptado para a fase seguinte é de abrandamento da recessão nos sectores base da economia.

A quarta e última etapa, a decorrer entre o 400.º e o 500.º dia, visa a estabilização da economia. Nesta fase pretende-se pôr em funcionamento uma série de programas selectivos, nomeadamente investimentos centrais visando eliminar desequilíbrios, utilização das reservas acumuladas e das importações com o objectivo de reduzir os preços e correcção dos programas sociais.

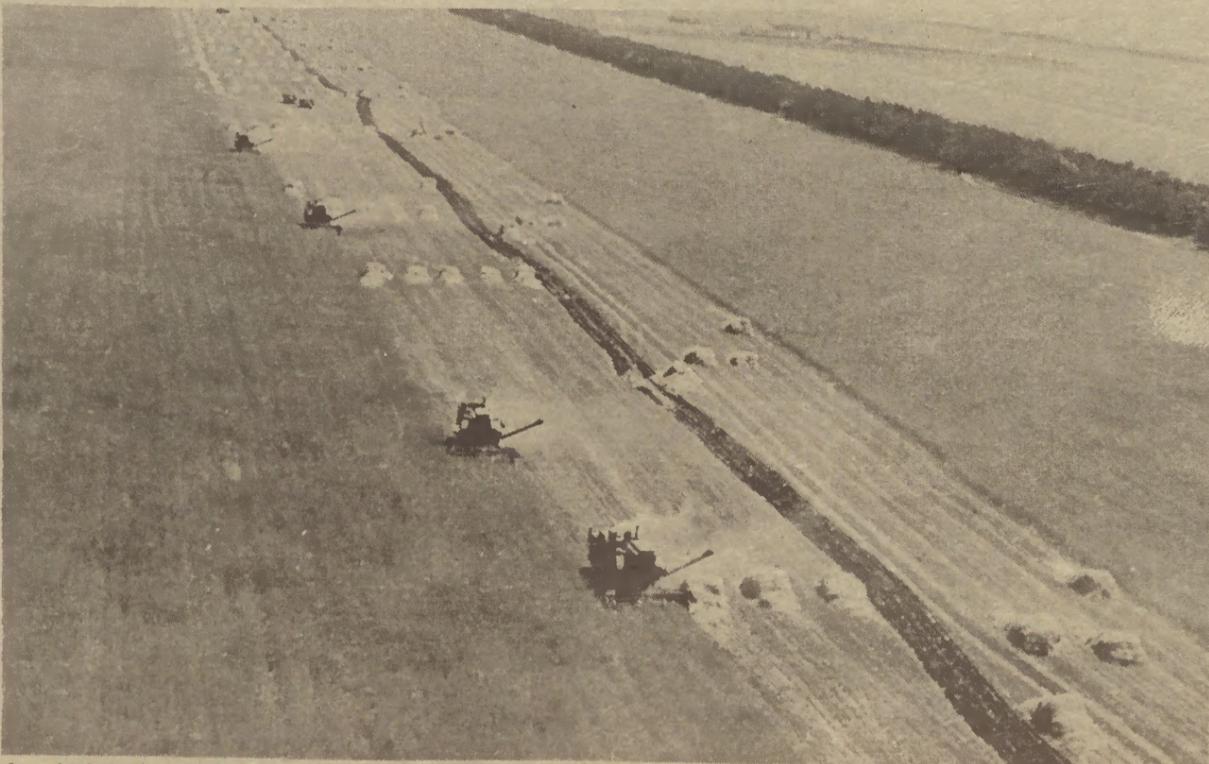
A questão fundamental a tratar na actual sessão do Soviete Supremo da URSS, que abriu os trabalhos no dia 10 de Outubro, é o programa de transição para uma economia mista de mercado, e a definição do «lugar dos órgãos supremos de poder na realização das reformas económicas e políticas», como foi afirmado, na abertura dos trabalhos do Parlamento, pelo seu presidente, Anatoli Lukianov.

As decisões agora aprovadas no Soviete Supremo, tanto em relação ao programa económico como aos acrescidos poderes atribuídos a Gorbachov, serão um passo nesse

sentido. Num contexto que, entretanto, está longe de ser pacífico, como o testemunham as exigências anteriormente avançadas de demissão do governo ou o voto contra, do Soviete Supremo da Federação Russa, à concessão de poderes especiais a Gorbachov.

Neste período, os deputados soviéticos deverão debater 20 projectos de lei, integrando o pacote de reformas económicas. Entre eles, os diplomas sobre o sistema bancário, a reforma de preços, a circulação monetária em divisas, as bases gerais da empresa, o emprego, a protecção social, os investimentos de capitais, incluindo os estrangeiros, a protecção à propriedade intelectual e o sistema alfandegário da URSS.

O reforço das funções do controlo parlamentar, designadamente de fiscalização da aplicação das leis aprovadas pelo Parlamento e da actividade do governo, é outra das linhas mestras a desenvolver nesta sessão.



A agricultura é um dos problemas-chave da economia soviética

## Internacional



Tropas americanas na Arábia Saudita. Uma presença militar cada vez mais contestada

# Golfo

## Uma crise que se arrasta

«A questão do armamento nesta região, os interesses comerciais entre o Médio Oriente e as nações industrializadas, a fragilidade e instabilidade dos regimes no Golfo, são outras tantas razões do carácter explosivo da situação. Podemos destruir uma coisa para resolver outra, mas, dessa forma, não haverá solução de paz a longo prazo» — é um comentário de Rouhollah Ramazani, antigo conselheiro do secretariado das Nações Unidas em 1982, e conhecido especialista da política americana no Médio Oriente.

Na verdade, as profundas interdependências entre os países do Golfo e os países industrializados do Ocidente são óbvias. Desde a questão do petróleo, ao entrecruzar dos negócios, às oportuni-

des multiplicadas de vendas de armas. A instabilidade dos regimes da zona fica também hoje mais clara e pode agravar-se, numa situação de presença de tropas estrangeiras, de agudização dos pro-

blemas socioeconómicos (que já não são poucos), e da tensão gerada pelas ameaças de guerra e os muitos milhares de refugiados. Basta reflectir que a ponte aérea organizada por diversas organizações humanitárias e governos da região está a evacuar cerca de 15 mil refugiados por dia da Jordânia.

Cruzam-se neste momento novas ameaças de Saddam Hussein, e reafirmações, por parte do presidente norte-americano, de que procura uma solução pacífica mas «não elimina o recurso a outras opções». O que é também uma ameaça. De forma mais discreta, vão-se organizando diferentes contactos diplomáticos. Uma situação aparentemente inalterada.

Entretanto, outros factos parecem indicar tendência para uma acrescida recusa, entre as populações árabes, da presença militar norte-americana na zona.

O discurso do rei jordano, Hussein, no seu palácio em Amã, apelando aos Estados Unidos para que retirem as suas tropas da Arábia Saudita, o mais cedo possível e evitem «a destruição e a miséria», não é certamente uma posição isolada.

O que os povos árabes precisam é de uma solução pacífica para a crise do Golfo. O que naturalmente envolve negociações e acordos globais, incluindo a solução do problema palestiniano.

# PC's Árabes analisam crise do Golfo

«A perigosa situação criada no Golfo na sequência da invasão do Kuwait pelas forças iraquianas e a sua anexação contra a vontade do povo kuwaitiano» foi recentemente analisada em reunião de partidos comunistas e operários árabes.

Na análise colectiva feita nesta reunião, a Frente de Libertação Nacional do Bahrein, o Partido de Vanguarda Socialista da Argélia e os Partidos Comunistas da Jordânia, Tunísia, Arábia Saudita, Síria, Sudão, Iraque, Palestina, Egito e Líbano denunciaram os perigos da situação gerada com a invasão iraquiana.

«Este comportamento, que condenamos — dizem — criou uma situação nova na região e na Pátria árabe, caracterizada por um perigo real de uma conflagração generalizada, e por uma ameaça directa contra os povos árabes, a sua independência, a sua segurança, e o seu direito à autodeterminação — isto por causa da ocupação de vastos territórios árabes na Arábia Saudita e no Golfo pelo exército americano apoiado pelas forças da NATO».

O relatório dos Partidos Comunistas árabes avalia esta presença militar norte-americana como «uma ingerência inaceitável nas questões dos países árabes», o que «confirma a natureza agressiva do imperialismo

americano». E denuncia «a cumplicidade dos regimes árabes reacconários e das famílias reinantes no Golfo».

Por outro lado, alerta-se para que «o conjunto da situação serve directamente Israel» e «ameaça agravar os sofrimentos do povo palestiniano nos territórios ocupados, enfraquecer e marginalizar o seu heróico levantamento (a Intifada)».

No documento aprovado na reunião, os participantes definem a sua posição correcta no contexto actual:

«Os nossos partidos exprimem a sua firme recusa do recurso à força militar e de agir em lugar dos povos.

«Pedem a retirada total e imediata das forças iraquianas do Kuwait e o respeito da

vontade do seu povo e do seu direito à auto determinação.

«Pedem que seja encontrada uma solução pacífica para a crise no quadro do diálogo entre os países árabes, longe das intervenções imperialistas.

«A falta de democracia e o não respeito da vontade popular em numerosos países árabes estão entre as causas fundamentais da existência desta situação.

«Os nossos partidos consideram que o desenvolvimento da democracia e do pluralismo político na Pátria árabe, o reconhecimento das liberdades públicas e individuais, o respeito dos direitos do homem árabe, contribuirão para favorecer a formação de frentes internas que mobilizarão as potencialidades das massas populares e criarão as condições adequadas para pôr fim à degradação da situação, para fazer face às intervenções imperialistas e pela defesa da independência nacional».

O documento conclui com um apelo ao «conjunto das forças progressistas e democráticas na Pátria árabe

para trabalhar em conjunto com todos os que acreditam nas causas da Justiça, da liberdade e da independência nacional».

Unidade necessária para «encontrar soluções para as causas profundas que levaram a esta situação, concentrar todos os meios na luta dos nossos povos visando expulsar as forças e as bases militares imperialistas do Golfo e da região, resolver a crise entre o Kuwait e o Iraque no quadro da Liga Árabe, na base da retirada das forças iraquianas e da garantia da autodeterminação para o povo kuwaitiano».

## Montijo—Alerta contra utilização da base aérea

A possibilidade de utilização — por parte dos EUA — de instalações militares em Portugal, no quadro da crise do Golfo, encerra graves perigos, que têm vindo a ser apontados por diferentes sectores no nosso país. Em conferência de imprensa realizada dia 19, no Montijo, um grupo de democratas do concelho e do distrito, chamou uma vez mais a atenção para as consequências de tal eventualidade, em particular para a possibilidade de utilização da base aérea n.º 6 do Montijo.

O grupo de democratas que promoveu a conferência de imprensa defendeu que — não sendo em causa a condenação da invasão do Kuwait pelo Iraque — o Governo português se deveria cingir a acções no plano diplomático e não permitir a utilização das nossas bases por forças militares estrangeiras.

Devem assim ser valorizados os esforços de diversos países e instâncias internacionais na procura de soluções políticas e diplomáticas para o conflito — foi afirmado na conferência de imprensa, em que também se denunciou o envolvimento do Governo português num conflito que na verdade lhe serve apenas como argumento para levar por diante projectos como o do alargamento do campo de tiro de Alcochete.

Foi ainda referido que os actuais acontecimentos deve-

riam servir para se levantar a questão da base aérea n.º 6 do Montijo que, pela sua localização, pode constituir um obstáculo ao desenvolvimento dos concelhos envolventes.

Os participantes na conferência lembraram que a base aérea n.º 6 se situa no centro de uma região densamente povoada, a menos de 10 quilómetros de Lisboa, Barreiro e Moita.

No final do encontro com a imprensa, os organizadores informaram da existência de um abaixo-assinado, que já recolheu centenas de assinaturas, a alertar para esta situação e a exigir que o Governo português, condenando as acções do Iraque, paute a sua actuação pelo esforço de conseguir uma solução pacífica para a crise do Golfo, única forma correcta de defender os interesses nacionais e da comunidade mundial.



A conferência do Bureau Internacional da Paz há dias realizada em Créteil, reflecte também, naturalmente, a gravidade da situação gerada no golfo.

«Representantes dos pacifistas de todos os continentes, reunidos em Paris, a 14 de Setembro de 1990, alertamos a opinião pública para os perigos que a crise do golfo Árabe-Pérsico faz pesar sobre a paz do mundo. O desencadear de um conflito poderia degenerar em apocalipse nuclear» —

diz-se no documento aprovado pela Conferência.

O documento sublinha ainda: «As tensões actuais reforçam a urgente necessidade de construir uma nova ordem mundial da paz. Uma primeira medida radical se impõe: a suspensão dos ensaios nucleares, o imediato retomar e uma rápida conclusão das negociações sobre o desarmamento nuclear tendo em vista a eliminação de todas as armas nucleares».

«A criação dum amplo movimento sindical na base dos Sindicatos Nacionais está na ordem do dia.

A utilização dos Sindicatos para realizar nas sedes grandes concentrações e assembleias, onde se debatam os problemas da classe, se formulem as suas reivindicações, se discutam os Contratos Colectivos; a organização da luta para a eleição para as direcções de listas de classe e a exigência de eleições imediatas nos sindicatos geridos por Comissões Administrativas; uma ampla campanha contra o controle patronal e fascista dos Sindicatos Nacionais, exigindo que os sindicatos sejam entregues à gestão livre dos trabalhadores; o desmascaramento dos métodos de intimidação, falsificações, ilegalidades, intervenção abusiva do INT nos sindicatos; a luta contra a nova Lei Sindical, que substitui a homologação prévia pelo governo das direcções eleitas, pela homologação prévia dos próprios candidatos às direcções; a realização, na base das Comissões de Trabalhadores do movimento democrático, de amplas reuniões regionais e mesmo de uma reunião nacional para debater a situação sindical — são tarefas da máxima importância na actualidade.

As condições são favoráveis para lançar uma vasta ofensiva e alcançar importantes sucessos no terreno sindical.

(Comunicado da reunião do Comité Central - cap. «As lutas da classe operária», ponto 7º - «Avante!», VI série, n.º 406, Setembro de 1969)



«A suspensão arbitrária e ilegal da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa é um novo passo da escala repressiva contra o movimento sindical. Com ela, o governo fascista de Marcelo Caetano procura afastar da acção sindical um destacamento numeroso, consciente e combativo do movimento operário e uma direcção que estava a dar provas de grande dinamismo.

(...)

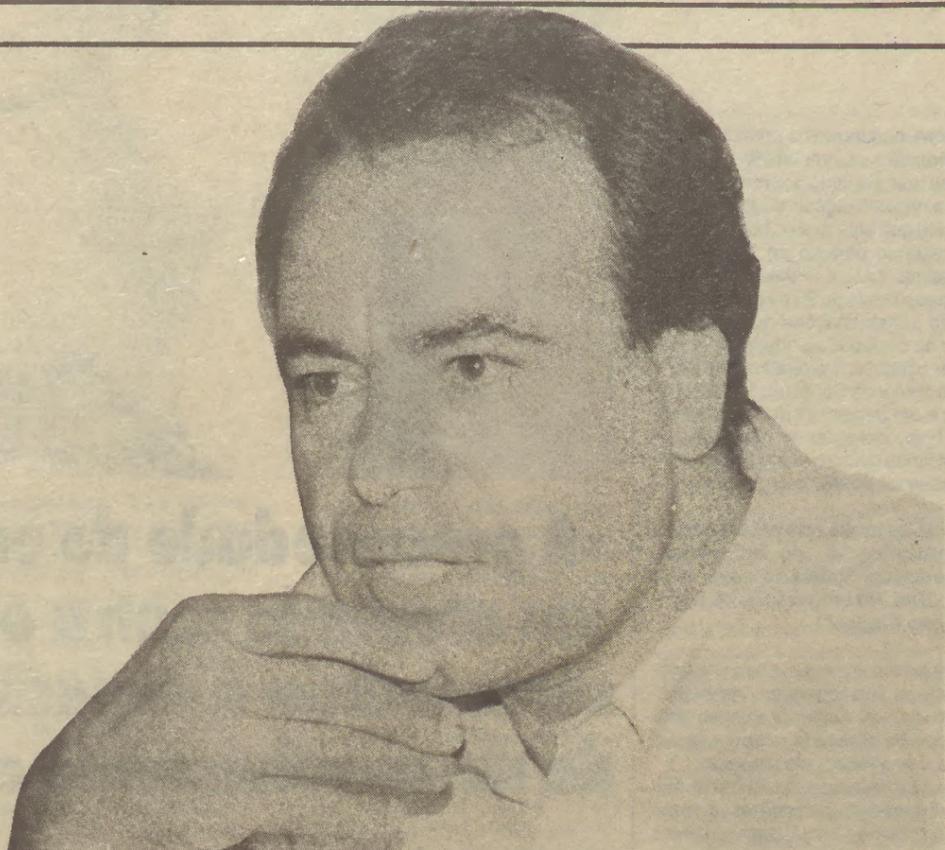
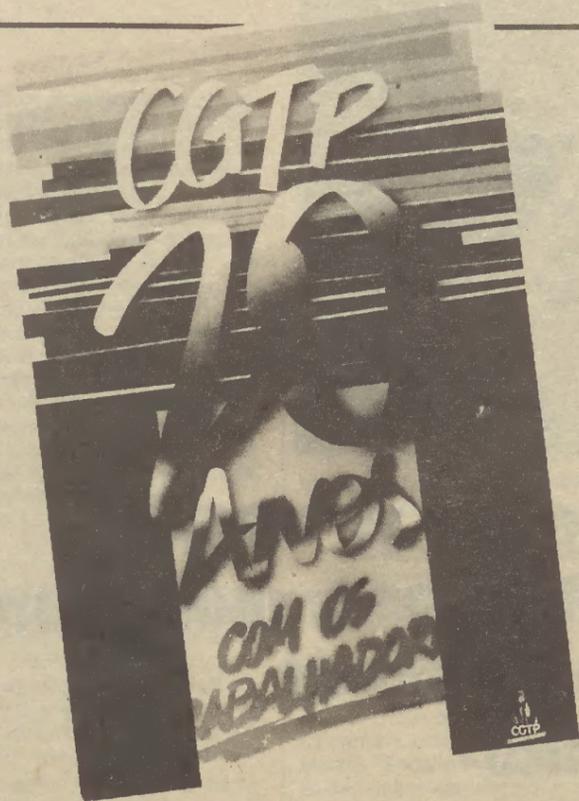
A proibição da Assembleia Geral dos Metalúrgicos responderam os trabalhadores da região de Lisboa fazendo circular nas empresas abaixo-assinados de protesto que em alguns dias recolheram cerca de 20 mil assinaturas.

Delegados das Direcções de 12 Sindicatos, reunidos no dia 11 de Outubro assinaram um telegrama de protesto enviado ao presidente do conselho, ministro das corporações e do interior.

A 15 de Novembro reuniram-se em Lisboa delegados das Direcções de 23 Sindicatos que aprovaram um conjunto de documentos da maior importância. Estiveram presentes os seguintes sindicatos: Ajudantes de Despachantes, Lisboa; Artes Gráficas, Porto; Bancários, Lisboa; Bancários, Coimbra; Bancários, Porto; Caixaeiros, Lisboa; Carregadores e Tráfego, Lisboa; Escritórios, Braga; Escritórios, Lisboa; Escritórios, Porto; Escritórios, Setúbal; Escritórios e Caixaeiros, Leiria; Escritórios e Caixaeiros, Santarém; Ferrovias Serviços Centrais; Jornalistas; Lanifícios, Covilhã; Lanifícios, Lisboa; Metalúrgicos, Braga; Metalúrgicos, Lisboa; Metalúrgicos, Porto; Seguros, Lisboa; Seguros, Porto; Propaganda Médica, (...) que em exposição do presidente do conselho manifestam veemente protesto (...).

O vasto movimento de solidariedade à Direcção dos Metalúrgicos de Lisboa e de protesto contra as arbitrariedades fascistas no próprio terreno da sua legislação sindical está a ser, pelo seu conteúdo e formas de acção, uma importante frente de combate.

(«O fascismo especinha a suas próprias leis» - «Avante!», VI série, n.º 423, Dezembro de 1970)



**Manuel Carvalho da Silva ao «Avante!»**

## «A Intersindical nasceu como um grande projecto unitário e manteve e mantém o essencial dessa referência durante todo o seu percurso»

- Vinte anos de vida é muito ou é pouco para o tempo de vida de uma central sindical?

- A questão tem de ser vista de diversos aspectos. Por um lado, o movimento sindical é uma realidade relativamente nova em termos históricos, tem

uma centena de anos em termos mundiais. Vinte anos, neste contexto, é já um período significativo, embora relativamente pequeno.

Mas, por outro lado, a CGTP/Intersindical Nacional é legítima herdeira do movimento sindical português, de toda a movimentação operária no nosso

país que data já do século passado, o que concede um significado especial a estes vinte anos.

Finalmente, estas duas décadas não são duas décadas quaisquer na História do povo português, são vinte anos preenchidos com transformações importantes, e isso representa muito.

- Isso significa que consideras a Inter uma peça integrante e essencial destas duas décadas da vida portuguesa?

- Sem qualquer dúvida. A CGTP foi e é uma peça essencial nas três fases que constituem estas três décadas da nossa vida.





Primeiro, durante os primeiros quatro anos da sua vida, ainda em pleno regime fascista, todo o contributo dado para a concretização do sonho de liberdade que animava os portugueses; um segundo período de intervenção riquíssima, todo o trabalho para dar corpo aos ideais do 25 de Abril, às profundas transformações que ele introduziu na sociedade portuguesa e inscrever conquistas e direitos nas leis e em particular na Constituição da República; e um terceiro período, que vivemos hoje, defendendo conquistas e projectando o futuro numa perspectiva de desenvolvimento e de progresso.

**- Fala-se muito nos problemas de sindicalização, do enfraquecimento quantitativo do movimento sindical. Há uma erosão do movimento sindical?**

- Há problemas reais, não os escamoteamos, e que emergem essencialmente de um factor profundamente negativo da realidade portuguesa actual: a precariedade do emprego.

É uma evidência que o facto de muitos milhares de trabalhadores - e, como se sabe, com destaque para os jovens - não terem um vínculo laboral constante, mudarem frequentemente de emprego e mesmo de ocupação profissional dificulta extraordinariamente o estabelecimento de estruturas orgânicas, de enquadramentos regulares.

A isto há ainda a acrescentar as crescentes dificuldades de exercício dos direitos sindicais nas empresas, a repressão patronal.

Mas há um aspecto que consideramos muito importante neste problema. Estes factores que citei constituem **factores objectivos**, problemas reais, concretos que levantam dificuldades reais e concretas à sindicalização, mas não temos de forma alguma a ideia - pelo contrário - de que exista um afastamento dos trabalhadores do movimento sindical, um afastamento em relação aos seus objectivos, aos seus princípios...

**- Há elementos concretos que sustentem essa ideia?**

- Há vários. Em primeiro lugar, consideramos que o ano de 1990 virá a ser muito claramente um ano de viragem neste campo: segundo os dados disponíveis até agora, o movimento sindical chegará ao fim do ano com mais 70 000 sindicalizados.

Em segundo lugar, é necessário ter em conta o que efectivamente se passa nos locais de trabalho. Apesar das situações criadas pela precarização e pelas perseguições, é uma evidência que há adesão, que há apoio às reivindicações, às propostas, às orientações dos sindicatos. O que aconteceu com a adesão à jornada de Junho pela redução do horário é significativo: houve 500 mil trabalhadores que fizeram greve e trata-se de um número que é só por si muito significativo. Mas não traduz toda a amplitude das movimentações na sua diversidade: plenários, concentrações, etc.

Há aqui um problema de informação importante: as movimentações que são mais referidas pela Comunicação Social acabam por ser aquelas que têm um reflexo mais directo e evidente no quotidiano da sociedade em geral, na vida das pessoas. Sucede que, para além dessas movimentações mais visíveis, se verifica uma multidão de outras acções que não têm o mesmo impacto junto da opinião pública, mas que constituem reflexos indesejáveis da adesão explícita ao movimento sindical e às suas orientações.

**- O problema da precariedade do emprego constitui hoje um dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e está no centro da luta do movimento sindical. Contudo, há analistas que afirmam tratar-se de um fenómeno conde-**

## «A precariedade de emprego não só constitui um atentado contra os direitos dos trabalhadores como indicia a negação de um projecto de desenvolvimento económico»

**nado por ser contraditório com a crescente necessidade de especialização exigida pelo desenvolvimento tecnológico...**

- A médio ou a longo prazo é evidente que isso é verdade. Mais importante ainda, esse facto indicia com toda a clareza que a precariedade de emprego não só constitui um atentado contra os direitos dos trabalhadores, como a negação de um projecto de desenvolvimento económico.

Está a criar-se a ilusão de um desenvolvimento económico assente na precariedade e nos baixos salários e é de recear que, longe de se estar a andar para a frente, se esteja a andar para trás. É um factor de preocupação imediato o futuro de centenas de milhares de jovens que não só não conquistam estabilidade no emprego, como não conseguem estabilidade e formação profissional, com todas as incertezas para o seu futuro que isso envolve.

Embora haja casos pontuais de empresários que começam a encarar o problema de uma óptica mais correcta, a tendência não é essa - e não só em Portugal. O problema coloca-se a nível também da CEE, da dificuldade de consolidar e desenvolver a sua vertente social.

**- O problema tem então, no vosso entender, tendência a agravar-se?**

- Naturalmente que haver ou não agravamento está profundamente dependente da própria luta dos trabalhadores, mas a lógica patronal tenderá a conduzir ao agravamento.

A questão é que o patronato entende que existe ainda uma vastíssima área de mão-de-obra barata em vastas áreas do mundo, nos países do Terceiro Mundo, nomeadamente. No caso da Europa, a evolução verificada com os países de Leste também surge ao patronato da CEE como permitindo ampliar esse mercado.

Nestas circunstâncias, o capital continua a investir na mão-de-obra barata e em lucros rápidos, com todos os custos sociais e de desenvolvimento que tal prática acarreta.

**- A presença da CGTP na negociação a nível institucional com o patronato e o Governo adquiriu novos contornos com a sua participação no Conselho Permanente de Concertação Social. Esta intervenção a nível superior da central e também dos sindicatos não envolve riscos de enfraquecimento das negociações ao nível da base, das empresas, directamente dos trabalhadores com o patronato?**

- Essa é uma questão fundamental do trabalho sindical e que pensamos ter de estar presente em todos os passos da nossa acção.

Em concreto, pensamos, por um lado, que a nossa intervenção no Conselho Permanente de Concertação Social teve resultados positivos para os trabalhadores e a vários níveis, seja ao das próprias negociações que ali se passam, seja a todos os outros níveis, incluindo o da acção de base ao nível dos locais de trabalho.

Por outro lado, a tendência para a negociação e os acordos a nível superior tentando esvaziar as negociações e os acordos de base é uma constante, uma opção do patronato e do Governo, mas pensamos que a CGTP tem conseguido articular essa intervenção institucional com uma dinâmica de massas e uma acção de base que continua a ser o essencial e o cerne de toda a actividade sindical.

Do nosso ponto de vista, a negociação a nível superior deve ser sempre desenvolvida para potenciar a negociação a níveis intermédios e a nível de base. É bom referir que no quadro presente das negociações a nível do CPCS um dos aspectos por que mais nos batemos é pelo reconhecimento e pelo exercício efectivo da negociação a nível de empresa e de sector.

Isto não significa que não se possam verificar dificuldades, por exemplo na articulação aos diversos níveis, seja por incompreensões, seja por dificuldades orgânicas, seja ainda por grande diversidade de situações. Mas não temos dúvidas que este é o caminho e

é nesse sentido que temos caminhado.

Mas, a nosso ver, os desafios e os problemas que hoje se colocam à acção do movimento sindical não passam apenas por esse aspecto.

**- Ou seja...**

- Na nossa acção, nas nossas negociações com o Governo e o patronato temos levantado um problema de fundo que pensamos que se agrava em consequência da política económica dos últimos anos.

De uma forma um pouco esquemática, digamos que, por um lado há uma camada cada vez maior de trabalhadores que, pelo agravamento das diferenciações e dos desequilíbrios sociais, tem rendimentos abaixo dos níveis de sobrevivência. É um problema fulcral e que tem de merecer toda a atenção do movimento sindical. Mas, por outro lado, há o aspecto da degradação dos níveis de vida de outros sectores que, mercê de lutas anteriores, haviam adquirido determinados padrões de vida e que hoje os vêem degradar-se, seja do ponto de vista económico, seja do ponto de vista de regalias.

É conhecida a crescente tendência para compensar estas quebras com o recurso a segundos e terceiros empregos, «ganchos» os mais variados, etc., com todos os reflexos na desestabilização de vida, dificuldades que isso acarreta. Ora, não se tratando aqui de questões ao nível, digamos, da sobrevivência, o movimento sindical de forma al-

guma se pode alhear igualmente da luta pela manutenção e ampliação dos direitos e regalias adquiridos.

Isto envolve, naturalmente, uma riqueza e variedade da intervenção sindical, mas, sublinho, sem alterar o carácter essencial da negociação na base, ao nível de empresa e sector.

**- Tem-se vindo a notar uma tendência no patronato, e nomeadamente nas suas áreas mais estruturadas, para uma operação de cedência nas questões salariais, tentando obter em troca a abdicação por parte dos trabalhadores de direitos adquiridos. Esta tendência mantém-se, agrava-se, qual é o panorama?**

- Em termos de afirmações de princípios, houve melhoras; em termos práticos a tendência continua a ser negativa.

Mas, em todo o caso, há uma certa diferença.

O Governo põe de uma forma geral a tónica no problema da inflação, na necessidade de conter a inflação, com o que nós, naturalmente, também estamos de acordo: o crescimento da inflação envolve sempre prejuízos para os trabalhadores. Mas depois, quando se chega ao concreto, o que o Governo pretende sistematicamente é manter os níveis de aumentos salariais dentro de níveis de inflação absolutamente irrealistas, que a experiência demonstra serem completamente irrealistas - o que evidentemente não aceitamos. Seria fazer os trabalhadores pagar as





manobras de propaganda de contenção de inflação, porque a maioria das vezes nem disso passam, de puras operações de propaganda sem qualquer tradução na realidade.

O patronato, por seu lado, põe a tónica nas contrapartidas no plano da desregulamentação do trabalho - ao que respondemos claramente que não. Se os trabalhadores aceitassem aumentos salariais a troco da cedência em direitos, isto equivaleria a na próxima negociação perder todas as condições de negociar e, entretanto, perder também os próprios aumentos salariais, fosse pela erosão da inflação, fosse pela própria perda de direitos para os defender.

O Governo e o patronato reconheceram já - e consideramos que isso é uma vitória do movimento sindical - a necessidade de aumentos nos salários reais: a nossa posição é que esse aumento tem de ser efectuado não só tendo em conta as previsões da inflação, como também as perdas que os trabalhadores sofreram nos últimos anos e outros factores como os aumentos de produtividade (que em numerosos sectores se têm colocado muito acima da média, proporcionando lucros de que os trabalhadores também têm de beneficiar).

Tendo em conta a realidade, não aceitamos que se estabeleçam tectos ou limites: têm sim de se estabelecer referenciais genéricos (e que contemplem não apenas os salários, mas também as pensões, as prestações sociais) e depois, ao nível de cada empresa, de cada sector e de acordo com as situações concretas, fixar os quantitativos e condições.

**- O movimento sindical tem aliás uma vasta experiência de tentativas governamentais para amarrar as negociações salariais a taxas de inflação liminarmente negadas pela realidade...**

- Esse aspecto é mesmo particularmente importante. Não há qualquer base de seriedade ou realismo nas propostas passadas com que se tem tentado comprometer os trabalhadores. Note-se que, por exemplo, os aumentos já conquistados este ano se situam numa taxa que ronda os 13,6% e o aumento da massa salarial rondará os 16%. Isto significa, considerando que a taxa de inflação de 1990 se deverá vir a situar francamente acima dos 13%, que foi inteiramente justo o movimento sindical não ter aceite um tecto que pretendia impor limitações que seriam muito inferiores à inflação, tal como demonstrou que era inteiramente justa a reivindicação da CGTP no sentido de um aumento da massa salarial de 16 a 18%. Aliás, para manter

o nível dos salários deveria aproximar-se muito mais dos 18%.

**- Mas há também a grande pressão patronal quanto às questões de regulamentação e de horário de trabalho...**

- Aí a posição que temos defendido é igualmente clara. Há uma afirmação de princípio e um compromisso de todos os partidos com assento na Assembleia da República no sentido de fixar o limite semanal de trabalho em 44 horas. O Governo assumiu o compromisso de todo o quadro legal correspondente estar em funcionamento em 1 de Janeiro. Como é evidente, não admitimos sequer que a questão das 44 horas se ponha à mesa das negociações. É um caso adquirido e arrumado. O que pretendemos que agora se negocie é a aproximação no sentido das 40 horas e a jornada de Junho foi claríssima sobre o apoio que essa reivindicação merece por parte dos trabalhadores.

O patronato fala muito na necessi-

dade de adaptações do horário de trabalho em função de especificidades produtivas e inovações tecnológicas e nós afirmamos que essa negociação se pode fazer, mas, por um lado, caso a caso e ao nível das empresas, e sempre com intervenção do sindicato, no sentido de evitar formas de coacção interna sobre os trabalhadores; por outro lado, após a fixação global de limites e garantias, como seja a salvaguarda dos dois dias de descanso semanal - em princípio, sábado e domingo - garantias quanto aos limites do trabalho diário, ao trabalho por turnos e outros aspectos dos direitos dos trabalhadores.

Aliás, é fundamental referir que muitas propostas que aparecem agora feitas pelo patronato, embora referindo-se, por exemplo, a questões de horário de trabalho, o que visam no essencial é formas indirectas de aumentar e facilitar despedimentos e é evidente que nunca aceitaremos qualquer passo neste sentido.

**- A unidade tem sido desde sempre considerada como um factor decisivo e um factor determinante para o reforço e vitalidade do movimento operário. No seu 20º aniversário, que balanço faz a CGTP neste campo?**

- A Intersindical nasceu como um grande projecto unitário e manteve e mantém o essencial dessa referência durante todo o seu percurso. É um processo próprio, em muitos casos mesmo *sui generis*, o que é hoje reconhecido até por organizações e estruturas que no passado tiveram posições contrárias à CGTP.

Na construção da Intersindical estiveram sindicalistas de diversas correntes de opinião movidos por ideais convergentes e por ideais que tinham no seu cerne o mais profundo sentido de defesa da unidade para reforçar a capacidade reivindicativa e a capacidade de luta dos trabalhadores. Assim, nós vimos na fundação da Intersindical

destacados sindicalistas comunistas, destacados sindicalistas católicos, destacados sindicalistas sem partido e outros de outras sensibilidades político-partidárias, embora nessa altura o quadro fosse muito mais curto e a presença fosse quase exclusiva do PCP. Vinte anos decorridos, pensamos que o essencial deste quadro, deste anseio concretizado de unidade se mantém, se alargou mesmo.

Aliás, parece-me significativo que, para a Comissão de Honra das comemorações do 20º aniversário para a qual convidámos numerosos fundadores da Inter (muitos que entretanto deixaram o movimento sindical e intervem hoje na sociedade portuguesa em diversos sectores, outros que se mantêm no movimento sindical), não tivéssemos recebido praticamente nenhuma recusa (a única que recebemos veio a público a semana passada num semanário) e, pelo contrário, esses companheiros - alguns com posições críticas em relação a diversos aspectos, como é natural - manifestam a sua identificação com o que é a Inter 20 anos depois da sua fundação.

Claro que no meio estão vinte anos e nomeadamente a constituição da UGT. Sobre isso, é fundamental dizer que o seu aparecimento não se deveu ao surgimento de uma vontade de rutura no seio do movimento sindical, mas foi essencialmente fomentada de fora, a partir de vontades e de decisões político-partidárias.

Isso é reconhecido pelos próprios promotores dessa movimentação que o afirmam inquestionavelmente. O actual Presidente da República, que ainda há dias esteve presente numa sessão comemorativa do nosso 20º aniversário, não esconde que, sendo na altura primeiro-ministro, a sua opção foi pela divisão do movimento sindical e pela criação da UGT.

Entretanto, as realidades sindicais, como todas, foram evoluindo, e a UGT estabilizou algumas estruturas e focos representativos de trabalhadores e é à luz desta realidade que nós hoje temos de encarar os caminhos para a criação da unidade na acção e para a dinâmica que possa projectar o reforço da unidade para o futuro.

Em termos de unidade, pensamos que a CGTP, pelo que é em si própria e pela sua acção tem continuado a dar para ela um contributo inestimável na sociedade portuguesa. Temos fomentado a unidade no seu sentido mais positivo, a unidade em torno dos problemas concretos nos locais de trabalho e é essa postura que tem sido decisiva para a construção de convergências e entendimentos que têm sido decisivos, como foi o caso da greve geral de 1988 e de outras convergências que se verificam hoje. ■



Uma exposição assinalando os 20 anos da CGTP-IN está aberta ao público em Lisboa, no Rossio

■ Henrique Custódio

# LAGOA DE ALBUFEIRA

**A**cometido por súbito fervor ecológico, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva deslocou-se recentemente à Lagoa de Albufeira, no Concelho de Sesimbra, para apreciar o regresso das garças reais e fazer algumas promessas sobre a recuperação e preservação deste importante património natural, cujo há 16 anos solitariamente defendido pela Câmara local numa luta contra a especulação urbanística e a proliferação de clandestinos que pouco eco tem encontrado no Poder Central. Aparentemente o Governo interessou-se agora pelo caso, na pessoa do próprio chefe do Executivo; só que a visita de Cavaco Silva começou por uma deslocação privada à herdade da Apostiça, que confina com a Lagoa de Albufeira e é propriedade de iraquianos, e em Sesimbra ninguém acredita que este insólito parêntesis colocado no princípio duma visita oficial tenha a ver com a proximidade geográfica da herdade privada com a Lagoa pública, sendo mais plausível associá-lo a uma atenção do Primeiro-Ministro para com os proprietários iraquianos da Apostiça, aliás há anos com interesses vultuosos no concelho de Sesimbra. Há mesmo quem considere a visita oficial à Lagoa de Albufeira como um pretexto para o encontro da herdade da Apostiça, tanto mais que são conhecidas as ligações de figuras de proa do PSD, ou da sua área, a negócios com os iraquianos implantados na zona, com relevo para o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Pires Miranda. De qualquer modo o Primeiro-Ministro foi à Lagoa de Albufeira, viu as garças e a paisagem limpa pela Câmara Municipal, louvou o projecto entretanto elaborado para a zona pela equipa do arquitecto Hestnes Ferreira e comprometeu-se, perante um batalhão de jornalistas, a dar luz verde à execução do Plano e a apoiar a liderança do processo pela Câmara Municipal, que entretanto exige ser financiada para tal, como se compreende: só para a instalação do gabinete e os primeiros dois



Após uma luta de anos, sem qualquer apoio do Governo, a Câmara Municipal de Sesimbra conseguiu limpar o areal da Lagoa de Albufeira dos abarracamentos que a asfixiavam

## Do ordenamento do caos às promessas de Cavaco

anos de implementação do Plano serão necessários 600 000 contos, a preços actuais...

Entretanto as margens da Lagoa de Albufeira já estão limpas do caos de barracas em que se transformara, a explosão dos clandestinos foi sustida em 1985 após anos de vigilância, limpeza e acção pedagógica da edilidade sesimbrense e, ao que parece, até já os castores voltaram à Lagoa Pequena. Só falta agora que o Primeiro-Ministro não volte atrás com a promessa feita e se avance, finalmente, para a preservação e desenvolvimento planificados desta magnífica reserva natural onde, diz a lenda, já desaguou o Tejo em tempos imemoriais. E a Lagoa lembra, de facto, o estuário de um rio que se cansou de chegar, água azul e mansa, areais à volta e uma cintura de pinhal a ver-se ao espelho...



À Lagoa Pequena já voltaram os patos bravos, as garças reais e até as lontras, ao que dizem

### Era uma vez a Lagoa

A Lagoa de Albufeira pertence à Freguesia do Castelo, Concelho de Sesimbra. Ainda em 1974 a Câmara Municipal, gerida pelos comunistas e seus aliados desde as primeiras eleições autárquicas e na altura já dirigida pelo actual presidente, alertou o Governo para a necessidade de se fazer o levantamento da situação na

Lagoa de Albufeira, instalando lá um Gabinete. E propunha-se que a partir do levantamento se elaborasse um plano de reconversão e se criassem alternativas; em vão, como se verificou no «salto» de 500 casas clandestinas recenseadas em 1974 para mais de 2000 em princípios dos anos 80, a par da degradação da Lagoa resultante duma utilização desenfreada e anárquica por dezenas de milhares de pessoas que ali encontraram, no estratagema da venda de terrenos em «avos» (que engordou muitos especuladores, nomeadamente a célebre empresa Xavier de Lima), a hipótese de fruir uma «casa de praia» própria construída aos bocanços num terreno barato.

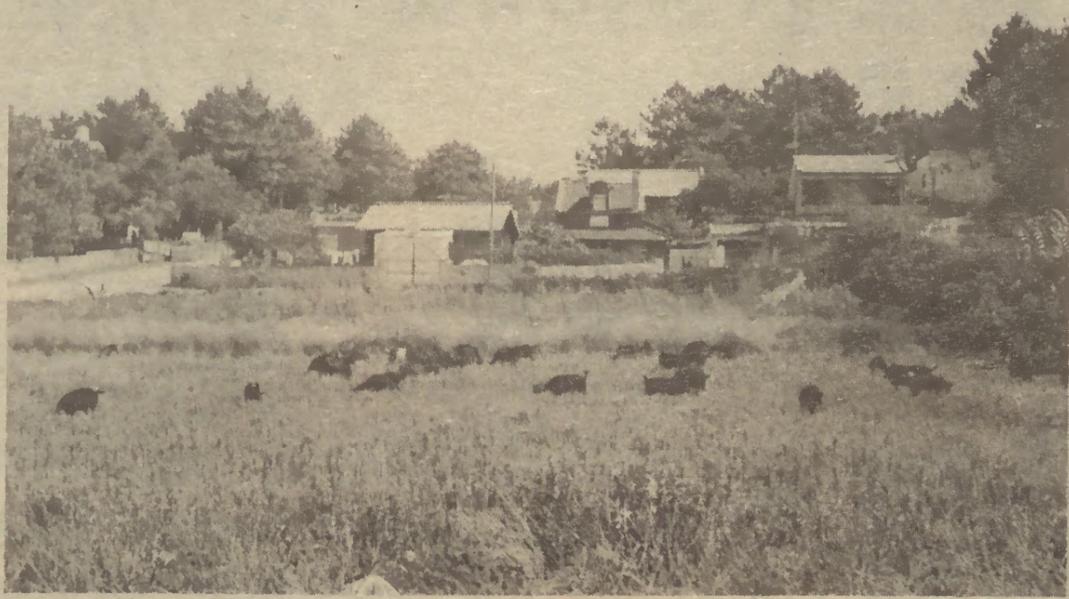
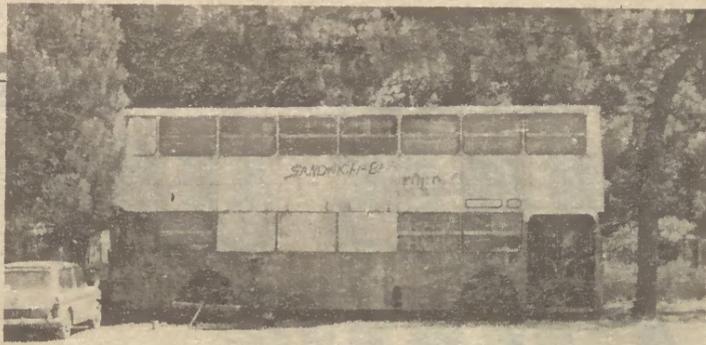
Desse tempo anárquico temos o testemunho da reportagem que então fizemos e que dá ideia do caos a que se chegara, em meados de 1982, na Lagoa de Albufeira: «entrámos no pinhal — magnífico parque natural que envolve a Lagoa e nela expira toda a sua pujança de floresta. Arregalámos os olhos: à transparência dos troncos e em todas as direcções, numa desordem aflitiva, brotavam casas, casebres, cabanas, palacetes, tendas de campismo, barracões, atrelados e o maior desvario urbanístico de que temos memória (...) Ao lado desta elite — a troncos-meias, podemos dizer — crescem projectos de casas que vão da simples marcação do terreno a uma penosa urdidura de tábuas, tijolos, contraplacados e folhas de zinco. Chegámos à Lagoa (...) e, de repente, tudo parece ainda mais grave: a construção ferveu por ali fora, sobretudo na margem sul, dando origem a uma já grande povoação, que

só merece o nome porque ali se amontoam milhares de pessoas. Ainda se vêem algumas edificações — chamemos-lhe assim — feitas dos caboucos ao telhado, às vezes mantendo a bacoquice megámana das suas congéneres do pinhal. O resto tem a ver com a técnica de empilhar caixotes».

### O regresso das lontras

Foi esta situação que a Câmara Municipal de Sesimbra se viu forçada a enfrentar sozinha, numa luta de anos que finalmente susteve a construção clandestina, limpou as praias e o pinhal dos abarracamentos, sensibilizou os utentes e abriu caminho à recuperação e reconversão da Lagoa de Albufeira. O arquitecto **Bernardino Ramalhete**, que supervisa o respectivo gabinete técnico da Câmara Municipal de Sesimbra, historiou-nos os factos mais recentes:

«Como sabe, a Câmara pediu durante anos e anos apoio ao Governo para se enfrentar o problema da Lagoa de Albufeira e finalmente, quando Carlos Pimenta era secretário de Estado do Ambiente, abriu-se concurso para a elaboração de um Plano que defendesse a zona, concurso aberto por iniciativa da Direcção Geral do Ordenamento do Território e da Secretaria de Estado do Ambiente. A Câmara figura no contrato como entidade que, obrigatoriamente, deve acom-



A degradação a que chegara a zona (na foto de cima, um «snack-bar» tipo «original») dará lugar a uma ocupação harmoniosa, que não agrida o meio e perserve o equilíbrio antigo, como se vê na panorâmica de baixo, na parte rural da Lagoa

panhar o processo. A elaboração do Plano foi entregue ao gabinete do arquitecto Hestnes Ferreira, tendo sido terminado em Maio de 1988».

O chamado «Plano Parcial de Urbanização da Área Degradada a recuperar da Lagoa de Albufeira» pretende várias coisas em diversas áreas, como também nos explicou o arquitecto Ramalhe: regulamentação de uma grande área (à volta de 800 ha) estabelecendo regras para o desenvolvimento integrado desta área; definir zonas de habitação e preservar, em termos de ambiente, o que for possível; criar infra-estruturas, equipamentos, etc.; legalizar o que for legalizável e criar um estatuto jurídico que permita a reconversão das situações ilegais e o ordenamento do território. Entretanto «o objectivo mais marcante será a recuperação da própria Lagoa onde voltaram os patos bravos, as garças reais, etc, havendo até notícias do aparecimento de lontras».

A fauna que o Primeiro-Ministro observou durante a visita, apontando o dedo e o perfil às câmaras da Comunicação Social com, pelo menos,

tant dignidade como a de Napoleão contemplando as pirâmides.

## A história dum Plano

Entretanto qual foi o percurso do Plano de Reconversão, desde que foi concluído em Maio de 1988? O nosso interlocutor esclareceu:

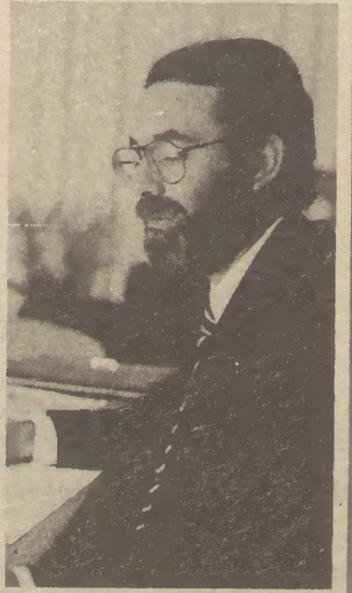
«Foi aprovado pela Câmara e Assembleia Municipais, obtendo depois (após um ano de espera...) a homologação da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território; foram de seguida introduzidas algumas rectificações relacionadas com o regulamento, estando agora em condições de ir à Assembleia Municipal para aprovação final e publicação no «Diário da República», que o tornará eficaz.»

Assim se tornem também — eficazes — as promessas que o chefe do Executivo fez durante a visita, de pôr o Plano em execução e apoiar a Câmara na liderança do processo.

Quanto à população que a Lagoa de Albufeira irá servir, na sequência da concretização do Plano de Reconversão, será de três tipos, como também esclareceu o arquitecto Ramalhe: os residentes permanentes ou temporários (9000 habitantes), os utentes das futuras unidades hoteleiras (700 pessoas), campistas (4000), mais 5000 lugares para ocupantes em expansões previstas, o que dará um total de 19 000 utentes/ano.

Para se avaliar a envergadura dos investimentos a fazer, basta dizer que a instalação de infra-estruturas e vias de comunicação está orçamentada em dois milhões e 64 000 contos, a preços actuais, o que implica, obviamente, o empenhamento do Poder Central. Quanto ao gabinete que terá de ser montado para gerir o Plano (e que a Câmara exige liderar), só isso custará 600 000 contos a preços actuais, como já dissemos...

Entretanto, como nos afirmou o presidente da Câmara, Ezequiel Lino, o Plano encontra-se agora numa encruzilhada, de que só o Governo o poderá tirar. O futuro mostrará quanto valem as promessas de Cavaco Silva... ■



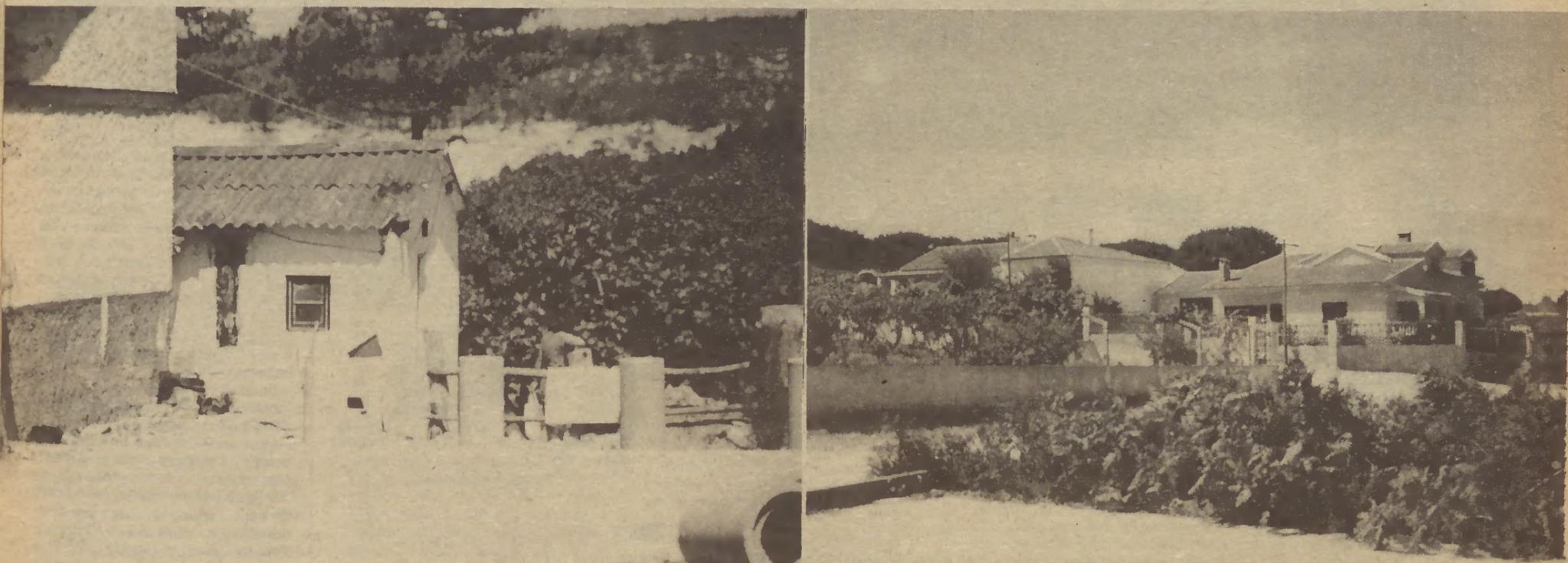
Ezequiel Lino

## Plano já temos: resta executá-lo

Ezequiel Lino é um veterano, na presidência da Câmara Municipal de Sesimbra que os comunistas e os seus aliados (agora na CDU) administram desde as primeiras eleições autárquicas. Encontrámo-nos pela primeira vez em 1982, quando ia no auge a proliferação de clandestinos na Lagoa de Albufeira, e já nessa altura ele nos afirmava que a Câmara continuava à espera de apoios oficiais enquanto prosseguia «na intervenção que está ao nosso alcance: deslocar regularmente equipas de limpeza à Lagoa para recolha de lixo e tentar evitar que prolifere a construção clandestina e se agrave ainda mais a situação». Oito anos depois continua a aguardar, só que sobre algo mais concreto: as promessas de Cavaco Silva, quando recentemente se deslocou à zona em visita oficial.

Um pouco à pressa, no meio de uma agenda sobrecarregada, Ezequiel Lino recordou o nosso encontro de há oito anos, quando a luta contra os clandestinos na zona da Lagoa ainda tinha mais três anos pela frente até ser ganha. «Só em 1985 conseguimos sustar a construção clandestina e limpar a Lagoa.» Agora, que já está elaborado o Plano Parcial de Urbanização da Área Degradada a recuperar da Lagoa de Albufeira a luta ganha novos contornos: «uma das coisas para que chamámos a atenção do sr. Primeiro-Ministro na altura foi de que a Câmara não admitirá outra situação que não seja a de liderar o processo de aplicação do plano e recuperação da Lagoa, mas exigimos, naturalmente, ser financiados ou pelo Governo ou pelos interessados». Isto após informar o visitante que «a Câmara lamentava que a forma como se estava a processar o diálogo sobre as questões da Lagoa não estar a ser a mais correcta», por se sentir a influência de «grupos de pressão que têm acesso aos corredores do poder e procuram actuar à revelia da Câmara ou impor-lhe os seus interesses». A questão, aliás, seria claramente posta a Cavaco Silva quando Ezequiel Lino sugeriu que «se o Governo quiser ter uma actuação autónoma e assumir a responsabilidade pela recuperação, preservação e desenvolvimento da Lagoa de Albufeira o pode fazer, criando legislação para isso», hipótese que o Primeiro-Ministro recusou de imediato, comprometendo-se a apoiar a Câmara na prossecução do Plano.

«Por isso neste momento o processo está numa encruzilhada, concluiu o presidente da Câmara Municipal de Sesimbra: «temos um bom documento, o Plano de Recuperação, mas a sua concretização só será possível com o apoio do Governo, que aguardamos que chegue. Entretanto convém recordar que a Lagoa de Albufeira transcende o interesse regional ao servir a Área Metropolitana de Lisboa, a mais populosa e importante do País, não podendo esperar-se que um pequeno Concelho, como é o de Sesimbra, com os seus 30 000 habitantes, possa resolver um problema de tal envergadura e suportar a recuperação de uma situação para a qual, de resto, não contribuiu». ■



À esquerda, o tipo de abarracamentos que a Câmara foi demolindo ao longo dos anos, a par dum esforço pedagógico junto dos utentes; à direita áreas de habitação controlada



# MAIS UM GRAVE ACIDENTE NA LISNAVE

**N**o passado sábado morreram dentro de um navio, no estaleiro da Lisnave na Margueira, três trabalhadores. Foi o quinto acidente mortal desde Janeiro na empresa; ao todo, houve já este ano sete homens que perderam a vida a trabalhar, cinco dos quais estavam a cargo de empresas de aluguer de mão-de-obra.

Nas posições que têm divulgado sobre o problema, o sindicato dos metalúrgicos e as estruturas de trabalhadores da Lisnave imputam a responsabilidade do aumento dos acidentes de trabalho à administração do estaleiro e à política de substituição de operários efectivos por subempreiteiros.

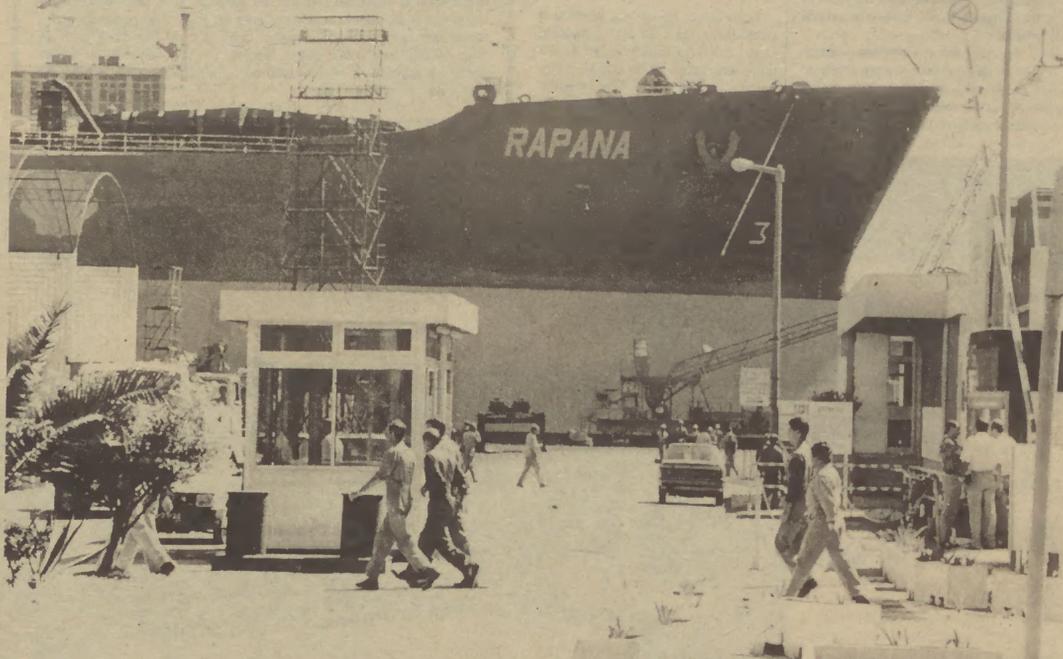
«Houve uma altura em que não havia acidentes mortais na Lisnave» - lembraram Zélia de Sousa e João Pires, dois dos representantes dos trabalhadores na Comissão de Higiene e Segurança da empresa.

Só que, nessa altura, os responsáveis da administração queixavam-se em público, e até na imprensa brasileira, do problema que era para eles o facto de os trabalhadores se recusarem a trabalhar sempre que as condições mínimas de higiene e segurança não eram respeitadas. «Agora estão a querer voltar à situação que tinham antes do 25 de Abril», quando não existia Comissão de Higiene e Segurança, os trabalhadores tinham que se sujeitar às piores condições de trabalho e os acidentes mortais faziam parte, praticamente, do dia-a-dia - denunciavam os nossos entrevistados. A denúncia é repetida com indignação por outros membros de estruturas de trabalhadores que contactámos anteriormente. «Não foi por acaso que, quando se deu o despedimento colectivo, todos os quadros da Comissão de Higiene e Segurança foram abrangidos» - nota Zélia de Sousa.

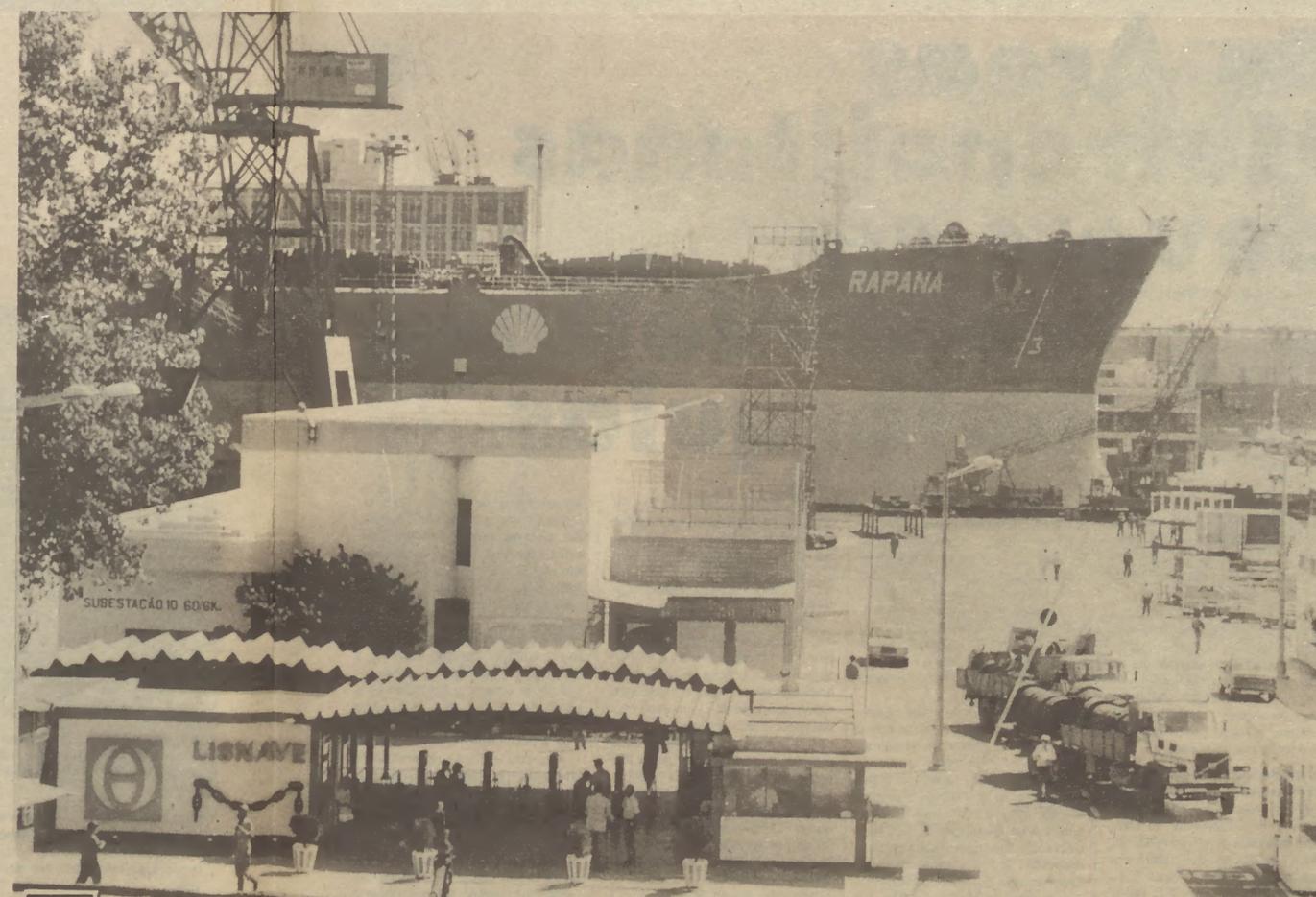
Segundo a opinião de João Pires e Zélia de Sousa, partilhada por membros de outras estruturas de trabalhadores da Lisnave, «o que tem contribuído para o aumento dos acidentes, mais frequentes e mais graves, é, por um lado, a substituição dos trabalhadores efectivos da casa por pessoal subempreiteiro; paralelamente, a falta de técnicos de prevenção; e uma falta de investimento em materiais de protecção para os trabalhadores».

Os acidentes verificam-se mais no

# Esta política mata!



Neste navio morreram no passado sábado três operários. É o quinto acidente mortal este ano na Lisnave. Antes tinham já perdido a vida quatro homens, um deles no dia em que fez 18 anos. A insegurança, para os representantes dos trabalhadores, está ligada ao excessivo peso dos subempreiteiros, a cargo das empresas de aluguer de mão-de-obra. Devia haver mais técnicos da Prevenção e mais investimentos em material para protecção



Zélia de Sousa



João Pires

o número de acidentes mortais». Por volta de 1985 a administração faz o despedimento colectivo, precedido dos convites para a rescisão de contratos por mútuo acordo, e «com a saída de um grande número de trabalhadores, reduziu-se a experiência do colectivo, tanto na área profissional, como na higiene e segurança». Ao mesmo tempo, «aumentam os subempreiteiros, aumenta a inex-

trabalhadores continuam a ter em matéria de prevenção. E a chefia não tem o melhor comportamento: quando há um trabalhador que se nega a fazer determinado serviço, a chefia pressiona-o, ameaça-o, e ele vai fazer o trabalho».

Um trabalhador da Lisnave, segundo as normas de trabalho que ainda vigoram na empresa, pode-se negar a fazer um serviço. Como nos explica-

## Subempreiteiros

O pessoal subempreiteiro é contratado à entrada da Lisnave dez ou quinze minutos antes das oito horas, ou em Cacilhas, através dos empreiteiros, num sistema semelhante às praças de jornas do Alientejo ou à «Casa do Conde» dos estivadores. Como nos contaram os representantes dos trabalhadores, existem actualmente «umas vinte e tal empresas destas, que apenas servem de intermediários para fornecer mão-de-obra». Embora digam o contrário, a maior parte delas não dá macacos, não dá botas, não dá capacetes. «É uma autêntica escravidão!» - desabafa Zélia de Sousa. - «Nem os primeiros socorros podem ter na Lisnave, têm que chamar uma ambulância que os leve ao hospital. Ainda há dias assistiu a um caso desses: um rapaz que foi apanhado por uma prancha, tinha as

costas todas em sangue, e o enfermeiro só lhe prestou os primeiros socorros porque eu e outros trabalhadores que estávamos no posto médico teimámos com ele!»

A quantidade de trabalhadores varia consoante as necessidades da empresa, como nos explicaram: «Pode haver um pico de carga em que sejam precisos mil ou 1500 subempreiteiros, e no mês seguinte serem só 500 ou 600. A sobrecarga maior é no período de férias, de Julho a Setembro». Todos nos referem a dificuldade de saber números exactos, mas talvez a média ande pelos 400 trabalhadores subempreiteiros por dia (A Lisnave tem entre 3500 e 4 mil efectivos, dos quais cerca de 1500 na produção). Uma boa parte destes trabalhadores em regime de «cedência de mão-de-obra» é ocupada nas tarefas de limpeza dos navios e de conservação do próprio estaleiro, para o que não são exigidas grandes especializações profissionais.

Entretanto, quase sem que ninguém dê por isso, a Lisnave tem-se vindo a desfazer de uma série de secções, transferindo o trabalho para empreiteiros, como sucedeu com a decapagem, com a maior parte dos andalimes, com a conservação - referiram os representantes dos trabalhadores. ■

campo dos subempreiteiros, e nas funções que têm a ver com a limpeza dos navios. «Isto é um trabalho mais penoso, por isso merecia um acompanhamento mais assíduo por parte da Prevenção de Acidentes» - defendem os membros da CHS com que falámos. «Ainda ontem - conta João Pires - tivemos oportunidade de expressar mais uma vez esta opinião ao director de produção. Mas a administração tem feito ouvidos moucos.»

## Depois dos despedimentos

Em Janeiro deste ano um jovem morreu a trabalhar num navio, vítima de intoxicação, no dia em que fazia 18 anos. Em Fevereiro um técnico de tintas foi esmagado por um empilhador. Em Junho um operário perdeu a vida depois de cair de um telhado, de 8 metros de altura. Em Agosto outro trabalhador morreu entalado entre um empilhador e o picadeiro. Os três mortos de 22 de Setembro completam o quadro negro do aumento, em número e em gravidade, dos acidentes de trabalho na Lisnave.

João Pires reconhece que «a indústria naval é um ramo de actividade muito perigoso» e recorda que «antes do 25 de Abril havia muitos acidentes mortais nesta empresa». Mas refere também que «após o 25 de Abril, os trabalhadores, conhecendo bem a situação, viram por bem constituir a Comissão de Higiene e Segurança», que deveria contribuir para que se evitassem os acidentes dentro da Lisnave. E o certo é que «conseguiu-se reduzir quase a zero



A indústria naval é um ramo de actividade onde o trabalho é duro e perigoso, razão por que as condições de higiene e segurança devem merecer uma atenção acrescida

perícia, os empreiteiros não asseguram qualquer formação, nem, mais das vezes, o equipamento indispensável». Destes, são um número muito reduzido os operários que antes trabalharam na Lisnave - como referiu à reportagem do «Avante!» aquele membro da CHS da Lisnave.

Depois dos despedimentos, constata Zélia de Sousa, «com o clima de medo que se foi gerando, houve um certo abandono dos direitos que os

ram os membros da CHS, «se vir que não tem condições de segurança (ventilação, iluminação, existência de gases, limpeza), pode-se negar, pode chamar o técnico de Prevenção. Isso antes era feito, e ainda se pratica». Mas hoje há um certo recuo nessa prática, fruto das pressões e manobras das chefias e, naturalmente, devido ao excesso de subempreiteiros - um trabalhador contratado nestas condições não vai protestar, senão arrisca-se a perder o trabalho.

## Da chegada de um navio até um acidente

O que sucede desde que um navio chega à Lisnave para reparação? Como pode dar-se um acidente? Colocada a pergunta, os membros da Comissão de Higiene e Segurança da empresa que entrevistámos fizeram uma espécie de percurso-tipo, pegando em dois exemplos concretos.

«Os navios chegam ao Tejo e vão à desgasificação, no Porto Brandão; depois de desgasificados vêm para aqui, ou para a doca, ou para o cais. Mas, uma vez que transportam naftas, não fica logo limpa toda a área dos tanques onde vão ser feitos os vários trabalhos.

«No navio onde morreu um jovem trabalhador, em Janeiro, estava a fazer-se a limpeza das cavernas, na zona por baixo da máquina, que são buracos com os oitenta centímetros de altura onde um homem mal se pode mexer; para se poder trabalhar ali, os tanques têm que ser ventilados, com máquina que mantém a circulação de ar. Dois trabalhadores que estavam a fazer esse serviço meteram lá uma máquina de aspirar os resíduos líquidos. No início do dia passou ali o químico da Prevenção, fez a pesquisa e deu o tanque como apto para se trabalhar lá dentro, naquele tipo de trabalho. Só que, quando a máquina começa a funcionar e os resíduos começam a ser removidos, dá-se a libertação de gases, mas o trabalhador que estava lá em baixo com a máquina não se apercebe...

«Com este acidente agora, de sábado, é mais difícil, mas podia-se ter dado a mesma coisa. Este navio teve uma explosão no alto mar, e veio para aqui, já depois da desgasificação, em muito más condições para se fazer a limpeza dos tanques. A pesquisa foi feita e os técnicos deram o tanque como apto para aquele tipo de trabalho: apanhar lá em baixo os resíduos com pás, encher latas de 20 litros, que são depois lçadas por um homem no convés. Não estava a ser utilizado fogo nem nada que pudesse produzir chama. Se, como no caso da intoxicação, tivesse havido libertação de gases, teria havido explosão, mas isso não sucedeu, não houve explosão. Tudo indica que aquilo teve início de fogo num determinado local e depois se propagou, seguindo o sentido da ventilação. É difícil agora saber o que realmente sucedeu e as razões.» ■

■ João Amaral

# As Áreas Metropolitanas devem ser verdadeiras autarquias

O ano de 1990 ficará seguramente assinalado, na história da criação de estruturas institucionais para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, como o ano em que, finalmente, a Assembleia da República abordou a matéria numa base concreta, na base de iniciativas legislativas.

Foi o PCP que em 23 de Março deste ano deu o primeiro e decisivo impulso ao processo, ao apresentar na Mesa da Assembleia o Projecto de Lei n.º 505/V, propondo a criação de uma nova autarquia, a «Área Metropolitana de Lisboa» (pouco tempo depois, o PCP propunha um Projecto de Lei paralelo para a Área Metropolitana do Porto).

Os projectos do PCP rematavam uma actividade e uma análise que, prolongando-se no tempo, vieram a ter os seus momentos mais altos em 1989, em Lisboa, no Seminário «Área Metropolitana de Lisboa — a década de 90» organizado em 19 de Fevereiro no âmbito da CDU; e no Porto, no Seminário sobre a Área Metropolitana do Porto realizado a 15 de Abril desse ano de 1989.

Os Projectos do PCP tinham assim por base o conhecimento detalhado da situação de crise profunda vivida nessas duas grandes áreas urbanas. O crescimento anárquico conduziu a distorções insuportáveis. Grassa a especulação imobiliária e a expulsão da habitação para a periferia, aumentam as distâncias casa-trabalho, os transportes estão num caos, as vias de comunicação estão décadas atrasadas das necessidades, a paisagem urbana é agressiva e desumanizada, a qualidade das águas e do ar degradaram-se enquanto sobem os níveis de ruído, escazeiam espaços verdes nas zonas de mais forte especulação, alastram manchas de pobreza e outros problemas sociais críticos.

A situação de crise reclama medidas de fundo. Impõe-se actuar rapidamente para realizar um ordenamento racional e humanizado do território metropolitano. Impõe-se que sejam tomadas decisões em domínios como os transportes, a rede viária e o ambiente, que permitam viabilizar aquele ordenamento do território e que, simultaneamente, respondam

com urgência a carências dramáticas das populações. Impõe-se que os investimentos da administração central e das empresas concessionárias de serviços públicos sejam orientados em função daquele ordenamento metropolitano e sejam compatibilizados com o investimento municipal.

A realização destes objectivos exige uma estrutura institucional adequada. No projecto do PCP, essa estrutura é uma autarquia, tal como aliás é inculcado pelo Artigo 283.º, n.º 2 da Constituição, que refere que «Nas grandes áreas urbanas (...) a Lei poderá estabelecer (...) outras formas de organização territorial autárquica».

Porquê uma autarquia? Porque a complexidade das atribuições e a situação de crise em que essas atribuições vão ser prosseguidas exige a capacidade de decisão e intervenção que só a existência de poderes efectivos garante; e pressupõe a legitimidade democrática que só o voto popular confere. A autarquia proposta pelo PCP tem isso mesmo: órgãos representativos (eleitos pelo voto po-

pular) e o poder próprio de uma estrutura da Administração descentralizada do Estado. Esse poder efectivo significa que as decisões que a autarquia «Área Metropolitana» tome em áreas decisivas (ordenamento do território, rede viária, sistema de transportes, ambiente, recursos hídricos) são vinculativas para todos, incluindo a Administração Central e Empresas Públicas concessionárias de serviços públicos.

Importa fazer algumas observações. A primeira para dizer que a autarquia Área Metropolitana não interfere com os municípios da respectiva área e respeita totalmente o seu actual nível de atribuições e competências. Mais: o PCP propõe mesmo que a Área Metropolitana, nas suas decisões fundamentais (como a aprovação do Plano Metropolitano de Ordenamento do Território) fique sujeita a parecer prévio vinculativo dos Municípios incluídos no seu território e constituídos em Conselho de Municípios, garantindo-se dessa forma que a A. M. não tomará decisões contra a maioria dos municípios. Por outro lado, que as competências dos municípios não são afectadas prova-o o facto de o tipo de atribuições que foram enunciadas pertencerem hoje à Administração Central. É a Administração Central que tem vindo a realizar o planeamento e ordenamento referente a território supramuni-

pal. É a administração que dirige (directa ou indirectamente) os transportes metropolitanos, que é responsável pela rede viária supramunicipal, pelo ambiente nas suas componentes mais significativas, incluindo recursos hídricos.

Uma segunda observação respeita à questão das regiões e serve para refutar a afirmação de que o PCP visaria afinal a criação de uma região administrativa. É falso e revela ignorância por parte de quem usou o argumento. Efectivamente, as regiões administrativas têm atribuições de planeamento económico que o PCP expressamente afastou da autarquia Área Metropolitana; e têm a atribuição de direcção de serviços públicos que o PCP considerou fora da filosofia do seu projecto, onde considerou que as Áreas Metropolitanas não deveriam ter estruturas burocráticas pesadas, mas tão-só uma estrutura ligeira, vocacionada para o estudo e o apoio técnico.

A terceira observação impõe-se para deixar claro que o Projecto do PCP propugna um espaço de coordenação com a Administração Central, através da criação de um Conselho Coordenador, onde têm assento representantes do Executivo Metropolitano (o órgão de gestão da Área Metropolitana, órgão eleito pela Assembleia Metropolitana, esta sim, eleita directamente pelos cidadãos) e

representantes do Governo, Administração Central e Empresas Públicas. Mas trata-se somente de um Conselho, que emite pareceres não vinculativos. Se se dessem poderes deliberativos a este órgão, onde tem assento a Administração Central, então frustrar-se-ia todo o objectivo da instituição, permitindo ao Governo o seu controlo, e, em última instância, a sua subordinação à política e interesses governamentais. Retomava-se o ponto zero: tudo ficaria afinal como dantes, com a Administração Central a ter a última palavra.

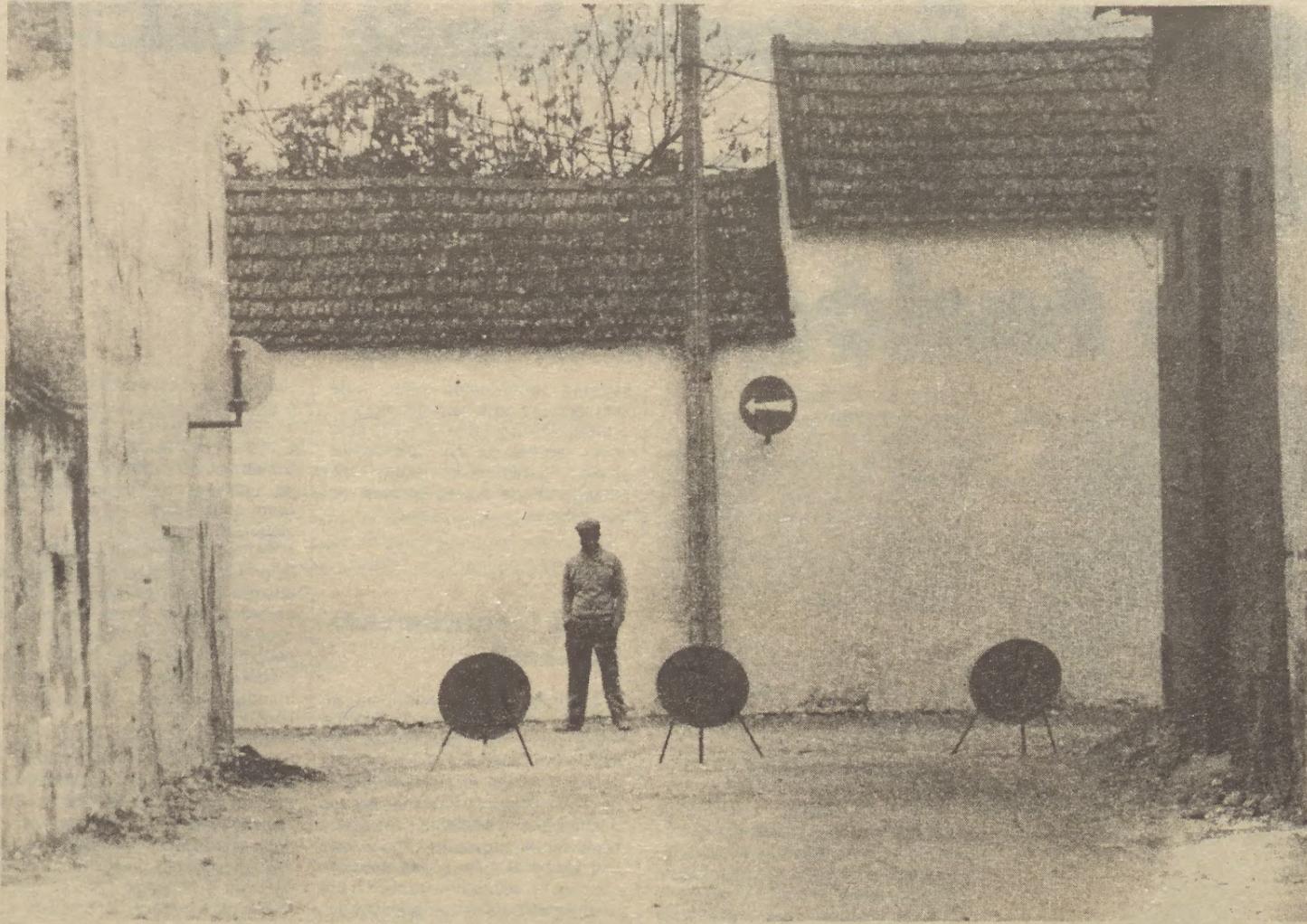
A quarta e última observação é uma análise de natureza político-partidária e serve de passagem para a análise dos projectos do PS e do PSD. A questão é esta: se o PCP visasse assegurar a maioria absoluta na Área Metropolitana de Lisboa, bastar-lhe-ia copiar o que o PS durante muito tempo defendeu para o Porto. O PCP propicia, por exemplo, que o órgão decisivo fosse um órgão integrando os presidentes das Câmaras da A. M. de Lisboa. Das 17 Câmaras envolvidas, o PCP tem a presidência de 11!

Mas o PCP tem do poder político a ideia de que a sua legitimidade tem de assentar em assembleias representativas eleitas segundo o sistema de representação proporcional. O PCP não abdicou dos princípios: a Assembleia Metropolitana, tal como a propõe o PCP, é eleita directamente pelos cidadãos. O resultado em Lisboa será que, apesar de ter uma alta votação, votação que lhe permite ter a maioria absoluta das presidências das Câmaras, não é certo que o PCP viesse a conseguir a maioria absoluta da Assembleia Metropolitana. Mas, não é verdade que o respeito das regras democráticas básicas deverá pautar sempre a constituição das instituições de poder? Assim o entende o PCP.

E, quanto ao PS e ao PSD, que projectos apresentavam?

Há que dizê-lo com clareza: o comportamento do PS, após a apresentação pelo PCP do seu projecto de lei, visou no essencial inviabilizar que a solução institucional para as áreas metropolitanas fosse a solução da constituição de verdadeiras autarquias. Mais: o PS incentivou e deu cobertura e oportunidade a uma operação antidemocrática destinada a tentar impedir que o projecto do PCP e a solução por ele preconizada (a autarquia) fossem submetidas a debate nas Assembleias Municipais e Câmaras Municipais e junto da opinião pública. São acusações pesadas? São acusações que se provam. O PS apresentou o seu projecto mais de dois meses depois do projecto do PCP, não o submeteu a debate público (ao contrário do que fez o PCP), procedeu de imediato à sua marcação para debate e votação (o projecto do PS foi admitido pela Mesa da Assembleia no dia 11 de Junho e foi marcado para debate a 21 de Junho!) Mais e mais grave: o PS, como partido que faz a marcação, tinha o direito protestativo de suscitar ou não a votação. Podia no-





meadamente não requerer a votação para permitir a consulta aos municípios. Os projectos só seriam votados após conhecimento do parecer das autarquias. Foi o que se passou com a Lei das Finanças Locais ou com os projectos sobre regionalização. Mas, o PS, durante o debate, depois de o PSD dizer que votaria contra o projecto do PCP, depois de o PCP propor que os projectos não fossem votados antes da consulta aos municípios, o PS insistiu, e com a exacta consciência de que sucederia ao projecto do PCP, requereu a votação, cujo único efeito útil seria... a rejeição do projecto do PCP!

Isto era tanto assim que era público, e foi anunciado, que o PSD viabilizava o projecto do PS e que, antes da votação na especialidade, seria feita a consulta aos municípios! Expliquei mais à frente que o PS não conseguiu o seu objectivo. Mas, fica a pergunta: o que quer afinal o PS? Porquê este «casamento» com o partido do Governo, com o PSD?

O que este processo vem demonstrar é que, ao aliar-se com o PSD contra a solução que institui as Áreas Metropolitanas como verdadeiras autarquias, o PS demonstra não se ter libertado dos «tiques» que o levam a encarar o Poder Local com desconfiança quando o olha do lado das competências do Governo e da Administração Central. Os «tiques» que o levaram no governo PS/PSD, quando detinha o pelouro da tutela das autarquias, a praticar actos que ainda se estão a pagar: quem não recorda a transferência dos transportes escolares e da acção social escolar? Quem não recorda os critérios do turismo e da altitude na Lei das Finanças Locais? Ou a descida em termos reais das transferências para as autarquias? Ou a proposta de Lei de Tutela Administrativa que era uma espécie de Lei de segurança interna contra o Poder Local?

Esta é a questão de fundo: o PS não quer para as áreas metropolitanas uma solução que institua uma nova forma de poder, que permita uma maior intervenção das populações na solução dos problemas das grandes urbes. O PS não quer beliscar o poder do Governo.

Como é afinal o projecto do PS? É um logro. Pode resumir-se desta forma: os municípios, por seu lado, associam-se numa «associação tipo especial». Do outro lado, existe uma «comissão de Delegados do Governo» (sic, do preâmbulo). E que fazem estas duas «entidades»? Sentam-se no Conselho Metropolitano de Coor-

denação, onde as decisões só podem ser tomadas com o «voto favorável» de todas as partes. Isto é, nenhuma das questões polémicas, onde a Administração Central tem bloqueado as medidas necessárias, poderá ser desbloqueada, porque tudo ficará, ao fim e ao cabo, na decisão final do Governo. Não se exagera, já que o preâmbulo o diz textualmente: «Guarda-se sempre a possibilidade de arbitragem, quando não se verifique consenso, para os níveis superiores do Governo sempre que se trate de competências executivas ou de tutelas consagradas na lei.» Aí está: a equipa governamental fornece o árbitro...

A estrutura que o PS propõe não tem poderes próprios, como se vê, mas tão-só poderes delegados, que só pode exercer se quem lhes delega estiver de acordo... com a forma como os exerce! O PS não quer uma estrutura eleita, com a legitimidade do voto popular. O PS não quer nada: nem sequer a lista dos municípios

cujos territórios deveria integrar cada uma das Áreas Metropolitanas o PS propõe. Isto é tão caricato que leva a admitir que se possam constituir as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto... sem o território dos municípios de Lisboa e Porto!

Mesmo o PSD, que apresentou um tenebroso projecto de lei, não chega aos extremos de ambiguidade a que chegou o PS. O texto do PSD configura uma estrutura inaceitável, feita à medida cavaquista: governamentalizada (basta ver que o Conselho Metropolitano é presidido pelo presidente da CCR...) e antidemocrática (a Assembleia Metropolitana, integrando dois representantes eleitos em cada Assembleia Municipal, teria forçosamente uma enorme distorção em relação à vontade eleitoral expressa pelos cidadãos). Mas, mesmo assim, o PSD atalha com frontalidade dois problemas: cria as Áreas Metropolitanas como «organizações territoriais autárquicas» e propõe em concreto a sua área.

Mesmo a nível da presidência, há uma diferença assinalável. Ambos os projectos (PS e PSD) propõem um executivo integrando os presidentes das câmaras da área. Só que, enquanto o PSD propõe que o presidente desse executivo seja eleito pelo próprio órgão, o PS propõe um sistema em que o presidente é eleito pela Assembleia Metropolitana. Sabida a composição das presidências das câmaras da Área Metropolitana de Lisboa (o PCP tem 11 em 17) e sabido que na Assembleia Metropolitana, pelo sistema com que o PS propõe a sua constituição, o PCP não terá maioria absoluta, então o mínimo que se poderá dizer é que o PS do senhor presidente da Câmara de Lisboa não dá ponto sem nó...

O Projecto do PS fica assim reduzido ao que é: uma intervenção política contra a criação da autarquia «área metropolitana» e a favor do associativismo municipal. Na parte em que é contra, o projecto do PS é mau. Na parte em que é a favor, es-

tamos todos de acordo. O associativismo municipal é importante, e é necessário incentivar o associativismo dos municípios das Áreas Metropolitanas, para o exercício das diferentes funções municipais sem que isso seja relevante.

Há já experiências positivas (por exemplo, a AMASCULTURA). Há que prosseguir de imediato (inclusive para efeitos do PROT da AML). O PCP apoia e incentiva as iniciativas nesse sentido.

Mas, nem o PCP abandonou a sua luta e iniciativa para a instituição das Áreas Metropolitanas como verdadeiras autarquias, nem essa luta foi frustrada pelo debate parlamentar de 21 de Junho. Nesse debate, os projectos do PS e PSD foram aprovados na generalidade. Mas os projectos do PCP, de criação das autarquias «Área Metropolitana de Lisboa» e «Área Metropolitana do Porto», não foram rejeitados, já que o PCP não permitiu que fossem votados.

Os projectos do PCP estão pendentes na Assembleia da República como o estão os projectos, aprovados na generalidade, do PS e PSD.

Não há forma de impedir que os interessados os analisem, se pronunciem sobre as soluções propostas, eventualmente os aprovem e achem preferíveis.

As bancadas parlamentares do PS e do PSD não podem calar a opinião dos autarcas e das autarquias, e estes formam a sua opinião livremente, com base nas ideias e documentos a que tiverem acesso ou que produzam.

A proposta do PCP, das autarquias «Áreas Metropolitanas», está viva, é uma proposta para a solução da crise, uma proposta inovadora.

O PS, no preâmbulo do seu projecto, afirma que ele pode «incorrer em riscos de menos eficácia». Menos eficácia e menos democraticidade. O contrário, precisamente, do que o PCP propõe: uma estrutura democrática e eficaz. ■



# A mulher na comunidade local

## Na vida de todos nós

**D**ebater aspectos da participação das mulheres na comunidade, em particular da comunidade local é um dos objectivos de um seminário precisamente intitulado «A Mulher na Comunidade Local». É uma iniciativa do PCP através da sua Organização das Mulheres Comunistas e vai realizar-se no próximo dia 13

de Outubro, no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa. A acção das mulheres portuguesas na sua participação fundamental para o desenvolvimento da comunidade é o motivo central desta iniciativa que recebe o apoio do Conselho Consultivo da Comissão da Condição Feminina, do qual também faz parte a Organização das Mulheres Comunistas, através de um subsídio atribuído àquele organismo pelo Orçamento Geral do Estado numa rubrica destinada às organizações femininas não governamentais. Pelo menos uma ilação daqui se tira: os resultados dos trabalhos deste seminário interessam a um universo muito superior ao das próprias mulheres comunistas. Assim, o seminário é aberto à participação de mulheres não comunistas ligadas às diferentes actividades da comunidade (trabalho, ensino, autarquias...) tendo as organizadoras feito convites a mulheres de outros partidos e organizações para darem o seu contributo para este debate.

Contribuir para um melhor conhecimento da dimensão da participação das mulheres nas diversas expressões e estruturas da comunidade local e ao mesmo tempo proporcionar uma investigação mais aprofundada das potencialidades dessa participação, do seu papel no desenvolvimento económico e social, na vida política e cultural bem como nos vários aspectos da vida e do bem-estar das comunidades, são outros objectivos deste seminário.

associações de defesa do património, do ambiente, do consumidor, comissões de gestão de instituições de solidariedade social (infância, terceira idade, deficientes), comunicação social local e ainda outras áreas que juntamente com as referenciadas no fundo representam toda a riqueza da participação social da mulher nos dias de hoje, ultrapassando em muito o tradicional papel que lhe é atribuído na família.

Uma iniciativa que se propõe

Congresso (Extraordinário) do PCP, onde se afirmou a carácter fulcral da necessidade de reforçar a dinamização e movimentação das mulheres. Será pois igual objectivo deste seminário fazer aumentar o próprio conhecimento do Partido sobre esta temática e analisar as medidas tendentes a alargar a participação e aprofundar a consciencialização política das mulheres.

### Ouvir experiências

Mas nesta iniciativa, muito mais do que referenciar os obstáculos que se opõem à afirmação dos direitos das mulheres em termos da dimensão da sua participação política, social e cultural, interessa ouvir experiências sobre a forma como as mulheres venceram os obstáculos que se lhes depararam, seja ao nível do trabalho, da família, da intervenção sindical, etc.

A este propósito a comissão junto do Comité Central do PCP para os Problemas e a Luta das Mulheres afirmava, em comunicado a este propósito emitido no passado mês de Junho e onde se propôs a realização deste seminário, que «as mulheres assumem, de forma interveniente e

sistema económico são hoje indissociáveis do desenvolvimento».

«Participando tanto a nível local comp nacional na vida associativa, sindical, partidária e política, são portadoras de novas formas de intervenção».

### Um levantamento nacional

Sublinhando a importância de «aprofundar o conhecimento sobre a importância da participação das mulheres no desenvolvimento, na vida política e cultural, bem como a análise dos reflexos que daí decorrem para as mulheres em particular e para a comunidade em geral», a Organização das Mulheres Comunistas pretende com esta iniciativa realizar um levantamento sobre a participação das mulheres nas diversas estruturas da

vida local ao nível de distrito, concelho e localidade recenseando o tipo de estruturas existente (de âmbito político, social, económico e cultural) e contabilizando o nível de participação de mulheres bem como o nível de responsabilidades que aí são atribuídas às mulheres.

Por outro lado tenta-se também fazer um levantamento do tipo de obstáculos concretos que as mulheres encontram para a sua participação nessas estruturas, obstáculos que podem ir da sobrecarga familiar até às incompreensões de grupo, incompatibilidade de horários, transportes, etc.

Finalmente tentar-se-á neste seminário saber também qual a imagem que as mulheres, em termos gerais, têm deixado com a sua participação na vida colectiva da comunidade local, nomeadamente se essa participação resulta (ou não) em estímulo e benefício para as outras mulheres e para a comunidade em geral. ■

## No início de uma década

O Seminário *A Mulher na Comunidade Local* é uma organização da responsabilidade da Comissão junto do Comité Central do PCP para os Problemas e a Luta das Mulheres e ocorrerá no próximo dia 13 de Outubro no salão da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, abrindo às dez horas com a passagem de uma gravação em vídeo intitulada *Mulheres: Imagens, Textos e Contextos*, após o que se abrirá o debate onde serão transmitidas as comunicações para o efeito preparadas, numa distribuição por três painéis temáticos: *Caminhos que Abril abriu à intervenção da mulher*; *Obstáculos e limites à participação das mulheres - défice para a democracia e o desenvolvimento*; e, finalmente, *No limiar do século XXI, as mulheres intervêm e exigem*.

Dos documentos enviados aos participantes destacamos um que lança alguns dados e algumas ideias para o debate e onde se afirma o seguinte:

«No início de uma década em que mutações sociais, políticas, económicas e culturais configuram uma realidade de contornos ainda imprecisos, importa desenvolver acções de sensibilização e consciencialização em relação à importância do papel da participação das mulheres na vida da comunidade».

«No contexto nacional é possível detectar traços distintos de uma realidade com contradições visíveis».

«O aumento progressivo da taxa de actividade feminina caracteriza-se pelo binómio *degradação do estatuto socioprofissional das mulheres/ feminização de sectores*, particularmente em novas modalidades, trabalho temporal e ocasional, ao domicílio, constituindo ainda as mulheres a maioria dos desempregados e dos trabalhadores indiferenciados».

«A par de índices mais elevados de analfabetismo entre as mulheres estas são, designadamente a partir da década de 80, maioritárias no acesso, frequência e obtenção de diplomas das universidades portuguesas, pese embora a feminização de algumas áreas da ciência e a sua menor representação em estruturas de gestão académica, orientação de projectos e planos de coordenação científicas».

«A existência de modelos e papéis sociais, expressão de tradições, usos e costumes ainda profundamente enraizados na sociedade portuguesa, é alimentada pela comunicação social, pela publicidade, pelo sistema educativo, nomeadamente os manuais escolares. O papel vulgarmente atribuído à mulher na família é contraditório com o espírito e a letra da Constituição, o que, associado à insuficiência de equipamentos sociais de apoio à família, penaliza profundamente as mulheres e dificulta a sua participação em diversas áreas de actividade».

«Apesar dos diversos obstáculos à sua participação, as mulheres assumem, de forma cada vez mais interveniente e criativa, um papel de relevo na vida da comunidade. Mantendo uma presença fulcral na vida familiar, na transmissão de valores estruturantes da personalidade das novas gerações; constituindo-se veículo de transmissão oral de elementos culturais de raiz local e regional protagonizam de certa forma a defesa da identidade e cultura nacionais. Intervindo aos diversos níveis no sistema económico são já hoje indissociáveis do desenvolvimento; participando, tanto a nível local como nacional, na vida associativa, sindical, partidária e política são portadoras de formas novas de intervenção que importa destacar».

E o documento termina, afirmando que «a investigação mais profunda sobre as potencialidades que encerra a participação das mulheres no desenvolvimento, na vida política e cultural e a análise dos reflexos positivos que daí decorrem para as mulheres, em particular, e a comunidade em geral, é o objectivo desta iniciativa».

«As propostas sob a forma de conclusões, serão compiladas tendo em vista dois aspectos fundamentais e complementares: *estratégias de intervenções sectoriais e medidas concretas a propor às instituições competentes*». ■



Com representação a nível nacional, incluindo Açores e Madeira, o seminário *A Mulher na Comunidade Local* assegurará a cobertura de áreas de participação que vão do Poder Central ao Local, passando pelas associações, colectividades de cultura e desporto bem como outras estruturas de âmbito cultural, organizações de mulheres, sindicatos ou outras estruturas de trabalhadores, associações de pais ou de moradores, órgãos de gestão de escolas, artesãos,

elaborar propostas de estratégias de intervenção sectoriais e medidas concretas que serão apresentadas às instituições competentes, quer a nível local quer a nível regional, no sentido de se encontrarem caminhos que levem a uma maior e efectiva participação da mulher na vida da comunidade onde se encontra inserida.

Este seminário organizado pelas mulheres comunistas ocorre no seguimento das conclusões do XIII

criativa um papel de relevo na vida da comunidade», caracterizando-se esta situação com quatro pontos genéricos:

«Mantendo as mulheres uma presença fulcral na vida familiar; transmitem valores estruturantes da personalidade das novas gerações».

«Constituindo-se como veículo de transmissão oral de elementos culturais de raiz local e regional protagonizam, de certa forma, a defesa da identidade e cultura nacionais».

«Intervindo aos diversos níveis no

■ Miguel Urbano Rodrigues

# Jacobo Arenas um comunista exemplar

**D**izem-me de Bogotá que não há memória na Colômbia de funeral comparável ao que teve Jacobo Arenas. Ele percorreu a vida envolvido numa auréola de excepcionalidade. A morte também foi marcada pelo insólito, quase pelo absurdo. Um enfarte fulminou-o quando discursava numa reunião política, rodeado de camaradas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-FARC, a organização militar do Partido Comunista daquele país. Arenas falava no acampamento de Casa Verde, em El Uribe, uma zona dos Andes centrais colombianos praticamente inexpugnável na qual o Exército nunca conseguiu entrar.

Milhões de colombianos puderam ver imagens do funeral. A cerimónia foi filmada pelas FARC e o vídeo distribuído a várias cadeias de televisão que o transmitiram.

Tão incomum como as circunstâncias da morte foi o facto de terem desfilado diante da urna representantes das 77 Frentes em que a FARC está presente na sua luta de autodefesa para protecção das populações contra as violências do Poder Central.

Um comentarista da televisão afirmou que «os caminhos da Colômbia são caminhos da guerrilha» para caracterizar a facilidade com que as delegações das FARC, vindas de todo o país, se tinham mobilizado, cruzando vastos territórios com as suas armas,

de modo a comparecerem no encontro de adeus, em Casa Verde. Nem uma só foi interceptada pelo Exército ou pela Polícia.

Não é fácil na Europa compreender as FARC nem o desfile de centenas de combatentes perante a urna num cenário de tragédia grega.

E, contudo, as FARC existem como parte da revolução latino-americana, entendida esta na longa duração do tempo. São a mais antiga guerrilha em actividade da América Latina e a única que resistiu a quase trinta anos de ofensivas contra ela desencadeadas. A Organização não pretende tomar o Poder pelas armas, apenas minar-lhe as bases de sustentação, defender as populações e impedir o Exército de se fixar nas zonas por ela controladas.

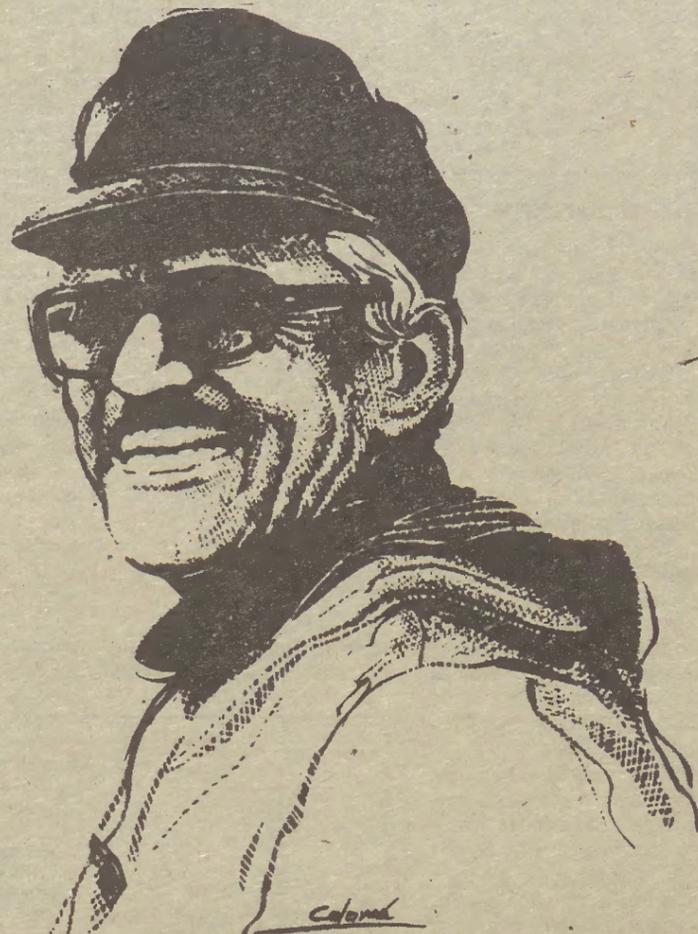
O governo admite que as FARC contam com 10 000 combatentes armados, além de dezenas de milhares de camponeses que os apoiam. Foram criadas no início dos anos 60 sob a direcção de duas personalidades que se tornaram parte da História da América Latina: Manuel Marulanda Velez, «El Tiro Fijo», e Jacobo Arenas.

O primeiro é uma figura lendária, hoje mundialmente conhecida. Os camponeses consideram-no invulnerável porque o Governo anunciou muitas vezes a sua captura ou morte, mas, transcorridos dias ou semanas, Marulanda reaparecia tranquilamente.

Arenas, desaparecido aos 66 anos, somente aprendeu a ler já adulto quando soldado da Guardia Presidencial do Presidente Eduardo Santos, o fundador do diário «El Tiempo», uma instituição da imprensa conservadora do Continente. Desmobilizado, tornou-se dirigente sindical e ingressou depois no Partido Comunista. Fascinado pelo marxismo, o ex-soldado autodidacta ganhou rapidamente uma vasta cultura. Sociólogo empírico, Arenas — 26 anos na guerrilha — adquiriu a nível nacional e hemisférico tal prestígio como ideólogo que o seu nome passou a ser respeitado pelos próprios inimigos, incluindo a *intelligentsia* conservadora e o alto comando do Exército.

Influente jornais dos EUA, impressionados pela personalidade deste comandante guerrilheiro que inspirava admiração como teórico marxista dedicaram extensas reportagens à sua vida de combatente.

Segundo a Agência «Atasei» (o Governo de Bogotá nunca desmentiu a afirmação) Jacobo Arenas dispunha na sua cabana das montanhas de um telefone especial que o mantinha em contacto com o Palácio Presidencial. Através desse aparelho



Luis Morantes, que desde 1964 passou a usar o nome de Jacobo Arenas

manteve prolongadas conversas com sucessivos presidentes e deu muitas entrevistas à imprensa internacional.

Homem de cultura e estratega de talento, com uma confiança inabalável na vitória final do socialismo sobre o capitalismo — Arenas, cujo verdadeiro nome era Luis Alberto Morantes, emergiu com o rodar dos anos como o ideólogo mais destacado do Partido Comunista Colombiano.

Sendo um comandante guerrilheiro quase sempre vitorioso, não dei-

xou de lutar com tenacidade por uma paz autêntica. Em 1984, as FARC firmaram o primeiro acordo de paz com o governo de Belisário Betancur, o chamado Pacto de El Uribe. Esse acordo, infelizmente, teve curta vida porque o governo violou os compromissos assumidos. Posteriormente, ao longo de todo o mandato de Virgílio Barco, as FARC desenvolveram um grande esforço para que se chegasse a um cessar-fogo assente em sólidas garantias de democratização do país. A tentativa não resultou e a direcção de organização criticou com dureza o Pacto assinado pelo M-19 com o Governo.

Dias antes de morrer, Jacobo Arenas enviou uma mensagem ao presidente Cesar Gaviria, exortando-o a cumprir a sua promessa de convocar uma Assembleia Constituinte. O apelo foi atendido, mas Arenas já não vivia...

\*\*

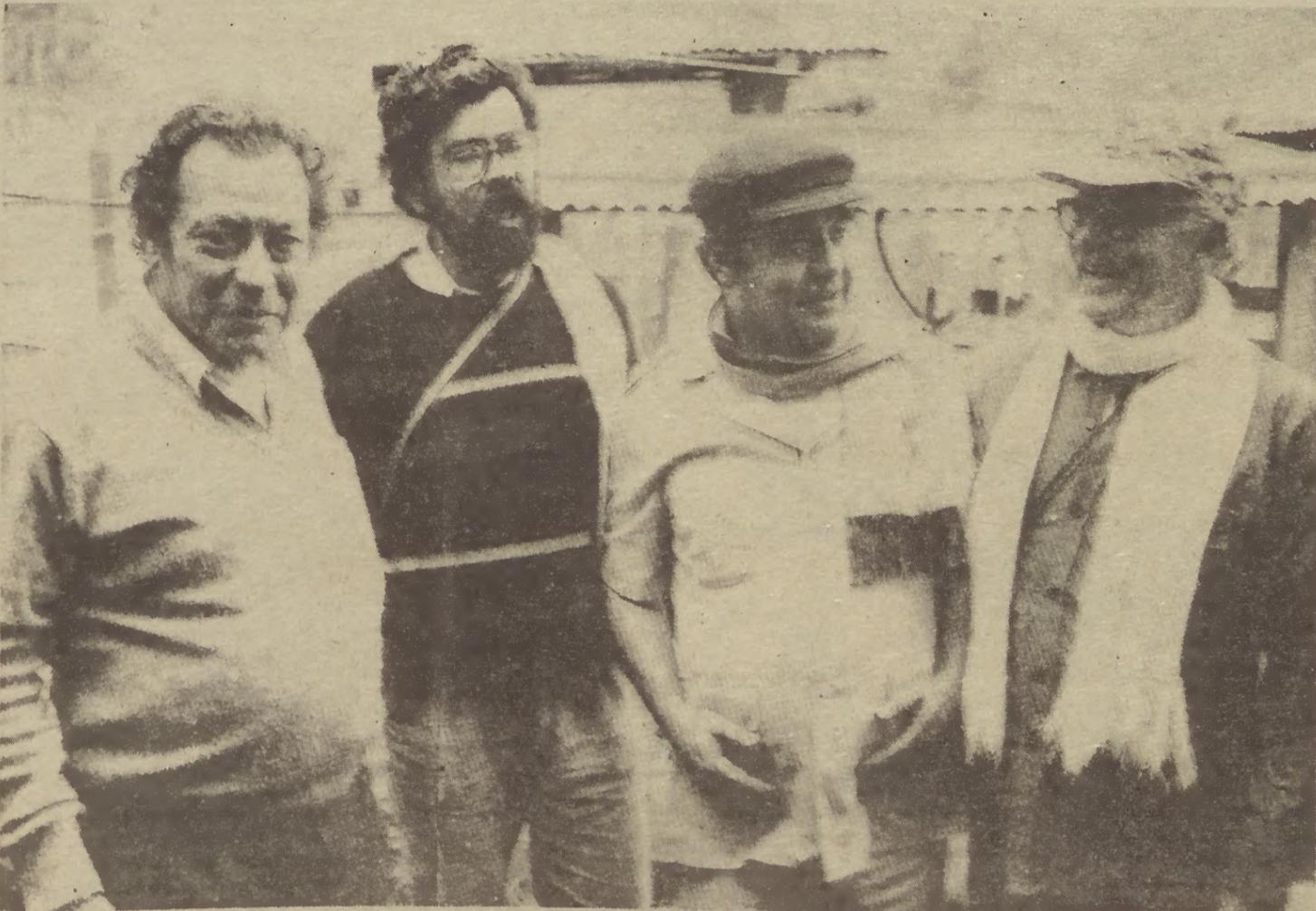
É reconfortante verificar grandes jornais dos EUA, nos textos dedicados à memória do dirigente comunista caído no seu posto de comando, salientarem que ele foi sempre um revolucionário consequente que não perdera a confiança nas ideias socialistas pelas quais se bateu desde a juventude.

Ao ler as notícias que me chegam de Bogotá sobre a atmosfera que envolveu o funeral em El Uribe, sinto não ter estado ali, presente nesse adeus dos seus companheiros e da América Latina revolucionária. A Colômbia não deve ser olhada apenas como o país dos barões da droga.

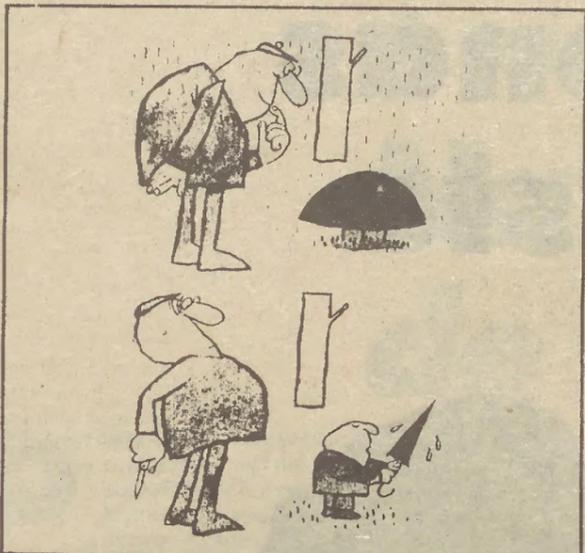
Nestes tempos difíceis em que a agressividade e a arrogância do imperialismo norte-americano tornam ainda mais necessária a firmeza revolucionária e a coerência ideológica, o exemplo de comunistas como Jacobo Arenas — sempre abertos à inovação num mundo em acelerada mudança mas inabaláveis na sua fidelidade à ideia da transformação revolucionária da vida — vale como estímulo para a acção e a luta ideológica. ■



Em Agosto de 1964, após o ataque do exército a Marquetalia



No acampamento de Casa Verde, com o candidato presidencial da UP, Jaime Pardo Leal, e os dirigentes da guerrilha Manuel Marulanda Vélez e Alfonso Cano



### «Entourage»

O «Diabo» nem sempre inventa aquilo que publica sob a eufemística designação de jornalismo semanal, às vezes também transcreve afirmações concretas. Foi o que aconteceu com uma pergunta feita ao deputado do PSD, Ângelo Correia, colocando a seguinte questão: «As alegadas irregularidades financeiras praticadas por altos responsáveis sociais-democratas de Aveiro (distrital liderada pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, dr. Oliveira e Costa), enquadram-se numa campanha destinada a denegrir o PSD?».

Dando de barato a qualidade jornalística da pergunta (que não se limita a sê-lo, pois transporta uma reposta tendenciosa com a «hipótese» de «uma campanha destinada a denegrir o PSD») é hilariante apreciar a sequência. «Embora amavelmente (explica o «Diabo», muito compreensivo), Ângelo Correia não se quis pronunciar. Como alternativa, só nos resta ouvir uma fonte ligada à sua «entourage» (!), que nos disse o seguinte (segue-se o que diz a «entourage»): «A natureza humana e genética existente em Aveiro é profundamente marcada por dois aspectos: na fronteira com o interior, na zona serrana de Castelo de Paiva, Sever do Vouga e Arouca dominam os beirões; no litoral existem autênticas colónias de

características fenícias. Tudo isto acontece num distrito em rápido crescimento, mais do que o próprio País. Mas também cresceu demais noutras coisas, aliás lamentáveis...».

Ná... Uma incandescência destas não se afigura coisa da «entourage» de Ângelo Correia. Parece muito mais obra de Ângelo Correia da «entourage».

### Cogito

«Penso que em 1995 teremos ponte», afirmava um dia destes ao «Público» o

## Pontos Cardeais

ministro Ferreira do Amaral, referindo-se à falada nova ponte sobre o Tejo. Deve ser uma convicção cartesiana: se o homem pensa na ponte, a ponte existe. Terá portagem? Deverá, pelo menos, ser grátis para os filósofos.

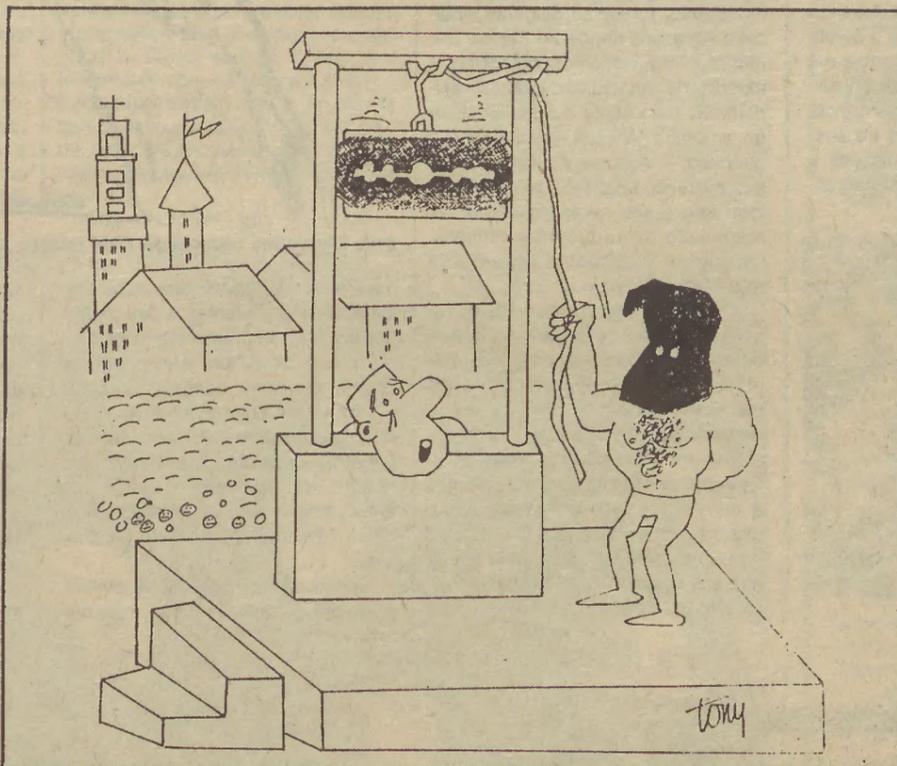
### Esconder

O padre Edgar Silva foi absolvido pelo tribunal do Funchal após ter sido detido pela PSP por criticar a expulsão de uma esplanada, a pedido do dono, de um grupo de crianças que costumam mendigar pela cidade e ali se encontravam acompanhadas pelo padre. À saída do tribunal este comentou: «Trata-se de um problema social que existe na cidade do Funchal e que é exactamente o outro lado do marketing turístico, ou seja, em nome de interesses económicos, tenta-se esconder a realidade que é a mendicância e a pobreza que existem na Madeira.»

Pois é... esconde-se debaixo do tapete, como o lixo dos porcalhões.

### Papel higiénico

Jim Carlberg é um fabricante norte-americano de papel higiénico que está a fazer uma fortuna com a ideia que teve de produzir papel higiénico com a fotografia do líder iraquiano, Saddam Hussein, impressa nos dois lados. «Temos encomendas das bases militares, de clubes de oficiais, etc. No sábado recebi um telefonema à meia-noite de um indivíduo do Havai que encomendou 200 rolos», exultava o homem, que entretanto advertia: «estou a abastecer um mercado e não a tomar uma posição política.» E é verdade. É que as posições políticas dos norte-americanos resumem-se à obsessão em obter lucros, seja a desencadear guerras ou limpar-se delas ao nível do papel higiénico.



# Gazetilha

por *Ignotus Sum*

### Férias

Estavam-se a bronzear à beira-mar e o Médio Oriente golfava sarilhos...

Mas nada de empecilhos! O sol é para se gozar, a mulher, os filhos, o póquer, o golfe, o bilhar...

Seja ministro ou subsecretário o que é que tem de extraordinário?

Que ricas férias!

O mais são férias.

### Epigrama

Ouvi o Telejornal dizer-nos, com voz serena, que temos em Portugal dois milhões de porcos. Ena!

Pois é vara de alta monta mesmo fora do comum. Mas como ele entra na conta já são dois milhões e um...

### Não sou só eu...

Os empresários são adversários da política de Cavaco. Oh lá lá! Ferraz da Costa não gosta e diz que assim não dá!

Como se percebeu a coisa está mesmo brava. Eu cheguei a pensar que era só eu que não gostava...

### Investir lá fora...

Ficaram-me algumas pesetas de uma ida a Badajoz para comprar caramelos.

Que farei com estas pesetas? perguntei. Onde as vou investir?

E a verdade é que passei algumas noites sem dormir...

Vai, disse-me um amigo: — Investe aqui, em Espanha. É evidente, pá. Os espanhóis também investem lá...

Foi o que eu fiz e outros fizeram. Agora é que os espanhóis vão ver com quem se meteram!

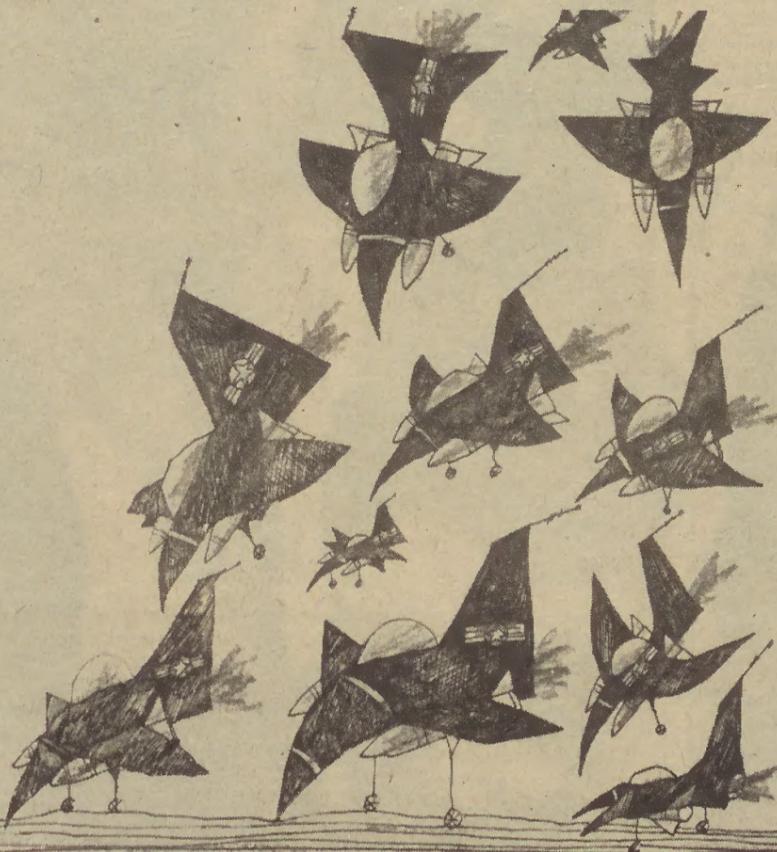
### A raiz

Passei há dias num prédio em construção. As pedras, as areias, o cimento. O suor. Gretas na mão. O sol violento. Agosto perturbado, desumano.

Reparei no sotaque alentejano dos operários. Tive ali comigo o horizonte esfacelado e o trigo o sobreiro ferido à machadada saudade do coentro e a noite, o pão imenso e o voo do olhar sobre a planície do silêncio.

Diz-me um deles: «Havemos de voltar...»

Claro. Ninguém tira à raiz o seu lugar.



# Agenda

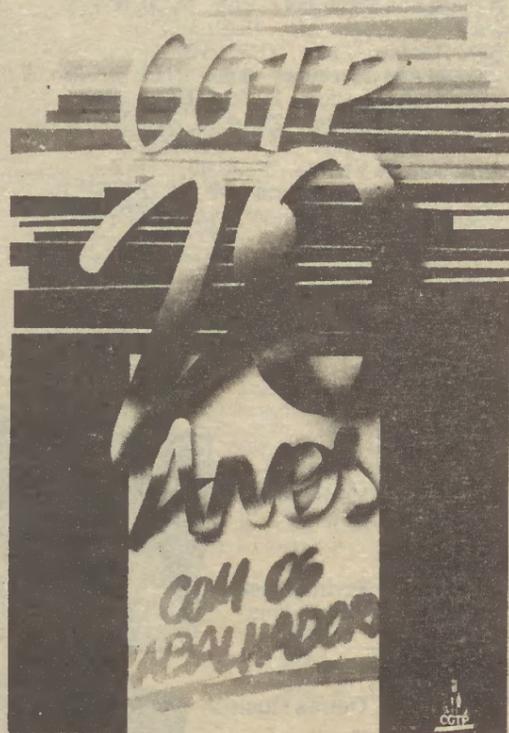
Avante!

Ano 60 — Série VII  
N.º 875

27 de Setembro de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



## COMÍCIO ESPECTÁCULO

1.º Out.º  
21h 30  
Pavilhão Carlos Lopes



VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA CGTP



TEMPO DAS SINDICATOS DO CONCELHO DE ALMADA

**DIA 28 DE OUTUBRO  
CORTA MATO  
(6300) METROS**

**PARQUE DA PAZ**  
União dos Sindicatos do Concelho de Almada  
Rua de Moçambique, 6-A - 2800 Almada  
Tel. 2751103 - 2766677



### Carlos Carvalhas no Porto

No Hotel Nave, no Porto, realiza-se amanhã, dia 28, a partir das 15h um encontro-debate com **Carlos Carvalhas**, que fará uma comunicação sobre «A Situação, Propostas e Medidas para a Indústria de Calçado na Comunidade Europeia» contidas no Parecer de que foi autor e relator e que foi aprovado no passado dia 21 pela Comissão de Economia do Parlamento Europeu, assim como sobre os seus reflexos para a Indústria do Calçado em Portugal.

Para este encontro, promovido pelo Grupo Coligação de Esquerda do PE, que integra os deputados comunistas portugueses, foram convidados entidades, organizações e agentes económicos e sociais interessados nesta temática.

### Assembleia da Organização de Esposende

Está marcada para sábado próximo a Assembleia da Organização Concelhia de Esposende, convocada para discutir os problemas de direcção e organização face às conclusões do XIII Congresso e às tarefas partidárias em curso e que se avizinhm - nomeadamente a Campanha dos 150 Mil Contos, as eleições presidenciais e as legislativas de 1991. Será eleita a nova Comissão Concelhia.

A Assembleia realiza-se na cantina da Escola Primária e tem início às 21h30.

### Plenário de quadros em Lisboa

Inserido na preparação da 2ª Assembleia da ORL, prevista para Dezembro, realiza-se no sábado a partir das 10h, no Centro de Trabalho de Alcântara, um plenário de quadros sobre o trabalho nas células de empresa.

### Campanha dos 150 Mil: excursão a Braga

Do Centro de Trabalho do Algueirão parte no sábado às 6h30 uma excursão rumo a Braga, organizada para proporcionar, além de fundos para a Campanha, dois dias de convívio e o prazer de visitar no domingo terras do Minho, sempre deslumbrante no início do Outono.

As inscrições podem ainda ser feitas nos Centros de Trabalho de Algueirão (tel. 9214498) e Cacém (9143336).

### Homenagem a Caravela e Casquinha

#### COMÍCIO em Santiago do Escoural

SÁBADO — 29 . SETEMBRO . 90

ÀS 16 HORAS

NA PRAÇA DA REPÚBLICA  
SEGUIDO DE ROMAGEM AO CEMITÉRIO

Com a presença do camarada:

**OCTÁVIO PATO**

membro do Secretariado do Comité Central do PCP



**Desmontar a XIV  
é começar  
a construção da XV!**

### Porto

#### 5.º ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE TRABALHO DE BARÃO DE S. COSME

Sábado • 29 de Setembro de 1990

18.30 Hs. — Descerramento da placa que atribui o nome de Guilherme da Costa Carvalho ao Centro de Trabalho.

19.30 Hs. — Jantar volante na esplanada.

21.00 Hs. — Intervenção Política por EMÍDIO RIBEIRO, da Comissão Executiva Nacional do Comité Central.

21.30 Hs. — Noite de Fado com Lurdes Rodrigues.  
— Ceia  
— Tombola

Hoje às 21h.

### DEBATE

“O PCP E A SITUAÇÃO  
NA REGIÃO DO GOLFO”

FORUM PICOAS

Com a participação de:

- A. Villaverde Cabral
- Carlos Grilo
- José Goulão

# TV O Programa



## Quinta 27

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - A Gata Comeu (telenovela, 101º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gente Fina é Outra Coisa (9º epis.)



- 14.20 - Primeira Matinée - «Escrito no Vento», real. Douglas Sirk, interpr. Lauren Bacall, Dorothy Malone, Rock Hudson, Robert Stack (EUA/1956, 99 min)
- 16.00 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Cidades com Metro (2º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.10 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte (concurso, 9ª sessão)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Roda de Fogo (69º epis.)
- 21.15 - Euronico
- 22.05 - Cellini, Uma Vida Violenta (2º epis.)
- 23.40 - 24 Horas
- 00.15 - Remate

### RTP2

- 12.00 - A Força Astral (2º epis.)
- 12.25 - Filhos e Filhas (564º epis.)
- 12.50 - A Idade da Razão
- 13.05 - Jerry Lewis (2º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Aventura (2º epis.)
- 16.20 - Liceu Degrazi (22º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.35 - O Menino Doutor (14º epis.)
- 18.55 - Ti-ti-ti (29º epis.)
- 19.25 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 19.55 - Magazine Regional
- 20.50 - Dick Tracy (9º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - O Fosso e o Pêndulo (série, 1º epis.)
- 22.00 - Acerto de Contas
- 22.30 - Cineclube - «Laurel e Hardy a Ferros», real. James Parrott (EUA/1931, 53 min.)

## Sexta 28

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gente Fina é Outra Coisa

- 14.20 - Primeira Matinée - «Júlia», real. Fred Zinnemann, interpr. Jane Fonda, Vanessa Redgrave, Jason Robards (EUA/1977, 117 min.)
- 16.15 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Os Grandes Senhores (2º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.10 - Rua Sésamo
- 18.50 - A Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Roda de Fogo
- 21.15 - Sessão da Noite - «Vidas em Jogo», real. Taylor Hackford (EUA/1984, 130 min.)
- 23.30 - Chefe, Mas Pouco (33º epis.)
- 23.55 - 24 Horas
- 00.30 - Remate



- 00.50 - Pela Noite Dentro - «Sexta-Feira, 13» (2º epis.)

### RTP2

- 12.00 - O Fantasma de Faffner Hall (7º epis.)
- 12.25 - Filhos e Filhas
- 12.50 - Livros Jovens
- 13.05 - Armação Ilimitada (2º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - A Grande Fenda (2º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.35 - Charlot («Charlot Papa» e «Charlot Ferro-Velho»)
- 18.55 - Ti-ti-ti
- 19.25 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 19.55 - Nunca Mais é Sábado
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - A Tenda dos Milagres (2º epis.)
- 22.10 - Rotações
- 23.10 - Pop-Off
- 23.30 - Um Espião Perfeito (2º epis.)

## Sábado 29

### RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Brinca Brincando
- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.45 - Os Melhores Anos (2º epis.)
- 14.10 - Phil Collins ao vivo em Berlim (2ª parte)
- 15.30 - Primeira Matinée - «Os 39 Degraus», real. Ralph Thomas (GBR/1959, 100 min)
- 17.15 - Variações: A Arte do Espectáculo
- 17.50 - Regresso às Origens (2º epis.)
- 18.50 - Hooperman (2º epis.)
- 19.20 - TVer
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado

- 21.30 - Um Amor Feliz (adaptação do romance de David Mourão Ferreira, real. de Artur Ramos - 2º epis.)
- 22.40 - Casa Cheia (1º progr.)
- 23.40 - Regresso a Banguete (2º epis.)



- 00.30 - Última Sessão - «Sem Perdão», real. Richard Pearce, interpr. Richard Gere, Kim Basinger (EUA/1986, 108 min.)

### RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 09.50 - Circo
- 10.50 - National Geographic (8º epis.)
- 11.45 - Forum Musical
- 13.00 - Agarra o 2
- 14.00 - Cine-Sábado - «A Pista dos Gigantes», real. Raoul Walsh (EUA/1930, 120 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal de Fim de Semana
- 19.45 - Stringer, o Correspondente (2º epis.)
- 20.35 - Tauromaquia
- 21.00 - Estádio
- 23.30 - Michael Jonasz, Mister Swing
- 00.45 - O Decálogo (2º epis.)

## Domingo 30

### RTP1

- 09.00 - Brinca Brincando
- 11.30 - Missa
- 12.30 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Os Gophers (2º epis.)
- 13.40 - Cousteau - A Redescoberta do Planeta (2º epis.)
- 14.25 - Bairros Populares de Lisboa
- 14.35 - Mapa Cor de Rock
- 15.50 - Primeira Matinée - «Um Dia nas Corridas», real. Sam Wood, interpr. Irmãos Marx (EUA/1937, 104 min.)
- 17.50 - Regresso ao Passado (2º progr.)
- 19.00 - McGyver (53º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.45 - Boletim Meteorológico
- 21.00 - Kanaga do Japão (2º epis.)
- 22.40 - Domingo Desportivo
- 00.10 - Controvérsias

### RTP2

- 09.00 - Outras Músicas
- 11.00 - Caminhos
- 11.30 - Agarra o 2
- 12.30 - Competir
- 12.50 - Troféu
- 18.30 - Vida Nova (2º epis.)
- 19.30 - Jornal de Fim de Semana

- 20.00 - Os Kennedy de Massachusetts (série, 1º epis.)
- 21.00 - Palavra Puxa Palavra (concurso - 1ª sessão)
- 22.00 - Artes e Letras - «Thomas Bernhard»
- 22.50 - Cineclube - «Lola Montes», real. Max Ophuls (França-RFA/1955, 106 min)

## Segunda 1

### RTP1

- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gente Fina é Outra Coisa



- 14.20 - Primeira Matinée - «O Último Magnate», real. Elia Kazan, interpr. Robert De Niro, Robert Mitchum, Jeanne Moreau (EUA/198 min)
- 16.00 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Maravilhas do Mundo Selvagem (2º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.10 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Roda de Fogo
- 21.05 - Desenhos Animados
- 21.15 - Alf
- 21.45 - Sérgio Godinho, escritor de canções



- 22.35 - Amor em Terra Estranha (3º epis.)
- 23.35 - 24 Horas
- 00.05 - Boletim Meteorológico Internacional
- 00.10 - Remate

### RTP2

- 12.00 - Johnny Quest (3º epis.)
- 12.25 - Filhos e Filhas
- 12.50 - Livros Jovens
- 13.05 - Arsénio Hall (3º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 16.00 - No Rasto dos Animais Selvagens (4º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.35 - Fora de Horas
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.35 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal da Nove
- 21.30 - Hora da Verdade
- 22.30 - Ópera - «O Amor das Três Laranjas» (Prokofiev)

## Terça 2

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gente Fina é Outra Coisa
- 14.30 - Primeira Matinée - «Mús Companhias», real. Robert Benton (EUA/1972, 92 min)

## Filmes

- «Escrito no Vento» - 5ª, 14.20, RTP-1
- «Laurel e Hardy a Ferros» - 5ª, 22.30, RTP-2
- «Júlia» - 6ª, 14.20, RTP-1
- «Vidas em Jogo» - 6ª, 21.15, RTP-1
- «A Pista dos Gigantes» - sáb., 14.00, RTP-2
- «Os 39 Degraus» - sáb., 15.30, RTP-1
- «Sem Perdão» - sáb., 00.30, RTP-1
- «Um Dia nas Corridas» - dom., 15.50, RTP-1
- «Loja Montes» - dom., 22.50, RTP-2
- «O Último Magnate» - 2ª, 14.20, RTP-1
- «Mús Companhias» - 3ª, 14.20, RTP-1
- «Aventura de Verão» - 3ª, 22.00, RTP-2
- «Os Pequenos Fugitivos» - 4ª, 14.15, RTP-1
- «O Último Imperador» - 4ª, 21.35, RTP-1

## Ópera

- «O Amor das Três Laranjas» - 2ª, 22.30, RTP-2

## Música

- Sexta  
19.45, RTP-2: Via Rápida  
23.10, RTP-2: Pop-Off

- Sábado  
11.55, RTP-2: Forum Musical  
14.10, RTP-1: Phil Collins

- Domingo  
09.00, RTP-2: Outras Músicas

- Segunda  
19.50, RTP-2: Via Rápida  
21.50, RTP-1: Sérgio Godinho

## Terça

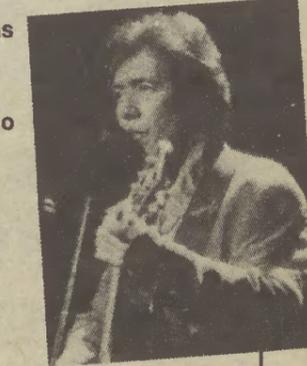
- 19.50, RTP-2: Via Rápida

## Quarta

- 19.50, RTP-2: Via Rápida

## Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (00.15), 6ª (00.30), 2ª (00.10), 3ª (00.25), 4ª (00.05)  
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.40  
Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00  
Troféu - RTP-2, dom., 12.50, e 17.00



- 16.00 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Mundo (3º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.10 - Rua Sésamo
- 18.50 - A Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Roda de Fogo
- 21.05 - Desenhos Animados
- 21.20 - Modelo e Detective (3º epis.)
- 22.20 - Primeira Página
- 23.20 - Allô, Allô (2º epis.)
- 23.50 - 24 Horas
- 00.20 - Boletim Meteorológico Internacional
- 00.25 - Remate

### RTP2

- 12.00 - Os Novos Caça-Fantasmas
- 12.25 - Filhos e Filhas
- 12.50 - A Idade da Razão
- 13.05 - A História do Rock And Roll (3º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha
- 16.00 - Viajando pelo Mundo (3º epis.)
- 16.25 - Os Henderson (5º epis.)
- 16.50 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.40 - A Irmã Kate (13º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 19.55 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemazine
- 22.00 - Cinemadols - «Aventura de Verão», real. Jacques Bozier (França/1962)
- 23.30 - Universidade Aberta

## Quarta 3

### RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - A Gata Comeu

- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gente Fina é Outra Coisa
- 14.25 - Primeira Matinée - «Os Pequenos Fugitivos», real. Fielder Cook (EUA/1973, 105 min)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Corpo Humano (3º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.10 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Roda de Fogo
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Vamos Jogar no Totobola



- 21.35 - Lotação Esgotada - «O Último Imperador», real. Bernardo Bertolucci (Itália-China/1987, 163 min.)
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

### RTP2

- 12.00 - Os Centuriões (25º epis.)
- 12.25 - Filhos e Filhas
- 12.50 - Livros Jovens
- 13.05 - Um Lar para os Animais (25º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha
- 15.55 - Madeira - Nós Por Cá
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.50 - Eterno Feminino
- 18.35 - As Três Damas do Quiosque (7º epis.)
- 19.05 - Ti-Ti-Ti
- 19.35 - Circo
- 19.50 - Via Rápida
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções (35º epis.)
- 22.00 - Xingu (3º epis.)

# Teatro O Cartaz

**LISBOA**

**Casa da Comédia,** R. S. Francisco Borja, 25. Sáb. e dom. às 15.30 e às 17. **A Menina do Mar,** de Sophia de Mello Bragança, encen. Filipe Crawford

**Clube Estefânia,** Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O Fado, a Navalha e a História da Rosa Enfeitada,** de D. João da Câmara, encen. Fernando Gomes, pelo Grupo Persona.

**Ritz Clube,** Rua da Glória, 57. De 3ª a dom. às 21.30, 6ª e sáb. às 22. **O Balle,** encen. Helder Costa.

**Teatro Maria Vitória,** Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória!** Vitória!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

**Teatro Nacional D. Maria II,** Rossio. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16. **Minetti, Retrato do Artista Quando Velho,** de Thomas Bernhard, encen. Ricardo Pais.

**TIL,** Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário,** de Fernando Gomes, pelo Teatro Infantil de Lisboa.

**CASCAIS**

**Teatro Mirita Casimiro,** Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. às 16. **Rei Lear,** de Shakespeare, enc. Carlos Avilez, pelo TEC

**LOURES**

**Teatro da Malaposta** (estreia prevista 26/9): **A Ilha do Rei Sono,** de Norberto de Avila, encen. Júlio Castro-Novo (até 30/9)

**PORTO**

**Audatório Carlos Alberto,** Rua das Oliveiras. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Combate de Negro e de Cães,** de Bernard-Marie Kollès, encen. Rogério de Carvalho, produção conjunta TEAR-Os Comediantes.

**Cooperativa do Povo Portuense,** Rua de Camões. De 3ª a dom. às 21.45, dom. também às 16. **Play Strindberg,** de Friedrich Durren-matt, encen. Júlio Castro-Novo (até 30/9)

# Cinema

A seleção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Caça ao Outubro Vermelho	—	★★	—	★★
<b>B</b>	Dick Tracy	—	—	—	★★
<b>C</b>	Gremlins 2	—	★★	—	—
<b>D</b>	Jules e Jim	—	★★★★	★★★★	★★★★
<b>E</b>	48 Horas - Parte II	—	★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. John McTiernan — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 21.30, 24.00); Berna (15.15, 18.00, 21.30); Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15); Império (15.30, 18.30, 21.30); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30); Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Warren Beatty — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/4 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00); Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Citycine, Condes, Fonte Nova/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30); King Triplex/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Las Vegas/1 (14.00, 16.15, 18.45, 21.30); Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); Plaza (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45); Quarteto/3 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. Joe Dante — Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45); King Triplex/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Quarteto/3 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00); Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.30, 21.45) — Lisboa.
- D — Real. François Truffaut — Forum Picoas/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- E — Real. Walter Hill — Alfa/3 (14.00, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/3 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 00.15); Fonte Nova/3 (14.00, 16.45, 19.00, 21.30); Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45); Mundial/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45); Politeama (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.15) — Lisboa.

**LISBOA**  
**Anibal Sequeira** - «A Substância e a Forma», retrospectiva de fotografia. Mãe de Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10. De 3ª a 6ª das 14 às 19, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 15 às 20 (até 31/10)  
**Artistas Famosos** - colectiva de serigrafia. Escorial, Rua Portas de Santo Antão, 47 (até 20/9)  
**Azulejos do Metro** - mostra dos azulejos de autor que decoram as estações do Metro de Lisboa: trabalhos de Maria Keil, Cargaieiro, Júlio Pomar, Sá Nogueira, Rogério Ribeiro, Eduardo Nery, Vieira da Silva. Museu do Azulejo, Rua Madre de Deus, 4. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até 14/10)  
**Carlos Calvet** - pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C (até 13/10)  
**Cenas da Vida Rural Brasileira** - colectiva de 8 pintores brasileiros. Galeria AB, Av. da Liberdade e R. do Salitre (até 26/10)  
**No Centenário da Morte de D. Luís** - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até fim de Setembro)  
**Colectiva** (pintura de Graça Morais, Menes, António Dacosta, entre outros). Galeria 111, Campo Grande, 113 (até fim de Setembro)  
**Colectiva** (Augusto Barros, Gracinda Candeias, Jean Miotte, Roland Bouvier, Tomás Mateus). Galeria Triângulo, Av. Vasco da Gama, 48-A. Das 14 às 20 (até 3/10)  
**Conceição Pedro** - Pintura. Galeria de Arte Moderna da SNBA, Rua Barata Salgueiro. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 14/10)  
**Danatième Damanne** - pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande (até 13/10)  
**D'Assis Cordeiro** - pintura. Galeria Soc-

tip, R. D. Estefânia, 195-D (até 16/10)  
**Desenhara Revista** - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.  
**Evocação de Ivone Silva**. Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10.  
**Gil Montalverne** - «Impressões de Berlim». Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo.  
**Gravuras Modernas do Japão** - 81 obras de 30 gravadores. Fundação Gulbenkian, Av. Berna (até 30/9)  
**John Coplans** - «Hands», fotografia. Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B.  
**Maria Filomena Matias Correia** - Pintura; **Teresa Moura** - Recorte e colagem. Galeria João Hogan, R. da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 18.30 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 5/10).  
**Manuel Barroco** - Escultura. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 14 às 19, sáb. das 9 às 13.  
**Manuela Pinheiro** - Pintura e desenho. Galeria de S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 15/10)  
**«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa»** (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.  
**Paulo Cardoso** - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.  
**Pedro Proença** - Desenho. Galeria Graça Fonseca, R. da Emeda, 26, c/v. De 3ª a sáb. das 15 às 20.  
**Pepe Dinis** - «Fotógrafos», fotografia. Galeria Pedro e o Lobo, R. do Salitre, 169 (até 13/10)  
**Piero Guccione** - obras gráficas. Palácio Foz (até 30/9)  
**Ralph Gibson** - fotografia. Galeria Valentim de Carvalho, Palácio Alcáçovas, R.

da Cruz dos Poiais, 111.  
**Ribeiro Farinha** - Pintura. Galeria do Clube do Coleccionador, Forum Picoas (até 5/10)  
**Um Século de Electricidade**. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18, até ao fim do ano).  
**Tapeçaria do Séc. XVI** - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.  
**Van Gogh: no centenário da sua morte** - bibliográfica. Biblioteca Geral da Fundação Gulbenkian, Av. de Berna  
**Vitor Vieira** - «Luzes no Tejo», pintura. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, Rua das Chagas, 17, 2º Dº. (até 29/9)

**PORTO**  
**Arte Efémera na Paisagem** - exposição de espantalhos. Parque de Serralves (até 29/9)  
**Fotoporto - Blnal de Fotografia** (obras de Mimmo Jodice, Christer Stromholm, John Philipps, Sena da Silva; «The Birmingham News Centennial Photographic Collection»). Fundação de Serralves - vários locais (até 28/10)  
**Pedro Olayo** - pintura. Inter-Atrium, Av. da Boavista, 1471 (até 30/9)

**OUTRAS LOCALIDADES**  
**José de Guimarães** - pintura e escultura. Até 2/10, Centro Cultural S. Lourenço, ALMANCEL  
**Cândida Conde Miranda** - gravura. Galeria da Casa Museu dos Patudos (até 14/10) ALPIARÇA  
**II Blnal de Gravura da Amadora** - obras de 89 artistas portugueses e 30 brasileiros; homenagem aos pioneiros da gravura em Portugal. Das 15 às 23 (até 14/10) Galeria Municipal e Recreios Desportivos, AMADORA  
**Música Popular Regional Portuguesa** - Instrumentos e documentos. De 1 a 12 de Outu-

bro, Galeria de Exposições da Biblioteca Municipal, BARREIRO  
**Américo Silva** - gravura, fotografia. Museu José Malhoa (até 7/10) CALDAS DA RAINHA  
**25 de Abril: Memória e Projecto de Um Tempo Recente** (exposição integrada nas comemorações dos 700 anos da Universidade de Coimbra). Até 30/11, Pátio da Inquisição, COIMBRA  
**Roberto Burle Marx** - Arquitectura paisagística. Galeria de Cosntância, R. Luís de Camões (de 29/9 a 27/10) CONSTÂNCIA  
**Maria Keil** - retrospectiva de azulejos. Até 14/10, Moínho da Maré, CORROIOS  
**Exposição Colectiva de Pintura Naturalista**. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

**Isabel Sabino** - Objectos, Desenhos. Até 17/10, Galeria Arcada, Arcadas do Parque, ESTORIL  
**Jorge Martins** - pintura. Galeria Municipal de Arte, Rua do Trem. Das 9 às 19 (até 30/9), FARO  
**Jorge Ribeiro** - fotografia. Centro Cultural Emmerico Nunes (até 27/9) SINES  
**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ  
**A Presença da Marinha em Vila Franca de Xira** - da Flotilha do Grupo nº 1 de Escolas da Armada (1925-1990). Celeiro da Patriarcal (até 30/9) VILA FRANCA DE XIRA

## Tempo

Fim de Semana



Céu geralmente muito nublado, vento fraco a moderado de Sul, aguaceiros e possibilidade de trovoadas — sexta e sábado, no interior Norte e Centro; domingo, no interior Norte.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

## ...e ainda

Música, debates, etc.

**Dia Mundial da Música**  
 Na Fundação Gulbenkian estão anunciados os seguintes concertos gratuitos:  
 - às 18 horas no Auditório Dois, com um programa preenchido com a intervenção de dois pianistas (Sofia Lourenço e Fernando Fontes) e de um violoncelista (Luís Sá Pessoa) em obras de Dvorak, Werner Kruse, Fauré, Schumann;  
 - na Sala Polivalente do CAM, o grupo Telectu com Jorge Lima Barreto e Vítor Rua e o seu convidado Elliot Sharp em dois concertos: às 18.30 e às 21.30.

A Câmara Municipal do Barreiro dá início neste dia ao ciclo «A Cidade e a Música», que se prolonga até 21 de Outubro, com um concerto pelo Grupo de Metais do Seixal. No Auditório da Biblioteca Municipal às 21.30.  
 O ciclo vai contar ainda com a participação do Opus Ensemble, Coro do Instituto Gregoriano, Orquestra Sinfónica Juvenil, Emídio Coutinho e Mário Laginha, Jack Glatzer e Filipe de Sousa e Carlos Zingaro.

**Mais**  
 Entretanto, também no dia 1 começa na Gulbenkian a nova Temporada de Música e Dança com um espectáculo (a repetir no dia seguinte) pela Companhia Nacional de Artes do Espectáculo da Coreia do Sul: no Grande Auditório, no dia 1 às 21.30 e no dia 2 às 18.30.  
 O acontecimento seguinte terá lugar no dia 4 no claustro do Convento do Beato. Será apresentada a obra de Pierre Boulez «Répons» (solistas, grupo instrumental, computador) pelo Ensemble Intercontemporain dirigido por Pierre Boulez.

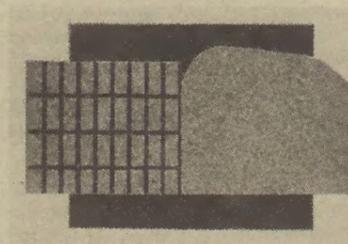
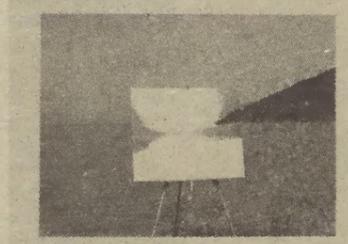
**Teatro**  
 A nova temporada começou.  
 Após a estreia de Minetti, no Nacional (já assinalado na nossa Agenda «Teatro») e da nova produção do CDIAG ontem estreada no Teatro da Malaposta (A Ilha do Rei Sono, de Norberto Ávila), estão previstas para sábado as primeiras representações no Teatro Aberto de

duas novas encenações de João Lourenço, a apresentar naquele teatro em dias alternados. Trata-se de Desejo Sob os Ulmeiros, de Eugène O'Neill e Loucos Por Amor, de Sam Shepard.  
 Quanto à Comuna, repõe a partir de amanhã duas peças estreadas antes do Verão: Um Elétrico Chamado Desejo, de Tennessee Williams e O Estrangeiro em Casa, ambas com encenação de João Mota.

**Benfica 90**  
 Na freguesia de Benfica - mais precisamente na Av. Gomes Pereira, no edifício de uma antiga fábrica - decorre neste fim de semana o I Festival Criar Contraste, organizado pelo Pelouro da Juventude da Junta de Freguesia. Exposições de fotografia e outras artes, a moda criada por jovens estilistas, teatro. E espectáculos musicais: na sexta-feira a Brigada Victor Jara, sábado Diva, domingo Opus Ensemble.

**Grândola**  
 Um vasto conjunto de actividades culturais e desportivas integra a Semana da Guiné-Bissau em Grândola que vai decorrer de 1 a 6 de Outubro. Exposição-venda de artesanato guineense, espectáculos musicais (nos dias 4 e 6 com o Ballet Nacional da Guiné-Bissau e no dia 5 com o grupo «Issabary»), cinema e um festival de gastronomia que decorrerá em restaurantes locais são algumas das actividades programadas.  
 A iniciativa é da Câmara Municipal, que teve a colaboração da Embaixada da Guiné-Bissau.

# Exposições



Gravura japonesa contemporânea na Fundação Gulbenkian até ao fim do mês



SAMBUK, Davor Jugoslávia — in «12.º Festival Internacional de Humor — Festa de VOZ, Colômbia 1990»

# a TV

## Ministro de um lado, realidade do outro

Abriam as aulas. Abriam as aulas e o ministro da Educação aproveitou para estar na Televisão, em várias das suas facetas. Foi lá como cidadão, como ministro, como pacato chefe de família. Esteve lá uma vez, duas vezes, três vezes. Contando apenas nos principais blocos informativos - porque, nos sumários e nas notícias de hora a hora, perdi-lhe a conta às presenças.

E o que lá foi dizer o ministro da Educação? Pois bem. Foi lá dizer que o ano lectivo tinha aberto. Administrativamente, tudo bem. As escolas estavam de portas escancaradas, é entrar, meus senhores, é entrar!

Há coisas onde não vai o meu entendimento. Se as escolas estivessem realmente abertas, que necessidade tinha o ministro de ir à televisão chover no molhado?

E se a maioria das escolas não funcionaram, como de facto sucedeu, para quê ir à televisão dar o dito por não feito?

Imagine-se a perturbação causada em tantos lares, a mãe a mandar vir com o filho:

- Meu malandro, tu a dizeres que não havia escola e o ministro a dizer que havia. Tu queres é brincadeira, meu patife!

Depois de ter sido entrevistado e fotografado numa escola de Lisboa, a Televisão deslocou-se a casa de Roberto Carneiro onde o ministro se encontrava rodeado pelos filhos. A certa altura, o locutor-que-veio-da-BBC dizia à reporter:

- Pergunta-lhe o que é que ele sabe do funcionamento das escolas, através do que ele sabe pelos filhos...

Naminha opinião, a pergunta deveria ser dirigida aos moços. Talvez ficassemos a saber cousas muito interessantes.

## Primeira Página: um aperitivo

Primeira Página voltou à sua vocação de rubrica dedicada à política nacional. Lá estiveram Pacheco Pereira, do PSD; Jorge Lacão, do PS; Vítor Dias, do PCP; Narana Coissoró, do CDS; e Carlos Lilaia, do PRD.

A sessão abriu com uma declaração, meio protesto, meio lamento, de Pacheco Pereira. Porquê? Porque o seu partido tem a maioria absoluta e naquele debate só ia contar com 20 por cento do tempo...

Concordo. Não está certo. A RTP passa o tempo a prejudicar o PSD. Acho que o partido do prof. Cavaco Silva deve reagir, apresentar queixa na Alta Autoridade, por exemplo. A discriminação é intolerável e tem que acabar. Contará com o meu testemunho e o meu apoio.

O que é interessante verificar é que o PSD, maior que todos, também tem todos contra ele, por uma razão ou por outra.

Verdade se diga que o debate caminhava com alguma monotonia. O Pacheco punha a mão no braço de Lacão, e tal e coisa, não era bem assim, ora vejamos, etc., etc.. Foi então que Vítor Dias se resolveu a pôr tudo em pratos limpos. Que se deixassem de conversa fiada um com o outro, não podia falar-se em bipolarização entre o PSD e o PS, mas sim em convergência. Só essa convergência permitira que Cavaco chegasse onde chegou...

E pronto. O diálogo ficou estilizado. Brevemente, porém, se voltou ao andamento de passeio. Que mais isto, mais aquilo, o Cavaco é arrogante...

Foi quando Vítor Dias veio de novo estragar o joguinho. Aquilo não passava de peixe miúdo. O principal não consiste na arrogância do governo, e o principal diz-se em poucas palavras: **o governo de Cavaco não serve, o governo de Cavaco não presta...**

A intervenção viria dar novo alento ao debate. Que esteve, aliás, muito longe de se esgotar. Pelo contrário. Foi somente um aperitivo. Veremos se Primeira Página está mesmo resolvida a servir refeições mais suculentas...

## Como se põe o Governo K.O. com um único soco...

Parlamento regressou, não já como rubrica autónoma, mas incluída no primeiro grande noticiário de Sábado. Chama-se agora **Encontro à Uma**.

O debate centrou-se à volta da questão do Golfo. Carlos Carvalhas, na sua qualidade de deputado europeu, apontou claramente a posição do PCP: condenação do Iraque mas também condenação de uma acção bélica. Mostrou que o problema naquela região envolve questões várias e que só uma solução global traria consigo a estabilidade. Certo. A opinião pública mundial está conquistada para este ponto de vista. Daí que o deputado do PSD, Marques Mendes, se metesse no beco sem saída, ao referir-se à moralidade e à legalidade, quando Carlos Carvalhas singelamente lhe perguntou como reagiram os Estados Unidos face às anexações da Palestina, por Israel, e de Timor, pela Indonésia...

Sempre a mover-se no campo do concreto, Carlos Carvalhas responsabilizou o governo por, em cinco anos, nada ter feito para diminuir a dependência energética do país. Como a França, por exemplo, onde essa diminuição atingiu os **quarenta por cento!**

E aqui está como um único exemplo basta para provar que **este governo não presta...**

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Contas à vida

### Nós e a Europa

«Um engenheiro português precisa de trabalhar, em média, nove meses para comprar um Fiat Uno. Este "timing" de realização de projectos e desejos corresponde a uma situação ideal que parte de um pressuposto dificilmente concretizável. O nosso compatriota seria obrigado a canalizar a quase totalidade do seu ordenado para o aforro, e teria obrigatoriamente de deixar de gastar dinheiro em despesas básicas tão essenciais quanto a alimentação e a habitação, durante este período. Em compensação, os seus colegas da República Federal Alemã só precisam de trabalhar dois meses e meio para adquirir o mesmo bem de consumo. Isto significa que o engenheiro alemão tem muito mais facilidades em adquirir um carro novo porque, na prática, só precisa de poupar os subsídios de férias e Natal, e juntar-lhes uns "pozinhos" do pé-de-meia acumulado.»

(...)

«Se decidíssemos voltar a utilizar um sistema de trocas, semelhante ao que existia nas sociedades primitivas, e escolhêssemos o "bife de lombo" como moeda-padrão, verificaríamos que o salário mínimo de um trabalhador português corresponde a 18,5 quilos de lombo de vaca, enquanto que o de um espanhol ultrapassa os 30 quilos. A proporção mantém-se para a pescada, ovos, pão e cerveja (preço de supermercado). No caso do leite verifica-se que um litro deste produto custa menos 5\$00 em Bona do que em Lisboa, enquanto que na Alemanha se compra uma alface e meia com o mesmo dinheiro com que se adquire uma em Lisboa.

A competitividade nacional acaba por se centrar nos produtos que envolvem uma prestação de serviços mais directa ao consumidor. A tradicional "bica" continua a ser muito mais barata em Portugal do que nos restantes países. Os nossos mais directos concorrentes são os italianos, inventores das "curtas" "italianas" que os portugueses tanto gostam de saborear no final das refeições. Apesar disso, um café ao balcão, em Roma, custa quase o dobro do de Lisboa.

Só que a média dos salários italianos também se situa sensivelmente no dobro dos ordenados nacionais e, apesar de a Itália ser um país com grandes assimetrias regionais, o salário mínimo da indústria italiana quadruplica o português. Temos a vantagem de termos os jornais diários mais baratos dos oito países em análise, bem como o pão, batatas, bandeiradas de táxi, bilhetes de cinema e televisores.»

(«Expresso», 22 de Setembro)

### Privados a todo o gás

«As empresas do sector

petrolífero estão a sentir-se prejudicadas com a atitude da Petrogal em baixar os seus preços do gás butano, após o Governo ter liberalizado os preços do sector. A liberalização, no início do mês, provocou o aumento dos preços do quilo de gás butano de 78,5 esc. para cerca de 100 escudos, mas a Petrogal, duas semanas depois, resolveu baixar os seus preços em sete escudos por quilo, reduzindo em 100 escudos o preço final da garrafa de 13 quilos. Sugerindo que a empresa pública estaria a praticar *dumping*, fontes do sector petrolífero privado reclamam que o preço da Petrogal está artificialmente baixo e que os preços praticados pelas empresas privadas — BP, Mobil, Shell e Esso —, de 83,9 escudos ao revendedor, são já fruto de uma redução nas suas margens de comercialização, dos habituais 38 para 32 escudos. Pelas contas dos técnicos destas empresas, o preço do quilo do gás para o revendedor deveria ser de 90 escudos.»

(«O Jornal», 21 de Setembro)

## Rendas: ainda pior

«A recente revisão da Lei das Rendas vai introduzir no arrendamento urbano alterações importantes que não foram anunciadas no passado dia 6 de Setembro, no final da reunião do Conselho de Ministros. A menos que seja alterado à última hora, o novo texto da Lei das Rendas — a que o Semanário teve acesso — prevê que nos novos contratos os encargos com o condomínio — pagamento de porteira, despesas com o ascensor, electricidade — sejam da responsabilidade do inquilino, se assim for estabelecido contratualmente. Nos casos de prédios onde, em simultâneo, passem a existir contratos antigos e contratos novos, o novo inquilino pagará a quota-parte que lhe cabe enquanto o senhorio continuará a suportar a parte das despesas respeitantes aos antigos contratos. Outra novidade. A transmissão de contratos antigos que aconteça a partir da entrada em vigor da nova lei passa a ocorrer de forma diferente para os filhos com mais de 26 anos e menos de 65. Com efeito, apesar de se manter o direito dos filhos à transmissão do contrato de arrendamento, estes, no caso de terem mais de 26 anos e menos de 65, ficam sujeitos ao regime de renda condicionada, que já tem vindo a ser aplicada em certas situações.

«Apesar dos aspectos referidos irem ser contemplados no diploma que está para sair (o que é uma novidade) a revisão da Lei das Rendas ficou muito aquém daquilo que o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações,

Ferreira do Amaral, e o secretário de Estado da Habitação, Carlos Costa, defendiam como necessário para revitalizar o mercado de arrendamento», recorda Carvalho da Silva, presidente da Associação Lisbonense de Proprietários.»

(«Semanário», 22 de Setembro)

## Não faz falta, mas venha ele

«O fim-de-semana californiano de Cavaco Silva, passado em contacto directo com as comunidades luso-americanas de San José e San Diego, não sofreu, como chegou a temer-se, qualquer influência do "anticiclone dos Açores", tendo corrido tudo num ambiente de "baixas pressões" e suave afectividade, o que não deixa de constituir um êxito pessoal do primeiro-ministro, tendo em conta o distanciamento e habitual desconfiança dos emigrantes açorianos em relação aos políticos portugueses, em geral, e aos do Continente, em particular.

Para o bom ambiente registado terá contribuído de alguma forma o discurso adoptado desde logo por Cavaco Silva, que centrou as suas intervenções em três ideias fundamentais: Portugal não precisa do dinheiro dos emigrantes; Portugal é membro da CEE respeitado; é preciso unir e organizar as comunidades.

Em primeiro lugar, o primeiro-ministro afirmou persistentemente que não veio à Califórnia pedir nada aos luso-americanos. «Portugal não precisa do dinheiro dos emigrantes para equilibrar a sua balança de pagamentos e aconselho-vos a que apliquem as vossas poupanças onde acharem que é mais compensador» — afirmou Cavaco Silva.

«No entanto — disse — alerto-vos para o facto de existirem hoje em Portugal boas oportunidades de investimento que muitos estrangeiros aproveitam e que, por maioria de razão, poderão ser aproveitados por aqueles de vós que quiserem regressar para emprender e criar empresas.»

(«Correio da Manhã», 25 de Setembro)

## E você, acredita?

«Miguel Bezeza, ao contrário dos seus homólogos europeus e em especial o espanhol, tem desvalorizado as consequências económicas da crise do Golfo. «Talvez um ponto a mais na inflação», disse ele na televisão. O problema é que os portugueses não acreditam.

Miguel Bezeza só está a ser realista para 19,7 por cento dos inquiridos do Porto e 19,5 por cento dos mais pobres. Ao invés, é optimista de mais para 34 por cento dos inquiridos com mais de 54 anos e 32 por cento das classes altas. Mas a maioria acha que ele não diz a verdade — 57 por cento em Lisboa, 74 por cento nos inquiridos entre os 25 e 34 anos, 56 por cento nos homens, 59 por cento nas classes altas. Se é certo que os portugueses não costumam acreditar no ministro das Finanças, parece mais certo ainda que as palavras de Bezeza sobre a economia e o Golfo não deixaram o País tranquilo.»

(«O Independente», 21 de Setembro)

# Xadrez

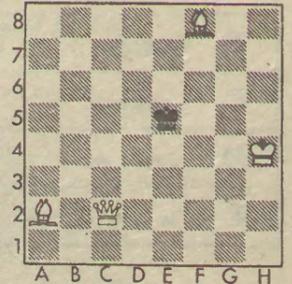
CCLXXII

— 27 de Setembro de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 272/A

Por: WILLIAM GREENWOOD  
«Leeds Mercury», 1880

Pr.: REX SOLUS #65  
Br.: [4]: Bs.a2, f8-Dc2-Rh4

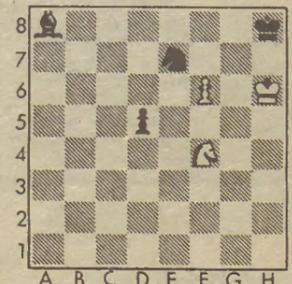


Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO N.º 272/B

Por: A. HAVASI  
«Chess Amateur», 1925

Pr.: [4]: Pd5-C67-Ba8-Rh8  
Br.: [3]: Pf6-Cf4-Rh6



Branças e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXII

N.º 272/A (W.G.):

Chave: 1. Bb1  
1. ... Rd4/Rd5/R66/Rf6/Rf4  
2. Dc5/D64/Df5/Df5/D64.

N.º 272/A (A.H.): 1. f7, Cf5+; 2. Rg6, C67+; 3. Rf6, Cg8+; 4. R66, Rg7; 5. Rg6 e ganham.

A. de M.M.

# Damas

CCLXXII

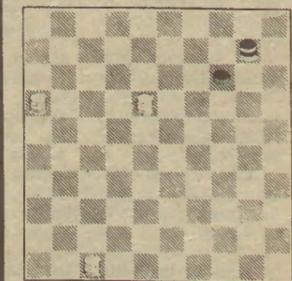
— 27 de Setembro de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 272

Por: BLANKENAAAR, filho, 1899

Pr.: [2]: (10)-14

Br.: [3]: (16)-(18)-(47)



Branças jogam e ganham

GOLPE N.º 272

Por: G. AUBIER

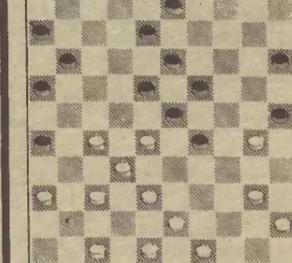
— Paris, 1985 —

Pr.: [13]: 3-6-8-11-13-15-16-18-

-19-23-25-26-29

Br.: [13]: 27-28-30-32-36-37-38-

40-43-45-47-48-49



Branças jogam e ganham (8T)

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXII

N.º 272 (B.F.): 1. 18-27, (14-19); 2. 27(9) (19-23); 3. 16-43, (10-4); 4. 9-36, (4-10); 5. 36-41, (10-5); 6. 4-10, (5x14...); 7. 47-29, (23x34); 8. 43x ... + 47-41.

1. .... (10-5); 2. (5-10); 3. 27-9 + 2. .... (10-5); 3. 9-14, (19x10); 4. 47-15, (10-14); 5. 15-10, (14-20); 6. 10-46 +

3. .... (23-28); 4. 43-48, (28-32); 5. 9-14, (10x...); 6. 47-38, (32x43); 7. 48x ... +

GOLPE N.º 272 (G.A.): 1. 36-31, (25x34); 2. 27-21, -16x36); 3. 28-22, (18x27); 4. 32x21, (26x17); 5. 37-31, (36x27); 6. 38-33, (29x38); 7. 40x9, (3x14); 8. 43x3 +

A. de M.M.